

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO

JESSICA DAL PIVA

A CATEGORIA COLONO NO RELATÓRIO SOCIOECONÔMICO TOLEDO
DE KALERVO OBERG

TOLEDO
2019

JESSICA DAL PIVA

**A CATEGORIA COLONO NO RELATÓRIO SOCIOECONÔMICO TOLEDO
DE KALERVO OBERG**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Toledo.

Orientador: Profa. Dra. Andréia Vicente da Silva

TOLEDO

2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Dal Piva, Jéssica

A CATEGORIA COLONO NO RELATÓRIO SOCIOECONÔMICO TOLEDO DE KALERVO OBERG / Jéssica Dal Piva; orientador(a), Andréia Vicente da Silva, 2019.

165 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.

1. Estudos de Comunidade. 2. Colonos. 3. História das Ciências Sociais. I. Vicente da Silva, Andréia . II. Título.

JESSICA DAL PIVA

**A CATEGORIA COLONO NO RELATÓRIO SOCIOECONÔMICO TOLEDO
DE KALERVO OBERG**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do
Título de Mestre em Ciências Sociais, do Centro de Ciências
Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do
Paraná – UNIOESTE, campus de Toledo.

Professora Orientadora: Prof^a. Dra. Andréia Vicente da Silva

Toledo, 25 de Setembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientadora Dra. Andréia Vicente da Silva (UNIOESTE)

Prof. Dra. Senilde Alcântara Guanaes (UNILA)

Prof. Dr. Marcos Nestor Stein (UNIOESTE)

Suplentes:

Prof. Dra. Glaucia da Silva Destro de Oliveira (UNILA)

Prof. Dr. Claércio Schneider (UNIOESTE)

*Para meus inspiradores,
Significado de Amor Incondicional,
e que me permitiram sonhar sempre
Laura e José Dal Piva,
Meus avós.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às seguintes pessoas:

Nani e Vanderlei Dal Piva, necessários pelo amor e afeto.

Thalita Gatti necessária pela parceria de sempre e sempre. Juntas desde 1995. Quem acreditou e sonhou junto a mim em mais esta etapa.

Giovane Lozano, necessário pela amizade, carinho e pelas horas de ombro e cafuné.

Andreia Vicente da Silva, professora orientadora, pela paciência e por não ter me abandonado ao longo de todo o curso de mestrado.

Marilucy Gregório pelas trocas de e-mails carinhosos, conversas acolhedoras e angustiantes.

Agradeço aos demais amigos-irmãos pelo companheirismo e que estiveram sempre na torcida, enviando mensagens carinhosas e pelo apoio que sempre me deram. A escrita é solitária e ter amigos é fundamental.

Agradeço aos membros da banca, professora Doutora Senilde Alcântara Guanaes e ao professor Doutor Marcos Nestor Stein pela disponibilidade.

Por fim, agradeço a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE pelos anos que juntas passamos. Por oferecer uma educação pública, de qualidade e pelo comprometimento com os estudantes e a comunidade. Que os esforços científicos nunca acabem, resistir em tempos temerosos.

Arvoredo muito grande
Mil galinhas no terreiro
Muitas vacas dando leite
Muitos porcos no chiqueiro
Feijão e milho plantado
Há verduras no canteiro
Água boa de vertente
Na sombra do mamoeiro
Fatura dentro de casa
No bolso muito dinheiro
Viver honrado e decente
Da inveja a muita gente
O colono brasileiro

O Colono Brasileiro – Teixeira (1973)

DAL PIVA, Jéssica. **A Categoria Colono No Relatório Socioeconômico Toledo De Kalervo Oberg.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR, 2019.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo apontar as influências na delimitação do conceito de colono, a partir do relatório socioeconômico intitulado “Toledo - Um Município da Fronteira Oeste do Paraná” (1960), do antropólogo canadense Kalervo Oberg. O livro tornou-se uma importante referência das pesquisas sobre o período da ocupação social e espacial da região Oeste. O relatório oferece vários dados estatísticos, documentos, mapas, tabelas e entrevistas sobre diversos domínios da vida dos habitantes da cidade que ora se desenvolvia. No relatório, os colonos são denominados como os moradores sulistas que migraram dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul para a recém fundada cidade ainda na década de 1940. Nosso percurso teórico foi baseado na história transnacional das ciências sociais. Analisamos a trajetória biográfica e disciplinar do autor, o contexto geopolítico da época, as características dos estudos de comunidade e a documentação da colonizadora Maripá que era a proprietária da área onde foi construído o município de Toledo. Estes elementos confrontados ajudaram a reunir uma série de fatores que influenciaram na construção da categoria colono que procuramos analisar a partir de suas alteridades. Diante das evidências da presença e da convivência de descendentes de imigrantes italianos, alemães, caboclos e paraguaios no relatório, argumentamos que a diversidade étnico cultural presente no cotidiano da cidade não foi inserida na categoria cunhada pelo autor.

PALAVRAS-CHAVES: estudos de comunidade; colono; história das ciências sociais.

DAL PIVA, Jessica. **The Settler Category In The Kalervo Oberg Socioeconomic Report Toledo**. Dissertation (Master in Social Sciences) - Postgraduate Program in Social Sciences - Master, State University of Western Paraná, Toledo-PR, 2019.

ABSTRACT

This dissertation aims to point out the influences on the delimitation of the concept of settler, based on the socioeconomic report entitled "Toledo - A Municipality of the Western Frontier of Paraná" (1960), by Canadian anthropologist Kalervo Oberg. The book has become an important reference of research on the period of social and spatial occupation of the Western region. The report offers a wealth of statistical data, documents, maps, tables and interviews on various areas of life for the inhabitants of the developing city. In the report, settlers are referred to as the southern residents who migrated from the states of Santa Catarina and Rio Grande do Sul to the newly founded city in the 1940s. Our theoretical background was based on the transnational history of the social sciences. We analyzed the biographical and disciplinary trajectory of the author, the geopolitical context of the time, the characteristics of community studies and the documentation of the colonizer Maripá, who was the owner of the area where the municipality of Toledo was built. These confronted elements helped to bring together a number of factors that influenced the construction of the settler category that we seek to analyze from their otherness. Given the evidence of the presence and coexistence of descendants of Italian, German, Caboclos and Paraguayan immigrants in the report, we argue that the cultural ethnic diversity present in the daily life of the city was not included in the category coined by the author.

KEYWORDS: community studies; settler; history of the social sciences.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Carteira de Imigração Oberg.....	30
Figura 2 – Estrada Para a Vila Maripá	80
Figura 3 – Casa de Saúde e Maternidade.....	82
Figura 4 – Tabela XXXVI.....	83
Figura 5 – Serrarias Próximas à Toledo.....	86
Figura 6 – Aeroporto de Toledo na Década de 1950	87
Figura 7 – Propaganda para a Venda de Terras	90
Figura 8 – Mapa da Região Sul – 1950.....	99
Figura 9 – Tabela II	101
Figura 10 – Mapa da Divisão da Fazenda Britânia - 1950.....	103
Figura 11 – Percentual de Pesquisa	109
Figura 12 – Tabela XXXVIII.....	112

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Características Dos Grupos Étnicos	116
--	-----

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	13
2. KALERVO OBERG E O CONTEXTO GERAL DA HISTÓRIA DE VIDA E DA ANTROPOLOGIA APLICADA	21
2.1 Kalervo Oberg: formação e trajetória.....	22
2.2 O Antropólogo e o Contexto Político das Ciências Sociais Aplicadas	23
2.3 Oberg e a Antropologia Aplicada no Brasil.....	30
3. O RELATÓRIO PENSADO COMO UM ESTUDO DE COMUNIDADE	44
3.1 Os Estudos de Comunidade.....	44
3.1.1 O surgimento dos estudos de comunidade	47
3.1.2 A cidade como lugar da complexidade.....	50
3.1.3 Relações raciais nos estudos de comunidade	52
3.1.4 Críticas aos estudos de comunidade.....	57
3.2 O relatório Toledo e a metodologia dos estudos de comunidade	60
3.2.2 Caracterização do relatório socioeconômico.....	60
3.2.3 Panorama geral dos capítulos.....	64
4. O RELATÓRIO SOCIOECONÔMICO E O PLANO DE COLONIZAÇÃO: COMPARANDO EVIDÊNCIAS	70
4.1 Documentos Fornecidos Pela Maripá utilizados no relatório.....	71
5. COLONO: O ELEMENTO HUMANO ESCOLHIDO	92
5.1 Elementos Humano.....	93
5.1.1 O discurso do trabalho	96
5.1.2 Agricultura familiar.....	100
5.1.3 Grupo Étnico	104
5.1.4 Pertencimento e consciência comunitária	105
5.2 Alteridade	113
5.2.1. Alteridades internas: Italianos e Alemães.....	114
5.3 Alteridades externas: os não Escolhidos.....	118
5.3.1 Quem é o caboclo?	119
5.3.2 Os Paraguaios.....	128
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136
ANEXO	147

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo geral debater fatores que influenciaram a construção do conceito de colono na obra de Kalervo Oberg, intitulada “TOLEDO – Um Município da Fronteira Oeste do Paraná”, publicada em 1960. A obra faz parte do Projeto de Desenvolvimento Regional da Zona Fronteiriça do Oeste Paranaense e do compromisso com a Divisão do Serviço de Desenvolvimento de Comunidades¹. A escolha do Município de Toledo, segundo Oberg (p.09)² se deu, pois, representava um padrão de colonização que estava sendo desenvolvido na região Oeste.

Utilizamos o texto do relatório para compreender elementos que o antropólogo apresentou o “tipo comum” escolhido para a colonização de Toledo. Esta questão justifica o empreendimento da dissertação já que na atualidade existe todo um movimento bibliográfico que visa desconstruir a categoria “pioneirismo” trazendo ao universo da região, vozes que durante muito tempo estiveram silenciadas³.

De acordo com Oberg (09), o “povo” de Toledo representava um tipo comum de colono. “Eles são descendentes de italianos e alemães” que trouxeram consigo a cultura⁴ do século XIX, a qual tem como base a vida na pequena fazenda e agricultura do tipo familiar. Esta delimitação da categoria

¹ Sobre a Divisão do Serviço de Desenvolvimento de Comunidades, serão feitos apontamentos ao longo do texto.

² Todas as vezes que fizemos referência ao relatório socioeconômico de Oberg (1960) nesta dissertação, especificaremos apenas os números das páginas com o objetivo de deixar o texto mais fluido.

³ Em pesquisa anterior intitulada “Jamais serão esquecidos”: elementos simbólicos da reforma do cemitério Cristo Rei de Toledo” (2017) na qual o objetivo era compreender o espaço cemiterial do mesmo município, notamos que a questão do pioneirismo é elemento central na vida da cidade e aparece em nomes de ruas, monumentos e locais públicos. Foi nesta pesquisa inicialmente que procuramos problematizar a narrativa do pioneirismo em que os colonos são tidos como heróis, desde os primeiros anos de colonização até os dias de hoje. Como o conceito de colono não foi aprofundado e discutido neste primeiro estudo, decidimos fazê-lo agora em forma de dissertação. Outra obra é de Maria Cristina de Castro Pereira (2016) intitulada “Mapeando o Pouso Frio: dinâmicas de construção de um bairro na cidade de Toledo/PR”, a qual analisa a chegada de trabalhadores vindos de outras regiões do país, assim como trabalhadores estrangeiros, para uma região do município que não era “vista” pela Companhia Maripá na década de 1940. Jiane Fernando Langaro (2012) apresenta em “Quando o Futuro é Inscrito no Passado: “colonização” e “pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo – PR” (1950-2010) a questão da diversidade cultural, e ainda, chama a atenção para a falta de valorização de alguns grupos, como por exemplo, dos madeireiros, estes trabalhadores que utilizavam apenas de sua mão de obra.

⁴ Vale lembrar que o conceito de “Cultura” nesta época (meados de 1940), era visto como algo estático, ou seja, como algo que não passasse por alterações.

colono que focaliza os descendentes de europeus como elemento escolhido foi o primeiro passo para a nossa problematização da categoria. Procuramos argumentar que ao concentrar-se nesta população em específico, o relatório técnico realizado por Oberg (1960) apresenta traços similares às obras definidas nas ciências sociais como “estudos de comunidade” e ainda circunscreve informações sociais de um grupo definido como comunidade, seus costumes e condições sociais. A influência desta metodologia e das teorias utilizadas pelos autores desta escola foram fundamentais para perceber e problematizar a categoria colono e também a ideia de comunidade em formação.

O recorte temporal da dissertação centra-se especialmente entre as décadas de 1950 até 1960. Além do conceito de colono, questionamos também os discursos sobre outros grupos que aparecem no relatório, o objetivo colonização local e a presença do antropólogo canadense em uma região ainda em desenvolvimento na zona fronteira do Brasil. A trajetória do autor e o seu percurso como antropólogo do governo foi fundamental para que compreendêssemos interesses governamentais dos EUA e as perspectivas econômicas que estiveram durante muito tempo silenciadas das leituras que se fazem desta obra já clássica nos estudos da região.

Ao mesmo tempo, percebemos que para que fosse possível compreender a construção da categoria colono seria preciso realizar um percurso histórico mais amplo. Para tanto, retomamos a trajetória histórico-disciplinar do autor, além de debater aspectos da geopolítica da época e da localidade. Oberg chegou ao Brasil no ano de 1946 e esteve na região do Oeste paranaense nos meses de agosto, setembro e parte de outubro (p.09) do ano de 1956, quando realizou seu trabalho de campo em Toledo.

Como já esclarecemos, para a escrita desta dissertação utilizamos o texto do relatório como documento e o analisamos detidamente. O relatório foi fichado página a página e dividido por temáticas - o que nos ajudou muito a situar suas discussões e recortar os capítulos. A referida obra possui dados qualitativos e quantitativos e foi escrita com objetivos intervencionistas específicos visando atender demandas das políticas públicas. Para tanto, o texto, apresenta características sociais que englobam diversos domínios da vida na comunidade composta por colonos. Oberg (1960) apresentou o grupo

de colonos a partir das seguintes características: migrantes sulistas, descendentes de italianos e alemães, trabalhadores, majoritariamente agricultores com pequenas propriedades e praticantes da agricultura familiar.

No corpo do relatório detalha-se, por exemplo, como a cidade estava se desenvolvendo e quem eram seus novos moradores; características econômicas como a compra e venda dos terrenos e espaços existentes na cidade; a realidade religiosa e educacional, a parte sanitária e nutricional, os cuidados com a população, visando à permanência no local.

A análise do relatório socioeconômico, como documento, levou-nos a perceber a estreita ligação desse escrito com outro documento oficial da colonizadora Maripá chamado “Plano de Colonização”, datado do ano de 1956. A colonizadora Companhia Madeireira Rio Paraná – MARIPÁ foi à agência organizadora da colonização da área do município de Toledo. A colonizadora estava desde o ano de 1947 no local. Foram os seus dirigentes e equipe que demarcaram os terrenos e iniciaram as vendas dos lotes de terras aos colonos. A “Maripá” ofereceu recursos essenciais para a construção de escolas, igrejas, hospitais, lojas, entre outros estabelecimentos. Proporcionava aos novos moradores - algumas vezes chamados de “colonos” ou “sulistas”, dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul – melhores condições e assim a permanência na região.

Embora a comunidade definida pelo autor do relatório seja composta pelos grupos étnicos italianos e alemães, notamos algumas alteridades internas e externas a esta categoria no desenvolvimento do texto e a amostra dos dados no relatório quando caboclos e paraguaios são citados a partir de um paradigma comparativo excludente. Conviviam, trabalhavam e mantinham relações sociais com o grupo seleta, embora estivessem excluídos da categoria colono.

A partir desta constatação o problema da pesquisa se constituiu na tarefa de buscar saber: quais foram as influências na construção da categoria de colono de Kalervo Oberg? A hipótese é que o antropólogo canadense utilizou um arcabouço teórico metodológico posicionado principalmente a partir do ponto de vista da antropologia aplicada que o fez recortar determinados aspectos da realidade considerados relevantes.

Sendo assim, para desenvolver este trabalho nos valem do método descritivo para demonstrar de maneira detalhada as influências na construção da categoria. Partimos da consulta de documentações oficiais e específicas do município, além de registros e observação, com o intuito de identificar o perfil cultural, social, econômico e familiar dos indivíduos envolvidos na pesquisa, o que nos possibilitou comparar os documentos existentes na época com a obra “Toledo” (1960).

Para compor o diálogo desta dissertação e embasar a discussão, fizemos um levantamento bibliográfico e utilizamos outros textos publicados por Kalervo Oberg. Com este exercício nosso objetivo foi compreender que tipo de referências ele utilizou para desenvolver a obra Toledo e delimitar a categoria colono. Procuramos dados e fatos sobre sua vida, com o objetivo de compreender o contexto no qual estava inserido e como havia se tornado um antropólogo de governo.

Ao mesmo tempo, visitamos o Museu Histórico Willy Barth de Toledo, onde nos foi aberto o acervo das fotos e documentos da época compostos por mapas, propagandas da Maripá e o Plano de Colonização (1956). Quero destacar que pude manusear o documento original e que as imagens que foram reproduzidas nesta dissertação são as que aparecem no documento oficial. O Plano de Colonização foi essencial para compreender a influência das ideias dos líderes locais na escrita do relatório.

Buscamos também outras publicações de época em forma de livros, como por exemplo, Ondy Hélio Niederauer que era contador da Maripá e que viveu desde o início da colonização no local e é considerado pioneiro da cidade pela gestão local. Além disso, realizamos debates bibliográficos com o auxílio de obras produzidas por antropólogos, sociólogos e historiadores.

Ao analisarmos os caminhos percorridos por Oberg entre os Estados Unidos da América e o Brasil notamos que o autor criou diversas possibilidades de pesquisa e desenvolveu estudos sobre cidades e relações de comunidade em contexto transnacional. Por isto, elegemos como teoria a história transnacional das ciências sociais. Como apontam Marcos Maio e Thiago Lopes (2017, p.117), a história transnacional tem buscado lançar um novo olhar sobre a trajetória das nações modernas que até pouco tempo eram vistas como singulares ou excepcionais. Nota-se que essas abordagens vêm assinalando o

papel fundamental da circulação internacional de atores e idéias, além das redes de contatos em diversas regiões do mundo (idem, p.118).

Assumindo esta concepção de circulação internacional de idéias, acreditamos que o conceito de colono utilizado pelo autor para analisar os habitantes da recém-fundada cidade de Toledo pode ser problematizado e debatido a partir de uma perspectiva múltipla entre idéias que ele fomentou ao longo de sua carreira e pelos lugares nos quais circulou. Por isto mesmo, partimos das investigações, métodos e teorias, problemas e sua atuação institucional, e assim, construímos como plano de fundo questões principalmente focadas na antropologia aplicada e na história das ciências sociais.

Nesse sentido, situamos de maneira histórica a obra “Toledo” de Oberg (1960) que foi construída com estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos da América, a qual teve ligação com a cooperação internacional por parte da antropologia aplicada, partindo do segmento da Escola de Chicago. Buscamos apontar também o contexto brasileiro, no qual as comunidades ainda eram rurais. Assim, nosso enfoque está nos atores, objetos e ideias relacionados com a circulação entre países, mesmo que nosso foco mais central sejam as relações sociais e culturais construídas em Toledo no período histórico já especificado.

João Marcelo Maia (2011, p.81) aponta algumas questões sobre o pensamento social visando à proposta de articular o pensamento brasileiro e teorias internacionais na direção da proposição da constituição global das ciências sociais. O autor afirma que para que tal proposta se torne viável seria necessário um primeiro exercício de recontar a história social de seus intelectuais e de suas idéias a partir de três principais mecanismos. Esses mecanismos fazem parte do papel de instituições e agências internacionais, da circulação forçada ou voluntária de intelectuais, e por fim, das trocas entre instituições não-acadêmicas.

Enfim, os autores que trabalham com esta teoria acreditam que o pensamento social brasileiro faz parte da história transnacional do pensamento social e que é preciso um esforço analítico de situar este pensamento como parte integrante de um movimento de ideias globais. Portanto, este pode ter

relevância e ressonância para estudiosos e pesquisadores das mais variadas regiões do mundo.

O trabalho de Regina Figueiredo, intitulado “Histórias de uma Antropologia da “Boa Vizinhança”: Um estudo sobre o papel dos antropólogos nos programas interamericanos de assistência técnica e saúde no Brasil e no México”, publicado em 2009, é uma referência central em vários pontos desta pesquisa. A autora mostra as pesquisas de antropologia aplicada, destaca os estudos de comunidade, apresenta as instituições governamentais que financiavam as pesquisas e os antropólogos a serviço do governo, no período em questão. Entre os argumentos da autora que nos ajudaram a pensar nosso contexto específico está o fato de que os programas do acordo Brasil - Estados Unidos resolveram aplicar em alguns países da América Latina os mesmos métodos dos estudos antropológicos que haviam sido utilizados pelos norte-americanos. Esta constatação da autora está no cerne da trajetória desta dissertação.

A realização de toda a recuperação dos estudos de comunidade realizados no Brasil serviu para elucidar aspectos sociais e da realidade de grupos específicos, contribuindo, desta forma, para o conhecimento de maneira mais detalhada e minuciosa ao que se refere à realidade nacional (Nogueira, 1953). A bibliografia desta escola nos levou a compreender o cenário Brasileiro, que nesta época era em sua maior parte rural e ainda em desenvolvimento.

A teoria e a metodologia dos estudos de comunidade foi desenvolvida em um momento em que os estudos urbanos estavam se desenvolvendo. No entanto, tomaram as comunidades rurais como sendo unidades primitivas - tal como se fazia nos estudos clássicos da antropologia. Na época Toledo era considerada uma comunidade rural, ainda em desenvolvimento, com cerca de 10.000 moradores. Neste ponto, foi possível perceber que as discussões da Escola de Chicago com suas problematizações do urbano e considerações a respeito do crescimento das cidades influenciaram os debates propostos por Oberg.

O texto da dissertação está dividido da seguinte maneira: o primeiro capítulo apresenta a trajetória de vida e acadêmica de Kalervo Oberg. Apresentamos suas pesquisas, a que elas se referem e como elas contribuíram

para o desenvolvimento do campo das políticas públicas. Nosso objetivo no capítulo é o demonstrar que a chegada do autor e os métodos e teorias utilizados por ele, o inserem em um contexto político específico, com um estilo de trabalho muito próprio do período que é o da antropologia aplicada.

No segundo capítulo buscamos as referências dos estudos de comunidade para compreender as metodologias que utilizavam e posteriormente o que buscavam com essas pesquisas. Nesta parte do texto apresentamos as características e a metodologia que foi aplicada na obra Toledo. Diante das aproximações, sugerimos que o relatório (1960) pode ser considerado uma espécie de estudo de comunidade, o que nos auxilia no estabelecimento de relações com as teorias produzidas nos Estados Unidos e no Brasil via redes transnacionais de teorias, metodologias e dados.

No terceiro capítulo procuramos nos debruçar apenas na relação dos escritos do Plano de Colonização (1956) com a obra Toledo (1960). Enfatizamos as similaridades entre os textos a partir de proximidades das informações e dos dados históricos, comparando as passagens de um com o outro. O objetivo do capítulo é demonstrar que houve uma grande influência entre a perspectiva da colonizadora e aquela apresenta por Kalervo Oberg na delimitação da categoria de colono. Além de outros fatores que iremos argumentar posteriormente, queremos sublinhar que a hipótese desta afirmativa refere-se ao pouco tempo de pesquisa, Oberg pesquisou o local em um espaço de tempo curto, dois meses de duração (1960, p.11-12).

O último capítulo é dedicado a problematizar a ideia de elemento humano escolhido pela Maripá, para ocupar a área. Buscamos demonstrar e desconstruir a categoria colono, a partir de suas características. Para tanto, criamos uma divisão entre alteridades internas e externas. Procuramos refletir a respeito da diversidade presente na cidade. Neste ponto foi imprescindível analisar a etnicidade e a questão do pertencimento desses indivíduos à comunidade.

Sendo assim, com estas perspectivas, este trabalho realiza uma apresentação e confrontação dos discursos que foram delineados a partir do elemento escolhido e chamado de colono numa obra específica. Procuramos resgatar que elementos levaram um antropólogo a fortalecer esta representação que segue atual e que enaltece italianos e alemães como

elementos ideais e responsáveis pelo sucesso e progresso da colonização do Oeste do Paraná.

Procuramos também evidenciar outros elementos humanos que pouco aparecem na história oficial do município que são caboclos e paraguaios. Embora estes indivíduos não tenham tido destaque na história oficial e não tenham sido exaltados no relatório de Oberg (1960), eles aparecem no texto do documento abrindo estradas, retirando árvores, limpando terrenos, plantando e colhendo. A temática nos causou inquietação e, portanto, buscamos desconstruir e problematizar a visão “padrão” que foi criada ao longo dos anos e que apresenta a categoria colono como homogênea e universal.

2. KALERVO OBERG E O CONTEXTO GERAL DA HISTÓRIA DE VIDA E DA ANTROPOLOGIA APLICADA

Neste capítulo o objetivo é apresentar a trajetória do antropólogo Kalervo Oberg (1901-1973) e também a sua inserção no contexto político da época. Questões relacionadas à sua vida, sua formação e quais as relações que foram construídas ao longo de sua carreira profissional serão apreciadas.

Oberg passou por diversos institutos, como apresentamos ao longo do texto, as pesquisas estavam associadas a instituições como museus e em áreas como ciências naturais, geografia, entre outras. A relação com a antropologia fez com que Oberg fosse professor e “antropólogo do governo”, a partir de 1941 em agências federais americanas, no período pós-guerra. Esta função era realizada com investimentos governamentais norte-americanos, com o objetivo de realizar pesquisas em diversos países.

Os países visitados eram, em sua maioria, na América Latina. Além do Brasil, ele visitou o Peru, Colômbia e México. As pesquisas realizadas resultaram em investimentos para melhorias, em áreas, como por exemplo, da saúde, inclusive resultando em campanhas de vacinação e até cuidados básicos, como no saneamento. E ainda, ganhou visibilidade por parte de estudantes, colegas e pesquisadores de sua época, além de ter sido lembrado por estar a serviço dos governos norte americano e brasileiro.

Sobre os estudos de antropologia aplicada, vale ressaltar que eles passaram por um impulso coletivo, já que houve o aumento significativo deste tipo de pesquisa na década de 1940. A partir daí, o conhecimento sócio antropológico passou a ser útil aos programas sociais, estes relacionados à saúde e que estavam ligados a regiões no interior do país. Entre as décadas de 1940 e 1950 a sociologia e a antropologia estavam articuladas às políticas públicas e ao desenvolvimento regional. No final da década de 1950 e início de 1960, os antropólogos nos EUA eram vistos como “agentes do progresso e do desenvolvimento” (ALMEIDA, 2018, p.12).

Ao que se refere às pesquisas aqui analisadas, observa-se que o Brasil seguiu o modelo norte-americano. Os antropólogos estrangeiros que vieram para cá com auxílio do governo produziram dados que visavam fomentar

políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do país principalmente nas áreas de saúde e de saneamento.

2.1 Kalervo Oberg: formação e trajetória

Em janeiro de 1901, na cidade de Nanaimo, no Canadá, nasceu Kalervo Oberg, filho de imigrantes finlandeses. Casou-se no ano de 1945 com Lois Oberg que o acompanharia também ao longo da realização das suas pesquisas em diversos países. Segundo Foster e McComb (1974, p.357), Oberg foi pioneiro nos estudos a respeito do *choque cultural* e desenvolveu trabalhos na área da economia e da antropologia aplicada. Oberg faleceu em julho de 1973 em Oregon, Estados Unidos da América.

Depois de inicialmente ter realizado sua formação em economia entre os anos de 1928 e 1930, decidiu estudar antropologia na Universidade de Chicago. As pesquisas iniciais de Oberg relacionavam economia e antropologia para compreender a organização social dos índios da tribo *Tlingit* que viviam na fronteira entre o Alasca e o Canadá (FOSTER; McCOMB, 1974, p.357). O trabalho de campo que foi realizado entre 1931 e 1932 que deu origem a sua dissertação intitulada "*The Social Economy of the Tlingit Indians of Alaska*"⁵, supervisionada por Radcliffe-Brown

Em 1934, ele foi realizar um pós-doutorado na "*London School of Economics (LSE)*", sobre a temática dos sistemas políticos clássicos de dois grupos africanos. Esta pesquisa foi publicada na coletânea "*African Political Systems*" (1936) que foi organizada por Meyer Fortes e Evans-Pritchard sob o título de "*The Kingdom of Ankole in Uganda*". Neste artigo, ele analisou o sistema de línguas dos grupos Ankole, além de ter debatido a respeito das relações sociais e fatores culturais associados ao desenvolvimento tecnológico e as possíveis mudanças sociais.

Após o período na antropologia britânica, Oberg retornou para os EUA e lecionou de forma breve nas universidades de Montana e Missouri. Na

⁵ Nesta pesquisa, Oberg utilizou termos da economia para estabelecer uma interpretação da organização social dos índios em questão relacionando-a ao controle de terra e dos recursos naturais. O autor defendeu que o grupo possuía uma organização social complexa relacionada aos sistemas econômico e social fazendo referência aos clãs e sistemas de casamento, ou seja, as relações de parentesco.

continuidade da sua trajetória, além de ter realizado trabalho de campo em comunidades tradicionais nos Estados Unidos da América, Brasil e México, passou a trabalhar, a partir de 1941 como antropólogo a serviço do governo em agências federais americanas.

2.2 O Antropólogo e o Contexto Político das Ciências Sociais Aplicadas

De acordo com Paulo Alves e Miriam Rabelo (1998), ao longo da década de 1940, nos Estados Unidos da América, dado o estágio inicial de desenvolvimento da disciplina, muitas pesquisas antropológicas eram realizadas no bojo das políticas públicas da área da saúde. A especificidade da realização de uma pesquisa com objetivos práticos anteriormente definidos eram imensos. Afinal, quando o estudo era planejado já estava definido o seu objetivo prático. Assim, por exemplo, havia a delimitação prévia dos termos do trabalho de campo para que servissem a propósitos governamentais anteriormente acordados.

Nos Estados Unidos da América das décadas de 1940 e 1950, a antropologia foi incorporada aos programas internacionais de saúde pública dirigidos para a América Latina, África e Ásia. Muitos destes trabalhos eram voltados aos estudos de comunidade. Este ponto é essencial para compreendermos a atuação de Kalervo Oberg no Brasil e também para contextualizarmos a realização do relatório “Toledo”.

O caso americano não é uma exceção quando se olha a história da antropologia. Os antropólogos ingleses fizeram movimento semelhante quando se voltaram para os povos sob controle colonial e elaboraram assim, abordagens estrutural-funcionalistas dedicadas a compreender estes grupos específicos (MINAYO, 1998). Um exemplo desta prática é o livro de Evans-Pritchard, intitulado “Os Nuer” (1978). Diante do contexto geral da área, podemos considerar que o movimento realizado por Kalervo Oberg em direção à antropologia aplicada fez parte de um impulso coletivo. Por exemplo, neste mesmo período houve significativo aumento no número de pesquisas de antropologia nas universidades financiadas pelos programas de ação do governo norte-americano (FIGUEIREDO, 2009). Especificamente no caso do nosso autor, seu primeiro movimento em direção a antropologia aplicada foi em

1943 quando foi para o Novo México para desenvolver pesquisas sobre saúde pública e saneamento em parceria com George Foster⁶.

Ao longo da década de 1940, diversos acontecimentos históricos de fôlego influenciaram os rumos das carreiras dos antropólogos: a Segunda Guerra Mundial e a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU). Naquele contexto, como aponta Piero Leirner (2009) em seu texto sobre a etnografia e a influência das pesquisas com militares, as relações dos antropólogos com as agências estatais estavam em evidência. É neste cenário que Oberg se encaixa.

Talvez seja o caso de já esclarecer que não somente a antropologia tem uma utilidade para os militares, como também não é só para militares que ela pode ser útil. Toda uma série de agentes — ONGs, missionários, entidades de apoio aos índios, agências financiadoras e outros setores estatais — volta e meia assumem dispositivos de ação tipicamente militares (exemplos vários podem ser encontrados em Lima 1995: cap.1) e fazem uso da antropologia para “fins práticos” e, por sua vez, também são monitorados por militares (LEIRNER, 2009, p.59/60).

A análise da citação dá a possibilidade de perceber que em meados da década de 1940, os antropólogos participavam de pesquisas nas quais o Estado aparecia como ator organizador das demandas. Este tipo de trabalho passou a ser chamado de “Antropologia Aplicada”. Estima-se que na época da Segunda Guerra pelo menos uma centena de antropólogos trabalhou para órgãos do governo ligados diretamente ao esforço de guerra norte-americano (LEIRNER, 2009).

No contexto da inserção dos EUA nas duas guerras mundiais, uma instituição de pesquisas já consagrada passou a atuar na articulação entre as pesquisas acadêmicas e as aplicações políticas: a Smithsonian Institution (FOSTER; McCOMB, 1974, p.358). O instituto foi fundado pelo governo dos

⁶ George Foster se formou bacharel em antropologia em 1935. Os seus primeiros trabalhos de campo foram realizados na década de 1930 na Califórnia. Na década de 1940 realizou pesquisas com grupos indígenas e suas relações econômicas fazendo trabalho de campo. Foi nesta época que passou a fazer parte do grupo de antropologia aplicada. Lecionou na Cidade do México e foi membro do Instituto Smithsonian como diretor. Disponível em: <http://antropomania.blogdiario.com/1241463838/antropolog-a-aplicada-de-george-foster/> Acessado em: 21/06/2018.

Estados Unidos da América em 1846 com recursos deixados pelo inglês James Smithson, que visava uma organização para a difusão do conhecimento.

De acordo com Regina Figueiredo (2010), a Smithsonian Institution é um instituto de pesquisas de cunho educacional que está associado a um complexo de museus e de centros de pesquisa em áreas como ciências naturais, geografia e etnologia tornando-se a agência responsável pela cooperação de pesquisadores norte-americanos com instituições latino-americanas no campo das Ciências Sociais entre os anos de 1943 e 1952.

A fim de estabelecer o lugar de fala de Kalervo Oberg no relatório que analisaremos nesta dissertação, torna-se necessário compreender como algumas transições aconteceram. Neste ponto em específico, os estudos de Regina Érika Domingos de Figueiredo serão referência fundamental desta dissertação. Figueiredo (2009) aponta que Oberg fazia parte do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) que era uma agência governamental norte americana especializada em cooperação no campo da saúde.

Em 1951, o IAIA estabeleceu convênio para realizar pesquisas com o Instituto de Antropologia Social (ISA) da *Smithsonian Institution*. A partir deste acordo foram organizados grupos compostos por antropólogos e os mesmos passaram a trabalhar em áreas ainda em desenvolvimento sob a temática associada aos serviços de saúde e projetos cooperativos com diversos países.

A medida inicial foi estabelecer um instituto que impulsionasse as relações internacionais por meio de estudos e práticas de intervenção social. Assim, o IAIA⁷ possuía uma equipe de antropólogos que auxiliava em pesquisas de campo com o objetivo de atuar na realidade social trazendo soluções.

The IIAA, the forerunner of the Agency for International Development, was the first major U.S. government effort in international technological and economic cooperation, an arena in which many of this country's applied anthropologists saw their first action (FOSTER; McCOMB, 1974, 1974, p. 358).

⁷ O instituto era dirigido por Nelson Rockefeller (1908-1979), vice-presidente dos Estados Unidos e depois Governador de Nova York, tido como líder da ala do Partido Republicano em sua trajetória lançou obras de construções e projetos de modernização para a sociedade. (FIGUEIREDO, 2009, p.75).

O IAIA foi criado pela Agência de Desenvolvimento Internacional que administrava programas de ajuda externa em países ainda em desenvolvimento. Ambos estavam ligados aos esforços do Governo dos Estados Unidos da América para subsidiar auxílio tecnológico e econômico internacional. De acordo com Foster e McComb (1974) estes eram campos nos quais os antropólogos aplicados estavam praticando as suas primeiras ações voltadas às pesquisas governamentais. O IAIA esteve ativo desde 1946 até final dos anos de 1950.

Os serviços de saúde financiados pelo governo norte americano em diversos países partiam dos pressupostos políticos, econômicos e culturais específicos. Um dos seus objetivos era conquistar aliados, principalmente comerciais para manutenção de acesso a fontes de matéria prima e mercado consumidor de desenvolvimentos tecnológicos. Neste ramo de atividade, o serviço da antropologia obedecia a esses propósitos governamentais.

(...) as atividades das organizações de ajuda norte-americanas no continente são determinadas por interesses econômicos e geopolíticos e seu impacto se resume à construção da hegemonia do império americano; o ataque às medicinas tradicionais e a difusão da medicina científica correspondem a ações estratégicas do ponto de vista da expansão da ordem capitalista mundial uma vez que a lógica biomédica contribuiria para mascarar os componentes sociais da etiologia das doenças; (...) (FIGUEIREDO, 2009, p.15).

Com a expansão das pesquisas norte americanas associadas com a apresentação dos novos cenários que estavam sendo reconstruídos e repovoados, Figueiredo (2009, p.15) aponta para uma dinâmica de dependência nas relações entre os países que estavam recebendo subsídio do governo dos Estados Unidos. Para a autora, "(...) as políticas nacionais de saúde resultam do jogo desigual entre os poderes externos e os Estados". (idem, p.15).

No entanto, a mesma autora (idem, p.09) mostra que o encontro do antropólogo, como profissional, em conjunto com seus conhecimentos antropológicos, voltado para as agências de desenvolvimento, foram marcados por ambivalências, avanços e até mesmo recuos, isso, pois:

(...) tratava-se de ajustar seus interesses de pesquisa às demandas dos programas de ação, de direcionar o foco da investigação para problemas práticos e colocar sua expertise à disposição de técnicos e burocratas. (FIGUEIREDO, 2009, p.09).

O emprego dos estudos do “antropólogo de governo” já era algo corriqueiro nos Estados Unidos, pós-guerra (idem, p.114). Podemos citar os exemplos das antropólogas Ruth Benedict⁸ e Margaret Mead⁹ internacionalmente conhecidas por seus estudos produzidos visando os esforços de guerra americana. A atividade consistia na criação de pesquisas e estudos¹⁰ sobre a sociedade em questão procurando apresentar suas características e especificidades. Esses estudos auxiliaram no planejamento e execução de ações militares.

Para compreender o papel da antropologia no período e perceber por que e como ela ganhou visibilidade, utilizo a obra do antropólogo Franz Boas¹¹, intitulada “Antropologia Cultural”, publicada em 1940. Para Boas (2005, p.25), a antropologia moderna descobriu fatos sobre a sociedade humana, sobre seu crescimento e desenvolvimento, suas formas, opiniões, ações e traços em comum que são fundamentais. A antropologia começou a receber os interesses públicos que lhe foram negados, pois, antes se acreditava que ela não poderia fazer mais do que registrar curiosos costumes e crenças de povos estranhos, ou ainda, elucidar migrações das raças e as afinidades entre os povos.

De acordo com Alfredo Wagner de Almeida (2018, p.12) os antropólogos das décadas de 1950 e início de 1960 eram considerados os “agentes do progresso e do desenvolvimento”. Assim, suas pesquisas visavam

⁸ Ruth Benedict (1887-1948) seguia a tradição boasiana de pesquisas de campo. Estudou os índios Serrano na Califórnia e os Zuñi, além dos Cochiti e Pina nas planícies do Sudoeste Americano. Seu livro Padrões de Cultura (1934) se tornou um best-seller (Castro, 2016).

⁹ Margaret Mead (1901-1978) aos 22 anos mudou-se para Samoa Americana - Pacífico Sul, para realizar vários estudos de campo, quando regressou para o Ocidente, escreveu um de seus mais polêmicos livros “Adolescência, sexo e Cultura em Samoa”. Em 1935, publicou o livro Sexo e Temperamento em três sociedades primitivas, outro best-seller.

¹⁰ O fomento para a realização dos mesmos era tido a partir do governo, principalmente dos Estados Unidos, no período pós-guerra. O período pós-guerra foi visto como algo inovador para o país, isso, pois, havia um padrão de vida da população mais alto, mais dinheiro circulando na sociedade americana, desta forma a nação estadunidense estava mais bem estruturada.

¹¹ Franz Uri Boas (1858-1942) entrou para a faculdade em 1877 para estudar física em Heidelberg, depois de um tempo, mudou-se para Berlim. Em 1883 foi para uma expedição aos esquimós, onde ficou por um ano fazendo suas pesquisas. Ele é considerado um dos pais da antropologia americana. (BOAS, 2005, p.07).

planejamentos governamentais e ações transformadoras sobre comunidades tradicionais. No entanto,

Os antropólogos tornam-se mediadores e capacitadores de comunidades em sua função de “agentes do desenvolvimento”. A categoria “desenvolvimento”, que havia sido alçada à ordem do dia do planejamento governamental no pós-guerra, desfazendo aparentemente a relação metrópole-colônias, ganhou força com os seguidores do Presidente H. Truman, reclassificando os países em “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos.”. (ALMEIDA, 2018, p.16).

Para Figueiredo (2009), os estudos antropológicos feitos a serviço do governo eram comuns porque a área ainda estava se consolidando e a maior demanda existente de trabalho vinha das políticas públicas. Como alguns programas de governo que se utilizaram de estudos antropológicos havia sido eficazes nos EUA, os burocratas do governo decidiram ampliar esta atuação levando estes profissionais para outros países da América Latina.

No período que os estudos, acima citados, são desenvolvidos, o Instituto de Antropologia Social (ISA) estava vinculado a Smithsonian Institution, e gerenciado por acadêmicos que utilizavam tais programas para proporcionar aos pesquisadores que estavam em formação, campo para treinamento e estudos. Justamente no bojo destes trabalhos que foram praticados, os estudos de comunidade, motivos de análises posterior, nesta dissertação.

Há a argumentação de que a antropologia daquele período sofreu influências de idiomas do desenvolvimento, além da modernização, houve então, a constatação que as políticas públicas também foram afetadas pela mobilização das ciências sociais. Assim a área da antropologia continuou privilegiando os estudos dos sistemas culturais visando a descrição e a comparação.

Assim, podemos concluir que houve então um movimento que levou estes estudos a tornarem-se aplicados. Havia demanda para as pesquisas de antropologia aplicada nas áreas relacionadas à transferência de tecnologia, a saúde e as doenças. Esta demanda tornou-se essencial para os antropólogos já que o acesso aos recursos de financiamento estava ligado a esses fundos governamentais. Dada a necessidade financeira, os antropólogos se deixavam orientar pelas demandas aplicadas que financiavam, ainda que indiretamente os estudos específicos de ciência social de base.

Figueiredo (2009, p.35) afirma que “foi neste contexto de descoberta de novos usos do saber antropológico e de impulso às atividades orientadas para a intervenção que foi criada a Sociedade para a Antropologia Aplicada, em 1941”. Os antropólogos trabalhavam tanto para construir teorias de análise social quanto para auxiliar nos projetos de desenvolvimento.

O pioneirismo do trabalho dos antropólogos norte-americanos no campo da cooperação internacional em saúde se deveu menos à convicção quanto aos méritos da antropologia aplicada e mais a uma conjuntura que condicionava a oferta de recursos para pesquisa à demonstração de sua utilidade prática segundo os imperativos do desenvolvimento. (FIGUEIREDO, 2009, p.104).

Oberg estava entre os primeiros que se juntaram ao IAIA nos EUA. Assim, em 1942 ele foi para o Equador para participar da “reabilitação local” já que o país estava social e economicamente devastado em função da guerra contra o Peru¹². Oberg também foi enviado ao Peru para realizar pesquisas de cunho alimentar, estudos de saúde e saneamento fazendo com que fosse criado o *Instituto de Estudios Etnológicos*, para a promoção do ensino e pesquisa.

Dando continuidade à sua trajetória de pesquisas em antropologia aplicada em 1944 Oberg retornou para Washington para participar da Divisão de Alimentos da Administração Econômica Estrangeira na qual eram realizados estudos etnográficos sobre os programas cooperativos de saúde. Foi nesta época que se tornou cidadão americano.

Quando Oberg foi convidado por Julian Steward para integrar o ISA, ele tornou-se representante do instituto no Brasil, onde, de 1946 a 1952 (FIGUEIREDO, 2009, p.101) ficou comprometido com as atividades docentes da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, além de suas pesquisas, no Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná.

FIGURA 1: Carteira de Imigração Oberg

¹² A guerra do Equador com o Peru aconteceu em 1941 e 1942 e após o término o Peru ficou apenas com metade do seu território anterior e quase toda sua região amazônica. Disponível em: <https://conflitoperuequador.wordpress.com/> Acessado em: 31/08/2018.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
465.802

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso: RALENYO OBERG
Admissão em território nacional em caráter TEMPORÁRIO/DEFINITIVO

Nos termos do art. 7.º letra C do dec. n.º 7107 de 1945
Lugar e data de nascimento CANADA 10. / Junho / 1901
Nacionalidade AMERICANA Estado civil CASADO
Filiação (nome do Pai e da Mãe) ARNDT OBERG e ELISA OBERG
Profissão OFFICIAL F.O.A.
Residência no país de origem RUA SPITALIO FREIDA 1000, RIO GRANDE

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n.º 20000 expedido pelas autoridades de São Paulo de Estado de U.E.A. na data 10 Setembro 1954
vindo sob n.º 78/58

Consulador-Morador em São Paulo
em Georget Oberg
11 Outubro de 1955
O Cônsul
Ponderato

AMBASSADA DO PORTUGAL

NÃO - Esta ficha não se presta a expor ou revelar por qualquer motivo, dados de caráter sigiloso.

FONTE: <https://www.familysearch.org/>¹³.

2.3 Oberg e a Antropologia Aplicada no Brasil

As primeiras iniciativas para a construção do campo da antropologia no cenário brasileiro se deram no contexto de formação da elite intelectual do país, quando em 1933, um grupo de empresários fundou a Escola Livre de Sociologia de São Paulo (ELSP). Segundo Terezinha Oliveira e Claudinei Mendes (2003, p.13), “Simonsen¹⁴ considerava essa escola a instituição capaz de criar a elite que julgava o Brasil”. Desejava que essa fosse mais condizente com as novas condições sociais e políticas do país.

Em 1934 o interventor Armando Sales¹⁵ criou a Universidade de São Paulo (USP) com o objetivo de formar professores e especialistas nas ciências básicas. Para fins desta pesquisa acreditamos que seja importante compreendermos o cenário no qual seriam inseridos e treinados os intelectuais

¹³ Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S7WF-91Z6-39?i=81&cc=1932363> Acessado em: 13/09/2019.

¹⁴ Nascido em 1889, Roberto Simonsen começou a trabalhar e a escrever na década de 1910. Mas, foi principalmente nas décadas de 30 e 40 que o vemos na plenitude de sua atividade política e de escritor. Simonsen participou da ELSP em 1933. (OLIVEIRA; MENDES, 2003, p.13).

¹⁵ Armando Sales (1887-1945) formado em Engenharia Civil, por um ano assumiu a direção do jornal O Estado de São Paulo, em virtude do exílio do diretor Júlio de Mesquita Filho, que era seu cunhado. Em 1933, foi um dos articuladores da Chapa Única por São Paulo Unido, disputando em maio as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e elegeu a maior parte dos representantes paulistas. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando_sales Acessado em: 31/07/2018.

e pesquisadores, e ainda, quais influências eles receberam em seus estudos. A metodologia usada para este formato de ensino foi o bacharelado (LOPES, 2012, p.69).

De acordo com Thiago Lopes (2012) os intelectuais que estavam vindo ao Brasil eram de origem francesa e norte-americana:

Na estruturação dos cursos superiores, é conhecida a participação de professores estrangeiros, notadamente os de origens francesa e norte-americana. Em São Paulo, a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), criada em 1933, contou com a atuação de norte-americanos como Horace Davis, Samuel Lowrie e Donald Pierson, e de alemães como Herbert Baldus e Emílio Willems. O quadro docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL), criada em 1934, foi composto em grande parte pela denominada “missão francesa”, que trouxera ao país cientistas sociais como Lévi-Strauss, Paul Arbousse-Bastide e Roger Bastide. Na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), no Rio de Janeiro, a presença francesa em Ciências Sociais também foi notória, da qual foram exemplos Maurice Byé, André Gros e Jacques Lambert. (LOPES, 2012, p.44-45).

Havia um intenso fluxo de intelectuais no Brasil na década de 1930. A maioria estava ligada ou fazendo parte de escolas ou instituições de ensino, além de pesquisas. Lévi-Strauss¹⁶, por exemplo, chegou em 1935 no Brasil, mais propriamente no Rio de Janeiro.

Como nossa teoria é a história transnacional das ciências sociais é preciso sublinhar que a década de 1920 e 1930 é o momento áureo dos departamentos de antropologia e sociologia na Universidade de Chicago (SILVA, 2012, p.19). Assim, a perspectiva do internacional permitiu que pudéssemos qualificar os estudos e pensamentos que influenciaram a construção da nossa “identidade nacional” das décadas de 1930 e 1940.

No entanto, para fins desta dissertação, nos interessa especialmente o contexto das ciências sociais brasileiras a partir da década de 1940 quando chegou ao Brasil, Donald Pierson¹⁷ que veio para trabalhar na ELSP.

¹⁶ Lévi-Strauss (1908-2009) veio para o Brasil em 1935, integrando uma missão de professores franceses contratada para lecionar na recém-criada Universidade de São Paulo - USP. Ficou no Brasil até 1939, aproveitando para realizar pesquisas e expedições em tribos do Brasil central, experiência posteriormente narrada em *Tristes Trópicos* (1955).

¹⁷ Donald Pierson (1900-1995): lecionou na Escola de Sociologia e Política em São Paulo, sobre suas pesquisas visavam os estudos de grupos sobre as situações sociais dos mesmos. Suas pesquisas ainda referiam-se sobre os estudos de comunidade.

Dentre os cientistas sociais estrangeiros que estiveram no país, destacou-se o pesquisador norte-americano Donald Pierson, cujo amplo raio de ação influenciou significativamente no processo de construção acadêmica e profissional da Sociologia e da Antropologia no Brasil. Contratado pela ELSP em 1939 empenhou-se tanto na conjugação entre ensino e pesquisa quanto na divulgação de determinados padrões de cientificidade para as Ciências Sociais no país. (LOPES, 2012, p.44).

Segundo Figueiredo (2009, p.10) foi somente a partir da década de 1940 que o conhecimento sócio antropológico seria útil do ponto de vista dos programas sociais, dos programas de mudança social dirigida e dos relacionados à saúde no interior do país. Este direcionamento se deu justamente com “a entrada dos Estados Unidos na guerra, em fins de 1941 (que) favoreceu o recrutamento de especialistas e a mobilização de cientistas para colaborar com as agências do governo” (idem, p.26).

Vale ressaltar, como aponta Figueiredo (2009, p.26), que algumas áreas foram mais requisitadas para as pesquisas aplicadas. Estas por sua vez eram as que estavam “(...) ligadas ao desenvolvimento de armamentos e de tecnologia médica”.

Na época, a maior contribuição das ciências sociais foi através dos estudos de comunidade que estavam ligados às pesquisas “médico-sanitárias” (FIGUEIREDO, 2009, p.20). Aos médicos era ensinado que a “ciência da sociologia” possuía método calcado na “observação, na classificação e na inferência” (GUERREIRO RAMOS, 1944, p. 315).

Neste quadro, pode ser citado o caso de Charles Wagley¹⁸ que financiado pela Fundação Rockefeller e em conjunto com o Museu Nacional, iniciou estudos de comunidade e com métodos de pesquisa produziu etnografias sobre indígenas - lembrando que Wagley também atuou no SESP. (idem, p.73).

No Brasil das décadas de 1940 e 1950, a sociologia e a antropologia aplicada estavam articuladas com a preocupação das políticas públicas e programas de desenvolvimento regional. Nesta arena Donald Pierson

¹⁸ Charles Wagley (1913-1992) participou ativamente da vida brasileira de 1939 a meados da década de 60, tendo representado até então uma visível referência intelectual. Insatisfeito com o golpe militar, que perseguiu seus amigos e contrariou seus princípios, afastou-se do país, mas continuou como o mais importante estudioso do Brasil nos Estados Unidos. (ZARUR, 1993, p.257).

coordenou o programa de pesquisas no Vale do São Francisco (MAIO; OLIVEIRA; LOPES, 2013, p.257-258).

O projeto do Vale do São Francisco surgiu dentro de um movimento das ciências sociais que se convencionou chamar de “estudos de comunidade” no qual se analisavam as comunidades de maneira detalhada e minuciosa para compreender os grupos sociais que as compunham. Para tanto, as pesquisas antropológicas da época adotaram como método o uso do trabalho de campo seguindo a agenda desenvolvida pela Escola de Chicago.

O modelo de realização de Estudos de Comunidade que se estabeleceu no Brasil, especialmente durante a década de 1950, tem matriz norte-americana, em que os trabalhos de cientistas sociais como Robert Redfield e Robert E. Park são referências fundamentais. (VILA NOVA, 1996, p. 69).

De acordo com Nemuel Oliveira e Marcos Maio (2011, p.522), os estudos de comunidade partem de um modelo de pesquisas baseadas na vida social de uma determinada comunidade, que se encontra social e espacialmente localizada, pois, é nela que se desenrolam os processos sociais dos quais os estudos investigam. Assim, torna-se objeto de investigação minuciosa e detalhada e possuem o caráter descritivo abrangente, que se dá como princípio metodológico.

No Brasil, foram os estudos de comunidade que durante as décadas de 1940 a 1950 produziram conhecimento utilizado para aplicação dos programas de desenvolvimento de matriz norte-americana. Estes programas tinham como foco a realidade social, econômica, educacional e sanitária voltadas a transição das culturas tradicionais para comunidades rurais-urbanas.

Ainda no caso Brasileiro, a escola paulista de sociologia com Florestan Fernandes, não deixou de auxiliar a criação de “possibilidades concretas de aproveitamento prático dos conhecimentos sociológicos, na solução de problemas sociais brasileiros” (FERNANDES, 1958, p.231). Florestan aponta o estudo de Wagley em *Gurupá*¹⁹ como pioneiro por “introduzir, nos estudos de

¹⁹ De acordo com Milton Ribeiro e Aldair Freire (2016), “Charles Wagley visitou pela primeira vez Gurupá em 1942, durante os esforços em levar orientações sobre educação e saúde para os habitantes do Vale Amazônico “dentro do chamado ‘esforço de guerra’” (SÁ, 2011, p. 111).” - Trabalho este, possivelmente realizado com recursos financeiros norte americanos. Em 1948 Wagley, regressa à Itá para realizar a pesquisa de campo que possibilitou a construção dos

comunidade, o impulso que conduz as pesquisas para fins práticos objetivos, tão importantes na sociedade brasileira do presente” (idem, p.49).

Voltando a trajetória do autor, sabe-se que quando Oberg chegou ao Brasil tendo sido contratado pelo IAIA através do convênio com a ISA (Smithsonian Institution), foi imediatamente incorporado ao quadro de professores e pesquisadores da ELSP, tendo posteriormente se articulado no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Esta repartição manteve-se em funcionamento de 1946 até 1960 e foi fundamental no desenvolvimento de muitos estudos de comunidade.

De acordo com José Cardoso (2011), os cientistas sociais eram incorporados na Seção de Pesquisa Sociais do SESP que foi criada em 1953 para desenvolver a educação sanitária. As produções resultantes destes estudos eram utilizadas nas atividades de educação sanitária auxiliando, sobretudo na formação de agentes de saúde e de visitantes sanitários.

Nesse cenário, o papel das ciências sociais foi o de promover a consolidação da educação sanitária como o foco principal do seu modelo de saúde pública, integrando as demais atividades e áreas de atuação do serviço em uma lógica global, informada pela perspectiva do desenvolvimento de comunidades. Tal perspectiva dotava o SESP de uma responsabilidade econômico-social e, ao mesmo tempo, lhe conferia razão de ser após o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria. Portanto, esse modelo de atuação sanitária estava afinado com um direcionamento externo das políticas de fomento ao desenvolvimento de países como o Brasil – que naquele momento era caracterizado como subdesenvolvido – e, internamente, estabelecia sobre a educação sanitária e as ciências sociais sua base de implementação. (CARDOSO, 2011, p.02).

A Seção de Pesquisa Sociais do SESP teve durante algum tempo a coordenação de José Arthur Rios e a participação como consultor de Oberg além de ter contado com a atuação dos cientistas sociais Carlos Alberto de Medina²⁰ e o antropólogo Luiz Fernando Raposo Fontenelle²¹, que buscavam

livros: “Uma comunidade amazônica”, estudo este que visava à vida homem nos trópicos, publicado originalmente em inglês, em 1953. E ainda, “Santos e Visagens” este partiu do estudo da vida religiosa de Itá, pesquisa para a tese de doutorado, publicada em português em 1976, de Eduardo Galvão. Em ambas as publicações observa-se a descrição da vivência do homem amazônico, os problemas enfrentados em seu cotidiano e as relações sociais estabelecidas na comunidade de Itá. Disponível em: http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_TRABALHO=2&ID_SIMPOSIO=36&impressao.

²⁰ Carlos Alberto de Medina iniciou sua trajetória nas ciências sociais na década de 1950, e se destacou com um de seus trabalhos considerado pioneiro e realizado sobre as favelas. Atuou

implementar no país práticas preventivas levando em consideração os contextos específicos das localidades alvo dos programas.

A influência dos estudos de comunidade e o papel de sociólogos e antropólogos nos programas de saúde pública, em particular na Seção de Pesquisas Sociais do SESP, fomentou uma corrente de pensamento, que influenciou a educação sanitária e sua maneira de atuação nas unidades sanitárias, ao levar em consideração os aspectos sociais e culturais do meio rural brasileiro. Essa lógica de entender para intervir, dominou a maneira como a educação sanitária foi implementada, bem como sua política de organização de comunidades, o processo de expansão da instituição nos anos 50. (CARDOSO, 2011, p.01-02).

Ainda sobre o SESP é preciso reafirmar novamente que as ciências sociais aplicadas seguiam um modelo norte-americano intervencionista, sobretudo no campo das pesquisas sobre as comunidades. A partir desta base e vocação, “a seção marcou a introdução das ciências sociais na estrutura de saúde pública da agência, nos anos 50, de maneira sistemática” (CARDOSO, 2011, p.05).

Mesmo após o fim da parceria com o SESP, a Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública passou a realizar as mesmas tarefas, tais como controle de doenças, assistência médica e educação sanitária. No entanto, “Oberger permaneceu envolvido com as atividades do IAIA no Brasil até ser incorporado aos quadros da *United States Operations Missions/USOM*²² no final da década de 50” (FIGUEIREDO, 2009, p.144).

O SESP perdeu espaço, a partir de 1960, para outras entidades, como por exemplo, o Plano Nacional de Saneamento - PLANASA (ANDRADE, 2003, p.845). A partir daí, os agentes do SESP aplicaram seus conhecimentos na

como diretor do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (Clapcs), vinculado à UNESCO, e pesquisador do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), órgão vinculado a organismos internacionais de ajuda a países subdesenvolvidos. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-recebe-acervo-do-sociologo-carlos-alberto-de-medina> Acessado em: 01/08/2018.

²¹ Luiz Fernando Raposo Fontenelle (1929-2008) formou-se em Geografia e História, pela atual UFRJ, mas atuou como antropólogo. Dentre tantas atividades que desempenhou, foi técnico de museu, assistente de pesquisa e pesquisador do SESP. Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/luiz-fernando-raposo-fontenelle> Acessado em: 21/10/2019.

²² De acordo com Iraide Barreiro (2010), foi por meio da United States Operation Mission-Brazil, ou seja, da USOM, que se estabelecia uma cooperação com as organizações municipais, estaduais e federais em prol do desenvolvimento dos níveis de padrão de vida das populações rurais, com o objetivo de equipar vários Postos de Educação Audiovisual.

área de planejamento e recursos humanos, realizando campanhas nacionais de vacinação²³. Segundo Andrade (2003, p.845) a SESP tinha dois motivos para se manter nas campanhas de vacinação e manterem o empenho, “(...) a necessidade de sobrevivência da FSESP²⁴ e a expertise técnica e administrativa adquirida no decorrer de sua existência.”.

O SESP deixou de receber auxílio do governo norte americano na década de 1960 (ANDRADE, 2003). Dessa forma, passou a ter que disputar recursos com outras instituições governamentais. Como o SESP era percebido como uma instituição influenciada pelo governo americano, esta percepção foi um dos fatores provocadores do seu posterior fechamento já que dificultava a captação de financiamento.

Analisando a produção de Kalervo Oberg e os desdobramentos dela no Brasil, percebe-se que seus trabalhos etnológicos tiveram maior destaque²⁵. Todavia, suas pesquisas em políticas públicas na área da saúde são essenciais para esta dissertação já que é justamente nesta área de pesquisa que se insere o relatório analisado.

É preciso enfatizar que embora a mudança de foco das sociedades tradicionais para as sociedades em processo de urbanização e industrialização tenha ocorrido na sua produção, persistiu o aspecto temático a respeito das relações sociais e dos fatores culturais que provocavam mudança social. Neste sentido, suas indagações passaram a associar-se ao Serviço do Governo dos Estados Unidos da América no Brasil.

Visando compreender a relação dos estudos de Oberg com as políticas públicas estadunidenses e brasileiras, o trabalho de Patrícia Genovez e Maria Vilarino (2010) é uma boa referência já que estas autoras explicam que os acordos entre Brasil e Estados Unidos da América correspondiam às ações de promoção preventiva da saúde. Estes programas visavam à melhoria das condições humanas e a manutenção da saúde.

²³ Programa de Imunização que teve início em 1966. Segundo Bastos (1996, p.264), na ocasião, foi adotado o emprego sistemático de vacinas contra a tuberculose, difteria, tétano, coqueluche e varíola e o emprego específico contra as febres do grupo tifóidico, poliomielite e raiva.

²⁴ Criado em 1942, o Serviço Especial de Saúde Pública foi transformado em fundação por força da lei 3.750, de 11 de abril de 1960. Perdeu o “Especial” de seu nome em função do decreto-lei 904, de 1o de outubro de 1969. (ANDRADE, 2003, p.848).

²⁵ Esses trabalhos e pesquisas serão mencionados no decorrer do texto.

Vilarino (2008, p.13) aponta a existência de alguns acordos bilaterais, como por exemplo, os que levaram ao Acordo de Washington²⁶, como principais elementos atuantes neste cenário. Esses acordos estavam relacionados aos governos de países da América Latina. Segundo Rodrigo Campos (2006, p.173), o objetivo das políticas sanitárias em áreas “econômicas e militarmente estratégicas” era para que atendesse alguns interesses americanos imediatos.

Os interesses estariam ligados às necessidades da guerra e com isso, estariam buscando aproximação de alguns países. No caso do Brasil, havia de fato um interesse econômico mais acentuado. Do outro lado, Campos (2006, p.185) afirma que esses movimentos americanos correspondiam a expansão do território brasileiro relacionado ao governo Getúlio Vargas que tinha o mesmo objetivo.

A este respeito, o trabalho de Regina Figueiredo (2009) é bastante ilustrativo. A autora aponta que após a década de 1940, esses governos em conjunto passaram a articular programas de educação sanitária²⁷. Até a década de 1950 estes estudos de cunho etnográfico foram realizados sob a égide da Seção de Pesquisa Social do Serviço Especial de Saúde Pública²⁸ (SESP). Este dado nos ajuda a pensar certo descentramento do pensamento brasileiro que informa ter sido menos vinculada à sua própria lógica interna, tida como supostamente autônoma.

Maia (2011, p.84) afirma que entre os anos de 1950 e 1970 era possível localizar um vasto e descentrado campo intelectual transnacional, que abrigavam sociólogos, economistas e demais cientistas sociais que buscavam questionar o estatuto eurocêntrico das ciências sociais tal como praticadas nos países do Atlântico Norte. O trabalho das instituições voltadas a saúde pública e a presença massiva de intelectuais estrangeiros nestas instituições nos ajuda a defender esta idéia

²⁶ Os Acordos de Washington selaram a aproximação entre os governos do Brasil e dos EUA, bem como a adesão brasileira ao “esforço de guerra” dos aliados contra os países do Eixo, durante a Segunda Guerra Mundial. (CAMPOS, 2006, p. 35).

²⁷ Como por exemplo: assistência médica aos soldados norte-americanos, programas de saneamento, projetos de biomedicina ocidental, métodos de higiene, saúde materna e infantil e, ao longo do século XX, Figueiredo (2009, p.137) aponta que as atividades educativas foram ampliando sua participação nas ações em saúde comunitária, ponto bastante relevante para as pesquisas de cunho social e de desenvolvimento local.

²⁸ Doravante SESP.

Segundo Cristina Fonseca (2007) durante o governo Vargas,

(...) instituiu-se com o SESP mais um órgão de atuação nacional nas áreas da saúde pública a privilegiar o interior do país. Considerava-se a posição estratégica das regiões para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. (FONSECA, 2007, p.216).

Para Vilarino (2008), as pesquisas voltadas à saúde e ao saneamento tinham como objetivo consolidar e desenvolver o Estado-Nacional²⁹. Nota-se que assim como aconteceu nos EUA, os antropólogos que vieram para o Brasil atuaram em programas de governo visando produzir dados “brutos” para serem utilizados em políticas públicas específicas.

Entre os objetivos do SESP estava:

Montagem de uma infra-estrutura de serviços e pela provisão de atenção básica para as pequenas localidades das áreas mais subdesenvolvidas do país representou o Estado junto às populações pobres e desassistidas do interior e elevou ao primeiro plano o trabalho local e cotidiano de saúde pública (...). (FIGUEIREDO, 2009, p.131).

Há uma conjunção de fatores que explicam a atuação dos antropólogos americanos a serviço do governo brasileiro. Se por um lado existe uma pretensão de domínio norte americano no continente, há também, por outro lado, as questões associadas à consolidação do estado brasileiro que se utiliza dos recursos cedidos pelos primeiros para ampliar sua rede de atenção e controle em direção ao interior do país. Na década de 1940, o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial. Na mesma década o “abandono” de cargo do então presidente Getúlio Vargas, a nova Constituição e a aprovação da declaração dos Direitos Humanos³⁰ são fatos históricos de grande vulto.

A política nacionalista da Era Vargas (1930-1945) que se intensificou nos últimos cinco anos de governo, buscava dar visibilidade à produção e ao

²⁹ Ao que se refere ao Estado-Nacional o termo passou a ser utilizado para designar o resultado da dinâmica de desenvolvimento da forma política e econômica também, assim fazendo com que se obtivesse uma nova formulação das formas dos Estados e Reinos. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/estados-nacionais/> Acessado em: 22/06/2018.

³⁰ O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RevConstitucionalista32/USP>.

capital nacional com o objetivo de desenvolver o país (DAHER, 2008). Um exemplo deste impulso seria o projeto “Marcha para Oeste” de 1938 que visava ocupar os vazios demográficos³¹ para que não houvesse perda de território nacional.

Para que possamos compreender o contexto histórico, no qual se inseriram as tarefas de Oberg no Brasil é preciso lembrar que um “antropólogo do governo” trabalhava coletando dados a respeito de população de uma região específica (FIGUEIREDO, 2009, p. 115). A isto se soma o fato de que aqui a demanda por conhecimento antropológico se aplicava às camadas subalternas que estavam dentro do quadro de transformações socioeconômicas e que eram as mais vulneráveis sob esse mesmo ponto de vista. Muitas delas viviam em situação de isolamento.

Autores como Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos esforçaram-se para diagnosticar as desigualdades e a forma como a modernização democrática ocorria, além de buscarem compreender as diretrizes para o desenvolvimento nacional. Como já dito, inicialmente quando chegou ao Brasil, Oberg juntou-se ao sociólogo Donald Pierson lecionando na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). De acordo com seu obituário, Oberg levou estudantes para o Mato Grosso para realizar trabalho de campo. Nestes exercícios ele visitava tribos indígenas e conduzia pesquisas³² com populações tradicionais para o instituto do qual fazia parte.

Na década de 1950 Oberg mudou-se para o Rio de Janeiro e suas contribuições como consultor da SESP renderam-lhe mais uma pesquisa com a ajuda deste órgão sobre a comunidade camponesa do distrito de Chonin de Cima, no Vale do Rio Doce. Esta pesquisa esteve inserida no “Projeto do Vale

³¹ De acordo com Ralfo Matos (2012) a população municipal brasileira, na década de 1940, no Rio de Janeiro era a mais alta, já em 1960 foram São Paulo que apresentou número populacional mais alto, ambos localizados ao Sudeste brasileiro. Nesse sentido, observamos que não havia relatos de altos índices populacionais na região Oeste, mesmo com a presença indígena no local. Segundo, Gabriela Beskow (2007, p.01-02) e “A intervenção estatal buscava, entre outros fatores, incentivar a mobilidade da fronteira econômica com o objetivo de incorporar amplos “espaços vazios” do país ao processo produtivo; reunir diversos núcleos demográficos isolados, povoando “racionalmente” o país, assumindo uma “ideologia da fronteira” ou do “bandeirantismo”, aspecto central nas estratégias governamentais.”. Neste ponto a autora cita a “Marcha para Oeste” do então Presidente Getúlio Vargas, ação foi pertencente às políticas do Estado Novo (1937-1940). Esse projeto visava incentivar a migração, criar colônias agrícolas, estradas e ainda, o incentivo da agricultura e pecuária, para a subsistência.

³² Os Terena e os Kadiwéu do Mato Grosso do Sul (1949) e Tribos Indígenas do Nordeste do Mato Grosso (1953).

do São Francisco”. A sua esposa Lois Oberg também participou deste trabalho que foi realizado no ano de 1955. No estudo em Chonin de Cima³³, ele apresentou “(...) a estrutura legal e funcional da propriedade agrária local e das relações de trabalho marcadas por lealdades e sobre os processos de constituição e características demográficas da comunidade” (VILARINO, 2008, p.46).

O antropólogo canadense Kalervo Oberg, ao comentar os resultados de sua pesquisa na comunidade de Chonin de Cima (MG), contemplada pelas atividades do Sesp, atribuiu aos cientistas sociais a tarefa de definir as prioridades no processo de intervenção. A seu ver, esses profissionais também cumpriam importante papel no envolvimento da própria comunidade com os programas governamentais. Isto porque era preciso trabalhar “de dentro da comunidade, em vez de tentar impor de fora serviços de saúde, educação e agricultura” (Oberg, 1961:49). (MAIO; OLIVEIRA; LOPES, 2013, p.257).

O “Projeto do Vale do São Francisco” foi dirigido por Pierson com auxílio de Oberg em 1949. O projeto apresenta-se como estudo de comunidade, ou seja, analisa-se detalhadamente o modo de vida da população de uma área rural levando-se em conta as relações físico-geográficas da região de Minas Gerais. O ISA foi um dos patrocinadores desta pesquisa.

O “Projeto do Vale” servia, assim, à legitimação de um padrão de trabalho sociológico calcado na investigação empírica, conduzida por equipes de pesquisadores treinados, em face não somente da comunidade de cientistas sociais que então se formava, mas também do poder público. (MAIO; OLIVEIRA; LOPES, 2013, p.251).

O projeto deveria ser desenvolvido pelos administradores locais e pelos pesquisadores, ou seja, os cientistas sociais. O grupo de pesquisadores e administradores era pensado como mais eficaz para a solução de problemas de cunho social. O compromisso do cientista social, do “pesquisador de

³³ De acordo com Maria Terezinha Bretas Vilarino (2008), Chonin de Cima é descrita por Oberg como uma comunidade rural com limites definidos, com uma organização social própria, com suas histórias e tradições culturais particulares. Para tanto, Oberg precisou observar esta comunidade e compreender também suas necessidades e hábitos, como por exemplo, cotidiano, costume, festas, funerais, sociabilidade, cuidados de família, ritos entre outros aspectos, mas, sempre cuidando a temática que precisava ser atendida. Trabalho este que já havia sido feito com outras comunidades e grupos, como já citado anteriormente.

comunidade”, com as ações em saúde e educação revelava assim forte conotação política (MAIO; OLIVEIRA; LOPES, 2013, p.257).

Oberg publicou um texto intitulado “Interesses da Comunidade e Programas de Desenvolvimento Rural” nos Anais do Seminário Nacional Sobre Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidade Rural no Brasil do Rio de Janeiro, no ano de 1961, que foi promovido pelo Serviço Social Rural e contou com a colaboração da Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil, No texto, Oberg deixou evidenciado já no início seu interesse pelo Brasil e pelos problemas de desenvolvimento rural, e ainda, pelo programa de Serviço Social Rural. O interesse pelas comunidades rurais no Brasil estava ligado ao desenvolvimento das mesmas e o autor afirma que os progressos em torno do desenvolvimento das comunidades rurais estavam ocorrendo rapidamente e seria esta, a ideia de progresso.

No entanto, sobre as comunidades rurais, Oberg (1961, p.51) acreditava que era preciso estudos para que os programas de desenvolvimento rural fossem mais realistas. Sendo assim, cada região analisada deveria ter seu programa específico voltado à compreensão do grupo e de suas necessidades.

Neste mesmo texto Oberg relatou algumas de suas experiências pioneiras voltadas à pesquisa e apontou que passou por dificuldades e erros ocorridos na realização da pesquisa em Chonim de Cima. Estas dificuldades serão narradas adiante no texto da dissertação quando demonstraremos a consideração elevada do autor em relação aos dados e compreensões dos líderes locais em Toledo (p.53). Acreditava que a grandeza do Brasil do futuro não está ligada apenas em seu número populacional e nos grandes centros industriais, mas também em suas relações econômicas e no bem-estar da população que vive em áreas rurais.

Voltando a trajetória do antropólogo, em 1954 ainda no Rio de Janeiro, Oberg escreveu seu texto mais célebre: “*Cultural Shock: Adjustment New Cultural Environments*”. Neste pequeno texto, ele descreveu diferenças no comportamento e atitudes de determinados grupos envolvidos em processos de adaptação cultural após a chegada em um novo país. Segundo Carolina Silvestre (1987), para Oberg³⁴ a adaptação seria mais eficiente se o estrangeiro

³⁴ OBERG, Kalervo. *Cultural Shock: Adjustment to New Cultural Environments*. Reprint de 1960, Curare 29, 2006.

conseguisse entender os costumes das outras pessoas, mas, não é possível que deixe de ser ele mesmo.

Em 1955, o antropólogo ingressou na condição de chefe interino no projeto de Desenvolvimento Comunitário na Divisão de Desenvolvimento de Comunidade da Administração Internacional de Cooperação. De toda a sua trajetória de pesquisas e de auxílios para estudos governamentais, este é o ponto que mais nos interessa, pois foi justamente quando Oberg passou um período viajando e trabalhando na cooperação do Serviço Social Rural³⁵ Brasileiro e nos principais movimentos de extensão de território do Estado do Paraná.

Na década de 1950 a sociedade brasileira em desenvolvimento passaria por uma transição de base agrícola para uma economia de base agroindustrial. De acordo com Ângelo Priori (2012, p.119), nota-se que desde os anos de 1950 era possível ver um processo de modernização da agricultura que, no entanto, dependente da importação de produtos, máquinas e insumos agrícolas do exterior.

Silva (1996b) aponta que o termo modernização pode ser aplicado e se definir como um “processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade” (idem, p. 19). Vale ressaltar ainda, que “(...) a abordagem de tal problemática se fez a partir da situação de atores sociais marginalizados como negros, mulatos, imigrantes, caboclos, caipiras, índios e trabalhadores rurais e urbanos.” (FIGUEIREDO, 2009, p.70).

No entanto, deve-se salientar que mesmo com diversos esforços governamentais para impulsionar o processo de mudança social, apenas após a década de 1960 é que o Brasil deixou de ser efetivamente rural para se transformar em urbano, ou seja, levaria mais tempo para a transição acontecer (BALSADI, 2001, p.155). As intervenções realizadas na década de 1950

³⁵Órgão criado pela Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955. Subordinado ao Ministério da Agricultura constituiu-se como entidade autárquica dotada de personalidade jurídica e patrimônio próprio, com sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional. Foi extinto em 11 de outubro de 1962 pela Lei Delegada nº 11, que criou a Superintendência da Política Agrária (Supra). A Supra absorveu as atribuições, o patrimônio e o pessoal do Serviço Social Rural (SSR), do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e do Estabelecimento Rural do Tapajós. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-social-rural> Acessado em: 22/06/2018.

visando transformações voltadas a área rural e urbana não tiveram efeitos práticos significativos.

Para fechar o percurso narrativo a respeito da trajetória do antropólogo, sabe-se que os últimos trabalhos de Oberg fizeram parte do cenário externo ao Brasil. Ele realizou uma missão no Suriname, país no qual ficou de 1959 até 1963 para estudar as comunidades camponesas e também projetos de planejamento da área agrícola.

Na época em que estava aposentado, Oberg ainda lecionou em tempo parcial. Nota-se em sua trajetória que Oberg seguiu uma carreira nacional e internacional, desenvolvendo projetos e indo a campo. De acordo com seu obituário (FOSTER; McCOMB, 1974), Oberg por algum tempo continuou debatendo sobre questões que ele ainda buscava resolver e que estavam relacionadas à antropologia, ao direito e organizações sociais.

He followed the continuing debate on the ethics and responsibilities of the anthropologist, ethnic and race relations, minority education, and the role of anthropology in a changing world. (FOSTER; McCOMB, 1974, 1974, p. 358).

Enfim, quando observamos as publicações assinadas por Oberg percebemos que todas estiveram relacionadas à antropologia especificamente e à organização social. No entanto, a maioria delas diz respeito à antropologia aplicada nas quais Oberg se utilizava de riqueza de dados, em função da sua experiência de campo.

Oberg foi principalmente um antropólogo de governo. Este dado é essencial para compreender o relatório socioeconômico a respeito de Toledo. Este seu lugar de pertencimento dialoga diretamente com o tipo de antropologia que se fazia em sua época e com seu local de pertencimento teórico metodológico: a Universidade de Chicago.

O grupo institucional de cientistas sociais que ficou conhecido como “Escola de Chicago” buscava compreender o comportamento urbano e, sobretudo suas relações sociais em cidades que estavam em processo de crescimento e industrialização. Este tópico será abordado no próximo capítulo desta dissertação.

3. O RELATÓRIO PENSADO COMO UM ESTUDO DE COMUNIDADE

O objetivo deste capítulo é apresentar algumas características dos estudos de comunidade para que seja possível apontar uma estreita ligação entre o relatório socioeconômico sobre Toledo e este tipo de abordagem. Para tanto, primeiramente farei um balanço do surgimento destes estudos realizados no Brasil ao longo dos anos e algumas das principais críticas apontadas pelos analistas aos seus princípios teórico-metodológicos. Além disso, será necessário também observar a ligação do autor com a Escola de Chicago que se caracterizou, principalmente, por estudos do urbano nas cidades. Como já demonstrei no capítulo anterior, Oberg se inseriu na antropologia via Escola de Chicago.

O panorama bibliográfico realizado aqui me permitirá na continuidade da dissertação debater como os estudos realizados por antropólogos no Brasil daquele período possibilitaram a implementação de políticas públicas principalmente nas áreas em transição – rural para urbano – já que o país se encontrava em um período de transformações das comunidades rurais. Ao refazer o debate bibliográfico, a intenção é providenciar elementos para contextualizar as estratégias narrativas e descritivas do autor e compreender qual arcabouço teórico o leva a delimitar a comunidade toledana em formação e o seu principal elemento humano.

3.1 Os Estudos de comunidade

“Estudos de comunidade” foi o nome dado a uma metodologia de pesquisa realizada no Brasil principalmente entre as décadas de 1940 e 1960, que visavam à compreensão de parte da população rural que se encontrava em processo de urbanização. “Os estudos de comunidade inauguram outra ótica: aquilo que não pode mais ser chamado de nativo, indígena, mas que ainda não é o urbano, ou seja, que seria o rural, o agrário” (CONSORTE, PEREIRA E TORRES, 2016, p.02).

A metodologia dos estudos de comunidade visava delimitar um conjunto humano que era denominado de “sociedade”. Enquanto instrumento de análise do real, comunidade-sociedade indicava configurações sociais contrastantes,

tais como aquilo que é arcaico ao que é moderno, afetivo ao que é racional, entre outras características. É a partir de alteridades dentro e fora que se retratam as diferenças dos agrupamentos humanos, das interações, da história dos homens desde muito tempo (ALBUQUERQUE, 1999, p.50).

O primeiro passo para a aplicação desta metodologia era a escolha do conjunto de pessoas e do local circunscrito a partir do qual, a pesquisa seria realizada. Tal como se fazia nos clássicos estudos das sociedades tribais. Os antropólogos definiam aqueles que faziam parte de determinada “sociedade”. Em seguida, passava-se a analisar diversos domínios, tais como a economia, a política, a religião, incluindo o espaço geográfico. Pode-se dizer que havia neste tipo de estudo uma tentativa de apreensão unitária da realidade social. Quando a metodologia era aplicada, ela operava uma espécie de transposição para o âmbito das sociedades complexas, das técnicas de investigação caracteristicamente desenvolvidas pela antropologia clássica (GOLDWASSER, 1974, p.69).

No entanto, segundo Mara Gomes (2006, p.531), os primeiros estudos de comunidade foram sistematizados e realizados antes da Primeira Guerra Mundial. A orientação era focar no aspecto reformador, ou seja, os interesses estavam ligados às questões sociais e encontrariam uma aceitação melhor no campo do planejamento urbano. Diante desta demanda, os recursos teóricos foram sendo utilizados para a compreensão das transformações ocorridas com o crescimento das cidades e sempre buscando-se o ideal reformista. Por exemplo, os estudos teóricos de Tonnies e Simmel que mostraram a transição da comunidade tradicional para a sociedade predominantemente urbana e industrializada foram fonte de inspiração para muitos destes debates. Partindo desta proposição, o sociólogo Simmel (2005) distinguiu a metrópole da cidade pequena, observando os contrastes de personalidades e relacionamentos emocionais mais profundos, proposta utilizada por muitos autores que compuseram estas escolas.

Os estudos de comunidade recorriam a um padrão metodológico que foi inaugural na história da antropologia. A partir do início do século XX, com Malinowski (1998) passou-se a delinear o esquema básico da vida tribal com a observação direta. É por meio de suas anotações no diário de campo que surgem os dados da pesquisa antropológica.

Malinowski (1988, p.18) analisou os fenômenos cotidianos da vida dos trobriandeses em sua obra clássica. Para realizar tal tarefa chamou atenção para o fato de que seria necessário um acompanhamento contínuo do grupo em questão. Outros recursos metodológicos utilizados por ele foram as narrativas que contribuíram para a construção do ponto de vista nativo, ou seja, daquele que está sendo pesquisado. A ruptura com a antropologia de gabinete foi feita e o novo estilo de pesquisa foi pautado em diálogos, observação participante e descrição etnográfica (LAGE, 2009, p.04).

Os antropólogos, então, em suas etnografias passaram a articular a descrição e a análise junto com questões particulares e gerais. Naquele período havia o princípio metodológico de que, o trabalho do antropólogo deveria ser realizado deixando sua intuição em segundo plano (LAGE, 2009, p. 04). A objetividade científica permitiria que ele analisasse os dados. Esperava-se deste profissional que ele fizesse uma análise profunda sobre os fatos observados, e ainda, compreendesse diversos aspectos da vida social.

Foi justamente, a partir desta apreensão baseada em grupos tradicionais que surgiu a metodologia dos estudos de comunidade. Os autores desta escola pensavam ser possível utilizar a delimitação dos grupos para o universo rural que estava em transição para o urbano. Como apontam Maio, Oliveira e Lopes (2013, p.246), os estudos de comunidade construíram uma forma de explicar a sociedade com base nas investigações empíricas. O foco dessas pesquisas no Brasil estava sobre a mudança de contextos sociais que eram marcados pelas tradições, já que o cenário era ainda rural (idem, p.246). Assim, no Brasil, os primeiros estudos de comunidade foram realizados a partir de pequenos aglomerados rurais. Ao utilizar este recorte metodológico, destacou-se a homogeneidade e o isolamento destas populações (GUSMÃO, 2008, p.48).

Debatendo a questão do isolamento, Manuela Carneiro da Cunha (2016, p.19) explicou que a antropologia teve seu principal foco na observação de pequenas realidades. Nos grupos específicos, as relações sociais poderiam ser analisadas mais profundamente de maneira que em uma unidade restrita seria possível observar vários aspectos. As relações culturais seriam unidades distintas e separadas, mas internamente homogêneas e interligadas, envolvendo valores e sentidos relativamente fixos (idem, p.119).

Um dos pontos essenciais dos estudos de comunidade e que queremos debater aqui foi a definição dos aspectos da comunidade. Este aspecto, como se verá, tem consequências fundamentais no relatório de Oberg a respeito de Toledo. Quando observamos a metodologia deste tipo de estudo vemos que consistia em realizar levantamentos sobre a vida social de um determinado grupo considerando-o em seu conjunto. Em Toledo foram feitos levantamentos e a análise das amostras disponibilizadas pelo autor nos levam a afirmar a utilização desta mesma metodologia dos estudos de comunidade.

Assim realizava-se a construção de uma identidade coletiva o que permitia que se observassem as diferenças e semelhanças em relação às demais entidades coletivas. Era a partir da observação das relações individuais dos membros que se permitiam perceber como se desenrolavam as experiências dentro do grupo e sua dinâmica no mundo. Portanto, ambos os processos permitiam ao indivíduo construir e experimentar as fronteiras sociais, tanto de maneira individual quanto coletiva (COHEN, 1985, p.54).

Os estudos de comunidades, portanto, buscavam revelar importantes aspectos da realidade social e contribuir para um conhecimento mais profundo e minucioso da realidade nacional (NOGUEIRA, 1953, p.99). Através deles a sociedade de maneira geral, como administradores, políticos e habitantes das capitais e cidades grandes tomavam conhecimento da vida dos pequenos e rústicos aglomerados rurais. Além disso, acredita-se que estas pesquisas mostrariam as dificuldades, experiências, além das condições reais e aspirações desses moradores.

Oracy Nogueira (1953, p.96) em seu texto “Os Estudos de Comunidade no Brasil”, elencou algumas das pesquisas realizadas ao longo das décadas de 1940 e 1950. Ao apresentar o local, onde tais estudos foram realizados definiu que eram referentes a comunidades pequenas e até sedes de comarcas. Abrangiam a área urbana e rural. Outra característica dessas comunidades referia-se à economia que era rural e partiam de atividades como a agricultura e pecuária (idem, p.97). Os Estudos de Comunidade buscavam levantar dados sobre a vida social do conjunto. Esses grupos, no entanto, eram observados a partir de seus fatos, de maneira intensa e profunda.

3.1.1 O surgimento dos Estudos de Comunidade

Os estudos de comunidade foram, inicialmente desenvolvidos desde 1920 nos Estados Unidos da América. Debruçaram-se, sobretudo, em comunidades que estavam em processos de mudanças sociais³⁶ (OLIVEIRA; MAIO, 2011, p.523). O método de investigação surgiu no contexto da profissionalização e especialização das universidades americanas em meados do século XX (idem, p.524). Nesse período, o antropólogo Franz Boas se destacou com seu programa de ensino de Antropologia nos Estados Unidos da América.

Para compreender os efeitos dos estudos de comunidade no Brasil precisamos analisar o contexto histórico da época. Maia (2011, p.73) afirma que é preciso articular a teoria da história do pensamento social brasileiro junto à história em um nível global. Para o autor estes campos seriam similares. Ele recorreu aos trabalhos que adotaram a análise transnacional para os estudos das ciências sociais e a partir daí afirma que esta seria a melhor forma de incluir o estudo do pensamento social brasileiro na história global da sociologia.

A análise transnacional parte de um exercício analítico que está focado na substância das ideias, dos vocabulários, das linguagens e dos argumentos (idem). No entanto, é uma análise objetiva na qual as condições sociais de produção intelectual estão em um contexto mais amplo do que aquele circunscrito pelo Estado-Nação. Os autores que utilizam a teoria transnacional das ciências sociais defendem existir diálogos internos e externos.

Vale ressaltar que a metodologia desses estudos teve importante contribuição para a institucionalização das ciências sociais no Brasil (idem, p.521). Neste período inicial, a influência norte-americana da Escola de Chicago em que atuaram Robert E. Park³⁷ e Robert Redfield³⁸ foram evidentes.

³⁶ Os pesquisadores Robert Lynd e Helen Lynd publicaram, em 1929, o estudo “Middletown – a study in contemporary american culture”, considerada pesquisa pioneira entre os estudos de comunidade americanos no século XX. Os autores investigaram uma “típica” pequena cidade americana – na medida em que ela teria características comuns a um vasto grupo de outras pequenas comunidades –, com o objetivo de estudar, sincronicamente, tendências de comportamento que constituíam a vida comunitária (LYND, R. & LYND, H., 1957[1929], p. 3). *apud* OLIVEIRA, MAIO, 2011, p.523.

³⁷ De acordo com o texto de Paula Guimarães Simões (2014, p.48-49-50) a trajetória de Robert E. Park (1864-1944) é marcada como um grande expoente da Escola de Chicago. Com sua formação em Filosofia, trabalhou como jornalista em diferentes cidades americanas, Park demonstrava interesse em seus textos, sobre assuntos com aspectos da sociedade, condições de vida e até sobre ambientes criminosos. Anos depois, fez mestrado e na sequência o

A contratação de pesquisadores estrangeiros para trabalhar em nosso país auxiliou para o treinamento dos pesquisadores nacionais (idem, p.522).

Park (1976, p.25) em “A cidade como um campo de investigação”, acreditava ser fundamental dar atenção ao espaço urbano, pois “a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial”, a cidade está envolvida em processos vitais, ela é “um produto da natureza, e particularmente da natureza humana”. Park defendia que os mesmos métodos de observação utilizados no estudo da vida e costumes de tribos indígenas, poderiam ser empregados na investigação de costumes e práticas sociais de grupos urbanos.

Portanto, nota-se que no desenvolvimento do campo dos estudos urbanos, as comunidades inicialmente eram representadas como sendo unidades primitivas ou áreas rurais, onde os estudos poderiam ser aplicados, pois, tratavam de um espaço menor e analisavam apenas uma parcela da realidade social. Entretanto, os métodos e teorias desses estudos, também poderiam ser utilizados, em estudos urbanos ou espaços maiores, mas, seria preciso analisar estruturas complexas. Charles Wagley (1954, p.3), da mesma forma, defendia que os estudos de comunidade poderiam ser realizados tanto em “vilas e pequenas cidades” como também em “grandes metrópoles”.

Em nossa revisão bibliográfica percebemos que o conceito de comunidade também foi analisado pelos clássicos. Tonnies (1995, p. 252), por exemplo, diferenciou comunidade de sociedade. O autor acreditava que o que dirige estes grupos são relações primárias, marcadas por laços de sangue, consenso ou controle social. Já as sociedades partiam de relações secundárias, por convenção, anonimato e troca de equivalentes. Vale ressaltar

doutorado, e também, lecionou em Harvard. Em meados da década de 1930 ele veio ao Brasil para supervisionar o trabalho de doutorado de Donald Pierson sobre as relações entre brancos e negros. Sendo assim como professor e pesquisador em Chicago, Park participou de estudos para compreender a dinâmica da vida na cidade, a partir das diferenças nas relações de grupos.

³⁸ Robert Redfield (1897-1958) nasceu em Chicago, teve um rápido crescimento na área da pesquisa antropológica e seu amadurecimento teórico na área das Ciências Sociais, também repercutiu de forma rápida. Redfield fez várias pesquisas em regiões do México e também na Guatemala, além de ter ministrado palestras na China, Índia, Europa, Porto Rico e Estados Unidos, trabalhou com Donald Park e Afonso Villa Rojas. Entre seus estudos, realizou pesquisas nas sociedades camponesas, problemas na aculturação e as mudanças sociais. Disponível em: <https://www.encyclopedia.com/people/social-sciences-and-law/anthropology-biographies/robert-redfield> Acessado em: 20/02/2019.

que o conceito de comunidade foi pensado por muitos autores como sendo o local onde os homens permanecem unidos (idem, p. 252).

Notamos que as comunidades são definidas pelos autores clássicos como mecanismo simbólico que se fundam a partir do compartilhamento de comportamentos, normas e regras que orientam o indivíduo e o coletivo. Compartilham ainda relações culturais e históricas. Neste sentido, Max Weber (1987, p.77) trouxe uma definição de comunidade explicando que ela se orientaria por “(...) ação social, na média ou no tipo-ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes”. A ideia de comunidade como “(...) o lugar onde podemos encontrar os semelhantes e com eles compartilham valores e visões de mundo”, além de nos fazer compartilhar de territórios e relações de meios comuns parece ser recorrente neste tipo de debate teórico (MOCELLIM, 2011, p.106).

Como já evidenciamos no primeiro capítulo, no Brasil, o desenvolvimento dos estudos de comunidade tinha um objetivo político claro, que era o de oferecer dados para os programas de educação, saúde pública, entre outros. Eles ganharam visibilidade e campo para as pesquisas entre as décadas de 1940 e 1960, quando antropólogos do governo surgiram com financiamento norte americano para realizar suas pesquisas. Os antropólogos aplicavam seus conhecimentos nas áreas da saúde e desenvolvimento que eram centrais no período pós Segunda Guerra Mundial. O período pós-guerra apresenta-se como uma oportunidade de empregar o conhecimento etnográfico na vida social com o objetivo de observar o cotidiano das comunidades e pensar o seu desenvolvimento (FIGUEIREDO, 2009, p.10).

3.1.2 A cidade como lugar da complexidade

O antropólogo Robert Redfield compunha o grupo de pesquisadores que criticava a forma boasiana de pesquisa dita culturalista adotada como perspectiva para universos em transição. Ele acreditava que as mudanças no tradicional modo de vida das tribos investigadas deveriam fazer surgir investigações antropológicas que principalmente observassem como ocorria a mudança social que advinha da urbanização e da industrialização.

Com relação à *sociedade-folk*, Foster (1960) argumentou que eram pequenas e isoladas, mas não completamente, com grupos eram autossuficientes, homogêneas em raça e costume e sua tecnologia ainda era simples. Os processos de mudança, por exemplo, eram lentos e a família era o ponto central. Já a *cultura-folk* não se tratava mais de relações primitivas e foram modificadas pela civilização industrial.

Buscando compreender estas transformações, Redfield abordou a questão da cultura folk e das sociedades camponesas. Este autor cunhou o conceito de *continuum-folk-urbano* que se referia à passagem de uma sociedade não-urbana para uma urbana (RIBEIRO, 2013, p.26).

Nesta dissertação, este tipo de comunidade está em evidência já que Toledo era vista como uma delas e que estava em processo de transição do rural para o urbano. A comunidade analisada no relatório Toledo era específica da região Sul do país e estava baseada num modelo de agricultura familiar. Os autores deste grupo teórico metodológico, diziam que eram pequenos grupos em processo de desenvolvimento rural entrando na perspectiva capitalista. Como mostrou Ianni (1971, p.129) entre as décadas de 1950 e 1960, as questões econômicas governamentais eram voltadas para a burguesia industrial.

No entanto, havia também alguns setores industriais e agrários que estavam isolados, cujas forças produtivas e de trabalho eram complementares e interdependentes. Neste contexto, o trabalhador rural estava no centro de um sistema amplo e complexo de transformação do trabalhador camponês em proletário (IANNI, 1971, p.131). Processo este, que seria lento e com contradições. O mesmo autor (idem, p.132) aponta então, que “a origem do proletariado rural dependia da efetiva transformação do camponês em trabalhador livre assalariado, ou seja, em vendedor de força de trabalho”.

Havia a sensação nos autores da época de que a sociedade rural correspondia a uma estrutura social não-ambígua e monolítica. No entanto, seria substituída na sociedade urbana por uma estrutura mais diversa em ações e significados. A cultura rural, portanto, era vista como em transformação cujo resultado seria uma cultura fragmentada na sociedade urbana levando ao conflito e à desorganização (OLIVEN, 2007, p.21). De forma muito distinta, para os indivíduos que transitavam da zona rural para a zona urbana, a cidade

era vista como "(...) um espaço de liberdade e possibilidades. O emprego regular era visualizado como uma segurança e independência não inexistentes no campo" (idem, p. 36).

3.1.3 Relações Raciais nos Estudos de Comunidade

Os estudos de comunidade contribuíram também para o debate das relações raciais. Sobre a temática racial, antropólogos e sociólogos utilizaram de suas metodologias e teorias aplicando-as nos estudos de comunidade para embasar as discussões. Com influências do pensamento europeu, intelectuais brasileiros buscaram formular uma ideia positiva de civilização brasileira.

O antropólogo Donald Pierson foi precursor dos estudos de relações raciais na Bahia. Em 1945 ele publicou "Branços e Negros na Bahia" no qual apresentou as relações de raça em um local considerado ideal para este tipo de estudo já que a Bahia era vista como modelo de uma sociedade multirracial na qual as distinções sociais estavam ligadas às classes. Pierson (1945) afirmou que o Brasil era considerado um "laboratório de civilização" já que no país se desenrolaram os mais interessantes atos humanos.

Segundo Marcos Maio (2017, p.120) a propostas para que Pierson estudasse o Brasil, se deu por meio da Divisão de Ciências Sociais num estudo que buscava mapear resultados das relações interétnicas ao redor do globo. O mesmo autor afirma (idem, p.134) que as conclusões sobre os estudos de comunidade, na Bahia, mostraram as tensões e os conflitos entre brancos, negros e mulatos.

De acordo com sua pesquisa, Pierson (1945) afirmou que os negros ocupavam lugares nas classes mais pobres, e por esse motivo seu status social era inferior. Para ele o que determinava o status não era a cor ou a raça, mas sim, a posse de características sociais relacionadas com a classe. A este respeito inclusive afirmou que a estrutura social brasileira não era baseada no sistema de castas. Ele caracteriza o fenômeno brasileiro, com um ditado: "Um negro rico é um branco, e um branco pobre é um negro" (PIERSON, 1945, p.24).

Segundo Emilio Willems (1944) em seu texto intitulado "O Problema Rural Brasileiro do Ponto de Vista Antropológico", a heterogeneidade cultural

do Brasil existia em agrupamentos humanos e se traçássemos uma linha de São Paulo até ao Mato Grosso, teríamos uma série de agrupamentos similares. O autor compara o trabalhador rural com caboclos e indígenas, que mesmo com suas diferenças estavam próximos territorialmente, e por este motivo poderiam ter uma intervenção em suas culturas.

Acompanhando a reta imaginária traçada pelo autor, era possível encontrar um tipo cultural rural que estava ligado à cidade, os quais tinham suas vidas organizadas de maneira que satisfaziam as suas necessidades (idem, p.187). Na sequência da sua argumentação, Willems (idem, p.188) apresenta o grupo denominado de caboclo. O indivíduo participantes desta agrupamento faz parte da discussão desta dissertação e que se assemelham as demais descrições dos autores que utilizamos. Sobre os caboclos então:

Prosseguindo pela reta encontram-se, já bem mais distantes do ponto de partida, populações caboclas cuja vida parece decorrer em um mundo diferente do nosso. Pouco ou nada as liga ao mercado urbano. Não dependem dele e o uso que fazem do dinheiro é muito restrito (WILLEMS, 1944, p.188).

O trabalhador rural e o caboclo são apresentados em um coletivo. Willems (1944, p.188) afirma o grupo de caboclos era visto como “atrasados e indolentes”, e ainda, que estes deveriam trabalhar e produzir mais, adubar suas roças, usar sabão, frequentar a escola, e se utilizar da farmácia e de médicos.

Os grupos de caboclos e de indígenas são semelhantes para ele - os quais possuem seu estilo de vida mais próximo, a diferença com os trabalhadores rurais, é ressaltada em sua forma de trabalho. Willems (1944) apresenta os índios como:

No caso do índio, o “pitoresco” e “selvagem” vêm associar-se aos tributos com que se qualifica a vida do caboclo. Não se compreende o caboclo e muito menos o índio. E eles não nos compreendem. As tentativas de modificar-lhes a vida acabaram geralmente em fracassos que muitas vezes se teve o cuidado de ocultar. A *ultima ratio* e a menos racional de todas é a acusação que se lança à “raça” ou à “mistura de raças”: o índio ou caboclo seria “biologicamente” incapaz de assimilar-se à nossa civilização (WILLEMS, 1944, p.188).

O autor (idem, p.188) argumentou que a respeito de uma ausência de compreensão quanto a diversidade de raças no Brasil. A prova mais evidente

de se tratar de culturas diversas é que elas se localizam dentro das fronteiras políticas. Portanto, “*Não existe um sistema de entendimentos que possa servir de base comum à civilização urbana e à multiplicidade das culturas sertanejas*” (idem, p.189, grifos do autor).

De acordo com o texto “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil” de Oracy Nogueira (2006, p.291) os estudos patrocinados pela UNESCO apresentam a existência do preconceito racial no Brasil. O autor (idem, p.291) reforça que não basta apenas mostrarem a existência do preconceito, e sim saber se “(...) o preconceito apenas difere em intensidade ou se a diferença deve ser considerada qualitativa”.

O texto de Maio (2009) intitulado “Estudos de Comunidade e relações raciais: o convênio Columbia University-Estado da Bahia/UNESCO na década de 1950” contribuiu para a observação da temática já que o autor busca compreender as relações raciais. A escolha inicial do Estado da Bahia para esses estudos, de acordo com Maio (2009, p.263) partiu de objetivos traçados pelo programa da UNESCO. Já, havia a tradição dos estudos sobre negros em Salvador, pois, eles eram “símbolo da África no Brasil”, microcosmo da alegada nação cultural e racialmente democrática. Por fim, a escolha da Bahia teria um facilitador, ou seja, a presença do antropólogo Charles Wagley que na época já realizava pesquisas e levantamento de dados (idem, p.263).

Maio (2009, p.257) aposta na idéia de que o projeto UNESCO contribuiu com as novas leituras acerca da sociedade brasileira que passava por processo acelerado da modernização capitalista. De acordo com o mesmo autor (idem, p.260) Wagley retomou suas atividades no ano de 1948 e passou a ministrar um curso sobre cultura no Brasil contemporâneo. No curso em questão, a discussão partia dos estudos sobre a diversidade étnica, mais especificamente, sobre grupos que participaram das relações raciais, a estrutura das classes, as instituições sociais, o folclore regional e a cultura do Brasil moderno.

Entre os anos de 1949 e 1950, Charles Wagley trouxe estudantes para a Bahia e ministrou cursos e seminários sobre as relações raciais - o que fez com

que os livros sobre a sociedade brasileira³⁹ em bibliotecas norte-americanas se tornassem escassos naquela época (idem, p.260). Em 1950 antropólogos americanos realizaram reuniões com funcionários locais entre outros profissionais ligados a área da saúde e educação do Estado da Bahia. Segundo Wagley (1950, p.09) com dois objetivos: definir as áreas de estudo e aprimorar os objetivos do projeto.

Em "*Race and Class in Rural Brazil*", Wagley apresentou resultados de sua pesquisa na Bahia (MAIO, 2009, p.264) dando ênfase a diversidade regional, questões culturais e étnicas existentes no país. O autor estabeleceu comparações com a experiência que havia trazido consigo, além de destacar a importância das relações entre raças e classes (idem, p.254).

De início, o antropólogo considera que o preconceito e a discriminação raciais no Brasil teriam papel secundário quando comparada à experiência de outros países. Em sintonia com a visão do sociólogo Donald Pierson, a sociedade brasileira não havia desenvolvido um sistema de castas, propiciando mobilidade social de pardos e negros com reduzida taxa de tensões sociais (Wagley, 1952, p. 7). Mesmo assim, Wagley, registra a ausência de direitos iguais para todos. O país seria uma terra repleta de contrastes sociais expressos nas disparidades regionais, na convivência entre áreas atrasadas e modernas, nas profundas desigualdades sociais (MAIO, 2009, p.254).

Com relação aos contrastes sociais, Maio (2009, p.264) afirma que na década de 1930 havia a constatação de um padrão de vida brasileiro considerado baixo se comparado às demais nações ocidentais. O descompasso estaria ligado à tradição cultural e as relações sociais, a qual levava a desigualdade social e ao preconceito racial (idem, p.264). Com isso, Wagley (1952, p.08) afirmava que os estereótipos indicam o desprezo pelo negro e pelo mulato, além de criarem barreiras para a ascensão social. O autor apontou também o crescimento da discriminação em centros urbanos.

Mesmo com a percepção e o reconhecimento da presença do preconceito racial havia a busca por predomínio da ideologia igualitária. Boa parte desta argumentação se deve ao fato de que Wagley (1952, p.08)

³⁹ Maio (2009, p.260) afirma que autores e obras como: Gilberto Freyre Casa-Grande & Senzala, Euclides da Cunha Os Sertões, os romances sociais de Jorge Amado, os trabalhos do geógrafo Preston James sobre a América Latina e os do sociólogo T. Lynn Smith foram alguns dos textos e autores consultados, além das leituras sobre "estudos de comunidade" e o domínio das técnicas antropológicas das pesquisas de campo em sociedades complexas.

acreditava que este seria um facilitador para o desenvolvimento econômico e social, além da constituição de uma “democracia social” no Brasil.

Diante destas diretrizes argumentativas, o modelo de estudos de comunidade representou uma alternativa aos estudos de relações raciais já que poderia ser uma maneira de avançar nesta questão para o fim da desigualdade. Segundo Wagley (1952) em suas pesquisas ele registra a ausência de direitos iguais para todos, e acredita que o país seria uma terra repleta de contrastes sociais e que estariam expressos nas disparidades regionais, na convivência entre áreas atrasadas e modernas, nas profundas desigualdades sociais.

Os estudos não estavam partindo apenas dos levantamentos de dados qualitativos sobre as hierarquias sociais, mas, segundo Wagley (*idem*, p.09) das variáveis, como por exemplo, da raça, do preconceito e da discriminação. Estas poderiam interferir na estrutura da sociedade nacional brasileira, e junto a isto, nos padrões das relações sociais.

De maneira geral, havia uma precedência dos conceitos em relação ao cotidiano já que os antropólogos estavam mais interessados nos significados sociais, observando a raça e as classes, do que nos efeitos sobre a vida das pessoas nas comunidades investigadas (MAIO, 2009, p.265). Sendo assim, após as pesquisas realizadas,

Wagley constata, com base nos estudos de comunidade realizados na Bahia, a validade do conceito de “raça social”. Em outras palavras, “a profissão, o padrão de vida, a educação, a família, e a participação na sociedade constituem, com o tipo racial, os fatores que determinam a classificação na hierarquia baiana” (*idem*, p. 10). Nesse sentido, as desvantagens que os negros vivem, motivadas, entre outras causas, pelos preconceitos e estereótipos que as pesquisas realizadas na Bahia registraram de modo recorrente, não impedem a mobilidade vertical, mesmo que seletiva (MAIO, 2009, p.268).

Os dados mostrados ao longo da pesquisa de Wagley apresentam um padrão de relações raciais que fora encontrado na Bahia e que refletiam um padrão de modernização capitalista.

As pesquisas elaboradas no interior da Bahia demonstraram que a riqueza etnográfica a partir da descrição das múltiplas formas de classificação racial, a importância da dimensão cultural como elemento constitutivo da hierarquia social, a observação acurada das

formas de preconceito e de discriminação contra os não-brancos (MAIO, 2009, p.269).

O desafio mostrado pelo estudo de comunidade, segundo Maio (2009, p.268) revelou que seria preciso preservar os padrões culturais, os quais já estavam constituídos pela tradição, e que resultariam em quadros positivos de relações sociais. Sendo assim, a questão da raça seria mais um elemento importante para o cientificismo, mostrando a questão da hierarquia entre os grupos. Marcos Maio (2010, p.27) argumenta que a suposta hierarquia racial entre os homens era lida como expressão de um movimento evolutivo da espécie humana. Neste aspecto, o conceito de evolução se apresenta como uma maneira de sobreviver.

3.1.4 Críticas aos estudos de comunidade

Os estudos de comunidade receberam muitas críticas. A primeira que queremos apontar encaixa-se no debate a respeito das ciências básicas e ciências sociais aplicadas. A este respeito, Ianni (1961, p.114) enfatizou que esses estudos não eram apenas para conhecer a realidade e sim para agir sobre ela.

Vale lembrar também que, como demonstramos no primeiro capítulo, as pesquisas foram mais intensas em comunidades que se construíram depois da Segunda Guerra Mundial. O objetivo era reunir os dados destes grupos para auxiliar os programas do governo federal já que, através das informações científicas era possível conhecer as diversas comunidades que estavam se construindo e atuar sobre elas. O contexto de cooperação técnica internacional e as trocas de pesquisas envolviam diversas instituições científicas internacionais tais como:

Institute of Inter-American Affairs (EUA), o Institute of Social Anthropology/ Smithsonian Institution e a ELSP; a parceria entre o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) e pesquisadores da ELSP no âmbito dos estudos de desenvolvimento de comunidade; os convênios entre o Programa Ponto IV do governo norte-americano, o Serviço Social Rural e a ELSP, além do programa Columbia University-Estado da Bahia. Essas iniciativas também foram apoiadas por agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a

Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) (MAIO; OLIVEIRA; LOPES, 2013, p.247).

Essas instituições visavam apresentar os dados das comunidades para buscar melhorias e desenvolvimento, na área da saúde, saneamento, agricultura e educação. O fato de serem voltados para a antropologia aplicada trazia para este tipo de estudos um objetivo a priori que impactava diretamente na produção dos dados. Como se verá adiante, esta crítica também pode ser endereçada ao relatório de Oberg.

Havia outras críticas que diziam respeito da representatividade das amostras. Não havia a possibilidade de compreender aspectos mais gerais da vida social brasileira (idem, p.247) já que tais estudos eram focados em comunidades pequenas e seus dados muito específicos uma vez que eles se baseavam, sobretudo, em metodologia empírica e descritiva. Com esta crítica, chamava-se atenção para o fato de que “ (...) detendo-se na descrição dos fatores da localidade”, estes estudos perdiam de vista suas conexões com a região e a estrutura social do país como um todo” (idem, p.247). A este respeito, Goldwasser (1974, p.76) explicou que por serem descritivos, estes estudos produziram obras desconectadas da realidade e dos fatos.

Os estudos de comunidade não se projetam como uma teoria, no sentido de que não existe um corpo de generalizações que esteja associado à comunidade como seu centro conceitual específico. Os estudos de comunidade constituem antes um instrumento metodológico cuja eficácia depende de utilização adequada; representam um modelo de investigação social, que produz dados e interpretações a um determinado nível, mas que têm que ser dirigidos por um esquema teórico que os ultrapassa e que utiliza a comunidade como amostra ou campo de observação. (GOLDWASSER, 1974, p.77).

A premência da análise da dinâmica da transformação social foi central para compor algumas críticas a estes estudos. Guerreiro Ramos, por exemplo, acreditava que os estudos de comunidade precisavam ser teorizados de maneira sociológica, para depois servir de indicativo das transformações na realidade brasileira. Uma destas transformações dava conta de observar a questão do elemento caboclo, ou em outros termos, a transformação do “imigrante acaboclado” e de outros atores sociais que estavam no processo de transição cultural (MAIO; OLIVEIRA; LOPES, 2013, p.273).

Dentre os estudos de comunidade que foram realizados no Brasil, destaco o Projeto do Vale do São Francisco de 1949, coordenado por Donald Pierson e patrocinado pelo ISA. A meta do projeto era reunir dados sobre a região, partindo de comparações e produzindo conhecimento sobre a comunidade.

O “Projeto do Vale” serviu para a legitimação de um padrão de trabalho sociológico calcado na investigação empírica, e ainda, era “(...) conduzido por equipes de pesquisadores treinados, em face não somente da comunidade de cientistas sociais que então se formava, mas também do poder público” (idem, p.251). Pierson acreditava que “(...) o contato íntimo com realidades sociais específicas era o único meio possível para generalizações em ciência” (idem, p.251).

No entanto, observa-se que as pesquisas no Vale do São Francisco serviriam como uma forma de avaliação e que poderiam acompanhar as mudanças nas relações sociais e na cultura da comunidade (idem, p.252). Nesse sentido, seria preciso intervir de forma centralizada e racional na região, para realizar um bem-sucedido processo de ocupação e desenvolvimento (idem, p.252).

Um ponto do debate, bastante curioso é que embora o método dos estudos de comunidade enfatizasse a homogeneidade e as especificidades culturais, as transformações no país e a ideia de planejamento tornou-se recorrente no discurso de economistas, industriais e técnicos. Essas preocupações levaram a um conjunto de ações e estratégias no setor econômico que estavam implicadas nos processos de industrialização (idem, p.251). O processo de industrialização obviamente implicava mudanças sociais profundas. Afinal, tanto a industrialização quanto a urbanização eram vistas como elementos geradores de desorganização social (idem, p.249). Acreditava-se que ao atrair mais indivíduos para os locais, as comunidades deixariam de ser homogêneas.

Gusmão (2008, p.48) explicita algumas controvérsias deste método que exclui certos fatos da realidade que não estão contemplados na delimitação metodológica nem explicativa. No entanto, a tarefa da antropologia era “(...) de avaliar as diferenças sociais, étnicas e outras com a finalidade de proporcionar

alternativas de intervenção sobre a realidade social de modo a não negar as diferenças (...).”

Este ponto é central na discussão e a partir desta ideia pretendemos no próximo item demonstrar como o relatório de Toledo se encaixa nas características dos estudos de comunidade e também pensar a escolha da localidade, a partir da perspectiva do progresso e da transformação.

3.2 O relatório Toledo e a metodologia dos estudos de comunidade

Depois de toda esta caracterização dos estudos de comunidade, neste tópico apresentamos o relatório de Oberg sobre a cidade de Toledo. Como verá o leitor, defendemos que tal relatório possui as características gerais elencadas nos estudos de comunidade. Chamamos atenção para este aspecto do estudo, justamente porque pretendemos defender que é a escolha deste arsenal teórico e metodológico de estudos uma das influências que fez com que o autor concentrasse sua análise nos atores denominados como colonos. Considerando-os como comunidade, o autor os analisou a partir da perspectiva da homogeneidade. Um dos resultados desta escolha teórico metodológica foi a exclusão de outros atores sociais da comunidade que ora surgia.

A partir de agora, de maneira detalhada apresentamos a obra Toledo. No decorrer da apresentação, buscamos demonstrar as temáticas centrais de cada um dos capítulos da obra. Apresentamos como Oberg (1960) faz uma leitura específica que pode ser contraposta pelos próprios dados brutos que ele registrou.

3.2.1 Caracterização do relatório socioeconômico

A obra de Kalervo Oberg foi publicada em 1960 pela Edições do Serviço Social Rural (SSR) com o título de “Toledo – Um Município da Fronteira Oeste do Paraná”. É um relatório sócio econômico a respeito da cidade de Toledo e de como ela estava sendo ocupada espacial e culturalmente. O objetivo do texto foi apresentar as condições para o estabelecimento de um programa de desenvolvimento de comunidades (p.10).

O autor analisou o contexto histórico, a política de colonização e de desenvolvimento do local e dados gerais a respeito da vida da população em diversos domínios tais como: agricultura, saúde, religião, economia. Essas questões eram analisadas nos estudos de comunidade, pois, tinham como objetivo partir da visão geral do local, mudança cultural, comportamento tradicional, observação do coletivo, educação, entre outros.

Para Stein (2000, p.27) o trabalho realizado por Oberg em Toledo na década de 1960 constitui-se em uma pesquisa valiosa para a história regional, pois, conta com uma grande quantidade de dados coletados junto aos primeiros colonos. O trabalho desenvolvido se deu por incentivo e apoio da própria colonizadora Maripá, da qual seus diretores, também faziam parte do grupo étnico em questão.

De acordo com Oberg, “O município de Toledo foi escolhido para este estudo, porque (...) julgamos que representa o padrão de colonização que vem se efetuando nessa área pioneira” (p.09). De maneira geral, nota-se que o caso de Toledo foi tomado como exemplo de um novo modelo de ocupação do território que seria realizado de maneira planejada e que se diferenciava do modelo de colonização natural que estava ocorrendo pelo país afora.

Schneider (2001a, p.229) explicou que a colonização de natureza particular ou planejada⁴⁰ possuía uma “(...) identificação do espaço colonizado com o elemento étnico que veio a dinamizá-lo economicamente”. Trata-se de um lugar comum e que explica a história do seu povo, com sua cultura e suas tradições. O empreendimento da pesquisa e da escrita do relatório socioeconômico não foi realizado apenas por Oberg.

Alguns especialistas auxiliaram Oberg na elaboração e tabulação dos dados. Um deles foi Thomas Jabine que era estatístico da USOM e que assinou o relatório com Kalervo. A participação de Jabine foi essencial já que no relatório existe uma série de dados quantitativos tais como levantamentos estatísticos, amostragem e probabilidade. Oberg (p.10) salientou que estes dados interessavam aos estudiosos de metodologia dos levantamentos de

⁴⁰ De forma distinta, por colonização natural, temos a ocupação do território que ocorre de forma gradativa, sem que exista o planejamento. Pode-se apontar ainda como principal característica a pluralidade de elementos étnicos.

comunidade. Thomas Jabine inclusive foi nomeado na folha de rosto e assina o relatório.

Frank Lowenstein, nutricionista contratado pela USOM, também participou da compilação dos dados apresentados. Por exemplo, a Tabela XX (p.64) exhibe a altura média das crianças em Toledo por idade e sexo. Interessante notar que nesta tabela as informações da cidade são comparadas com outras regiões do Brasil.

Outros participantes da equipe foram três entrevistadores, sendo que dois deles pertenciam ao Departamento de Fronteiras do Estado do Paraná e o outro a Divisão de Desenvolvimento de Comunidades. Estes últimos tinham como tarefa entrevistar as famílias pertencentes às amostras e preencher os questionários para organizar o levantamento de dados.

No prefácio da obra, o autor explicou que o trabalho de campo foi realizado entre os meses de agosto, setembro e parte de outubro do ano de 1956 (p.09). O relatório foi composto por vários tipos de dados tais como: tabelas, entrevistas, mapas, relatórios, entre outros, analisados a partir de recursos metodológicos quanti e qualitativos.

De maneira muito próxima ao que era realizado nos nomeados estudos de comunidade, o relatório segue o modelo de realização de trabalhos de antropologia clássica e analisa a coletividade buscando compreender todos os aspectos da sua vida social. A partir deste direcionamento, Oberg montou o relatório com dados e procedimentos diversos que são apresentados de distintas maneiras ao longo da obra.

Nota-se que o relatório está organizado de maneira que possamos conhecer a cidade, pois, os elementos apresentados descrevem o local, apontam sua disposição e mostram os indivíduos da região. Oberg apresenta os seguintes elementos:

O relatório possui 127 páginas e nele há:

- 1) Mapas da cidade e da região;
- 2) Formulário A - Questionário Família;
- 3) Formulário B - Questionário de Atitudes (feito com pessoas maiores de 18 anos);
- 4) Formulário C - Agricultura;

- 5) Formulário D - Natalidade e Mortalidade;
- 6) Tabelas diversas⁴¹;
- 7) Apêndices Técnicos e Índices⁴²;
- 8) Sete capítulos.

Os mapas utilizados pelo antropólogo foram fornecidos pela Companhia Maripá. Para um leitor leigo, esta pode parecer uma informação trivial. No entanto, para fins desta análise torna-se essencial considerar que os mapas da Maripá continham apenas dados dos habitantes dos lotes por ela vendidos. Este recorte restringiu a amostra e levou o autor a desconsiderar caboclos e paraguaios que já estavam na cidade e que habitavam áreas adjacentes como nos mostram estudos recentes.

Por exemplo, de acordo com Maria Cristina de Castro Pereira (2017, p.235), os registros mostram a presença de moradores no Pouso Frio desde 1948. O Pouso Frio - que por muito tempo chamou-se Vila Brasil e atualmente é a Vila Pioneira - era utilizado como um local de descanso pela empresa Nunes Y Gibaja⁴³, onde paravam os trabalhadores da erva mate com seus animais. Portanto, essa região passou a ser ocupada por pessoas vindas de diversos lugares e regiões (idem, p.232), como por exemplo, São Paulo, Minas Gerais e da região Sul e também havia indivíduos do Paraguai, em sua maioria, eram trabalhadores que buscavam condições de vida melhor, eles estavam em grande número ocupando a ampla região do Pouso Frio.

Deve-se sublinhar também que a partir do final da década de 1940, os trabalhadores começaram a ocupar sem escritura os terrenos desta área da

⁴¹ Tabelas como, por exemplo: Estimativa da População Total; Distribuição da População por Idade e Sexo; Origem dos Colonos por Local de Nascimento; Entrada de Colonos em Toledo por ano; entre outras tabelas, que variam de acordo com a sequência dos capítulos e das discussões dos mesmos.

⁴² Oberg (1960, p.121) explicou que foram organizados três índices diferentes, para que pudessem sumariadas as respostas de acordo com os grupos. Eles estão da seguinte maneira: Índice de Nutrição e Higiene; Índice de Acessibilidade e Índice de Interesse e Consciência de Comunidade.

⁴³ Em 1930, a empresa Nunes Y Gibaja, devido a dificuldades surgidas para exportar erva-mate, suspendeu suas atividades, deixando de usar este e os outros quatro pousos, além do imóvel chamado Lopeí (hoje interior de Cascavel, fazendo divisa com o município de Toledo). Estas cinco áreas eram numeradas de 1 a 5, partindo do Rio Paraná: Pouso Doze de Outubro (Porto), Arroio Grande, Guajuvira, Palmito e Toledo. A erva-mate semipronta era transportada no lombo de animais pela Picada Nunes e Gibaja desde a região de Cascavel, passando de pouso em pouso, até chegar ao Rio Paraná. Lá era embarcada e seguia para beneficiamento e comércio nas cidades argentinas (In: CASTRO PEREIRA, Maria Cristina. *Mapeando o Pouso Frio: dinâmicas de construção de um bairro na cidade de Toledo/PR*, p. 232).

cidade e por não saber de quem eram as terras iam se acomodando (idem, p.13). No relatório de Oberg (1960) não há relatos de pesquisa empírica nesta região, ou seja, aqueles que moravam ali ficaram fora da amostragem. Apenas os proprietários de terras da área mapeada pela Maripá foram procurados para as entrevistas.

Nas diversas tabelas do relatório se apresentam dados da realidade social do momento, tais como: vendas de lotes urbanos, suburbanos e rurais, idade e sexo da população, distribuição geográfica, origens dos colonos, entrada dos colonos em Toledo por ano, população estimada, taxas de natalidade e mortalidade, nascidos em hospitais ou com ajuda de assistência médica, casas comerciais, assistência médica, hotéis, bares, fornecimento de energia, indústria, escolas, repartições governamentais, oficinas de reparo, igrejas, escritórios comerciais, transporte e comunicação (p.58).

Há inclusive a Tabela XVII (p.59) que apresenta dados sobre a construção de General Rondon, - que atualmente é o município de Marechal Cândido Rondon e que é uma cidade vizinha que se emancipou de Toledo em 1960. E ainda, na mesma tabela mostra que a cidade fora construída com 95% de famílias alemãs, 5% italianas e apenas 6 famílias luso-brasileiras de trabalhadores, que estão fora da soma total.

Por fim, quero chamar atenção que as tabelas apresentam dados gerais da vida da população para montar um panorama da comunidade na década de 1960. Um bom exemplo é o cenário da educação na época, quantos matriculados nas escolas, a idade e o sexo. Há também dados do cenário religioso com o percentual da população por religião e os líderes locais por zonas. O relatório disponibiliza também um levantamento populacional, sobre os níveis escolares, a quantidade da população por sexo, idade e religião, local de nascimento e sua acessibilidade, e ainda como os moradores estavam dispostos no território na cidade.

3.2.2 Panorama Geral dos Capítulos

A partir de agora, faremos um panorama geral dos capítulos do relatório. Nossa intenção é demonstrar como o relatório, aos moldes dos estudos de comunidade apresenta características de diversos domínios da vida de uma

comunidade. Este modelo, como explicamos acima, é originário da antropologia clássica e se inspirou em estudos de sociedade tradicionais.

O primeiro capítulo - “Descrição dos Levantamentos Estatísticos”: apresenta como foram organizadas as amostragens divididas por zona urbana e rural, além dos métodos de avaliação e também como foram computados os erros de amostragem. Essas relações tornam-se importantes para compreender como a cidade estava se desenvolvendo e para observar o que mais ela precisava caso uma intervenção de política pública fosse futuramente realizada.

Oberg (p.11) mostrou a importância da coleta de dados e afirmou ser de costume recolher os dados em comunidades ainda pequenas, pois, eles apresentavam as características dos indivíduos e familiares que habitavam o local. Os dados coletados, segundo ele, foram obtidos com a realização de recenseamento de seus habitantes. A partir desses dados as tabelas puderam ser construídas ao longo do relatório.

O segundo capítulo - “A Companhia Maripá e a História do Município” - está dividido em 19 subtítulos, dos quais destaco: “Plano de Colonização⁴⁴”, “Os Colonos”, “Levantamento de Vendas de Lotes”, “A Companhia como Empresa Industrial”, “Assistência da Companhia da Cidade” e “Amparo à Agricultura”. Há um extenso levantamento histórico com descrições a respeito das relações de agricultura, indústria, comércio, as terras, as propriedades, os transportes de carga e aéreo, comunicações, assistência à população e o bem-estar.

Este capítulo dialoga de forma direta com o Plano de Colonização, documento que iremos apresentar posteriormente nesta dissertação. Chamou-nos de veras atenção, a similaridade dos dados e dos argumentos do autor quando comparados a este plano, principalmente pelo fato do antropólogo reconhecer no relatório que a companhia Maripá havia disponibilizado material para realizar a pesquisa no município (p.12).

⁴⁴ O Plano de Colonização será utilizado nesta dissertação para a construção das discussões, apontamentos e debates. E ainda, a construção do capítulo 3 e 4 é feita com base neste material, por esse motivo, toda vez que for citado, aparecerá com a sigla: PC, para que se tenha fluidez na leitura.

Felizmente, a Cia. Maripá nos forneceu mapas detalhados de todo o Município. Com esses mapas e algumas informações suplementares, ficamos aptos a selecionar uma amostra bastante eficiente de pequenas áreas. (OBERG, 1960, p.12).

Atualmente, quando a própria gestão conta a história local diz-se que os diretores da Companhia concluíram que as fazendas do tipo familiar eram as mais indicadas, tanto beneficiando os colonos, quanto o país como um todo. Nos chama atenção que quando o autor analisou a pequena propriedade, ele repetiu o mesmo argumento: “(...) a Maripá escolheu a pequena propriedade como padrão dominante de colonização da terra, (...)” (p.27).

Todavia, esta não foi uma escolha isolada nem uma ação da genialidade dos dirigentes da loteadora já que a partir da década de 1950, os países ainda em desenvolvimento organizaram planos de industrialização para que o setor econômico se desenvolvesse (Silva; Zerbato; Junior, 2010, p.39). O Plano de Colonização (1956) é um bom exemplo deste tipo de estratégia. Sendo assim, nota-se que o setor agrícola deu suporte para o processo de industrialização, pois a agricultura deveria expandir e com isso, obter relações com o setor urbano-industrial (idem, p.40). Que é como parece ter ocorrido também no caso de Toledo.

No capítulo três “Colonização e a População”, o autor caracteriza e apresenta o perfil dos novos moradores e as estatísticas de nascimentos e falecimentos. Outro ponto abordado é a forma de colonizar que foi adotada no local. A colonização de Toledo para Oberg se difere, substancialmente, das normas de colonização tradicional, isso porque, “(...) foi planejada por uma companhia de terras, enquanto esta é produto de uma expansão e crescimento natural” (p.43).

Neste capítulo, o autor enfatiza a importância da colonizadora Maripá para o desenvolvimento local e regional do Oeste paranaense. Acredita-se que o desenvolvimento só se tornou possível na época, pois, os recursos da Maripá foram suficientes. Destaca que a única coisa que o governo teve que realizar no local foi à estrada de rodagem, para possibilitar o avanço do desenvolvimento (p.23).

O quarto capítulo é denominado “Condições de Vida” e nele o autor relaciona questões como a água, o lixo, as moradias e a alimentação. São

dados que se referem, sobretudo às questões de políticas públicas para a área da saúde. Ele divide a cidade em três áreas: rural, suburbana e urbana. Explica que em cada uma delas havia uma maneira diferente de coleta e plantio. Por fim, os índices de higiene e nutrição. Neste subitem além da divisão por zonas têm-se a divisão por classes. Este recorte também influenciou na amostra coletada para a pesquisa, pois, algumas áreas mais afastadas ficaram de fora da coleta de dados.

O quinto capítulo da obra “Toledo” foi intitulado “Agricultura”. Neste há detalhes a respeito do manejo, uso e posse das terras. Afinal, a agricultura seria a principal ferramenta da colonização. Além disso, a importância das ferramentas e equipamentos para o cultivo da “nova” terra, visando o trabalho dos colonos e a venda de produtos da lavoura, além de salientar os problemas advindos desta ação.

Um questionário sobre a agricultura foi realizado (Formulário C). Cada pessoa no segmento da agricultura que possuísse terras (além das estritamente urbanas), arrendasse terras, explorasse terras sem pagamento, ou fosse trabalhador meeiro deveria responder as questões. Era possível fazer-se mais de um questionário agrícola por família, caso mais de um membro possuísse ou utilizasse terras (p.14-15).

Esses dados coletados foram apresentados nas tabelas e procuraram apontar as características do modelo de colonização planejada no qual a figura central era o colono. Por isto mesmo, a maior parte dos dados diz respeito a estes personagens procurando qualificá-los. No contexto agrícola, o autor mostrou que “(...) os colonos são agricultores do tipo familiar, (...)” (p.71). Ele demonstrou dados como: número médio de trabalhadores por hectares, ferramentas, animais e empregados em cada uma das fazendas. Essas informações foram fundamentais para a caracterização do colono que faremos no último capítulo.

A partir da compilação dos dados do contexto agrícola montou-se a Tabela XXVII (p.92), na qual o autor explicitou que a maior parte dos trabalhadores rurais eram os próprios familiares (p.75). Ou seja, os colonos quando chegaram partiram para a agricultura familiar. Os lotes menores seriam mais fáceis de plantar e cuidar, não precisando de mão-de-obra vinda de fora. Isso também nos levou a analisar que a Companhia Maripá, como aponta

Oberg (p.27) poderia ter vendido suas terras a número reduzido de pessoas, e assim, conseguido o retorno financeiro de maneira mais rápida. No entanto, “(...) a Maripá escolheu a pequena propriedade como padrão dominante de colonização da terra, vendendo apenas algumas áreas extensas para serem colonizadas por outras companhias (...)”.

Como apresentou Oberg (p.95), o modelo de agricultura e os equipamentos disponíveis fizeram diferença para o cotidiano de trabalho agrícola da população. A partir daí os dados são diversos, tais como a criação de animais sendo o percentual mais alto para a criação de galinhas (56,5% número médio por fazenda). Ele esclareceu que não eram todos que tinham acesso ao carro de boi, ao arado giratório, aos caminhões e aos demais equipamentos, havendo grande carência tecnológica - o que pode ser indicativo de possível mercado para produtos desta natureza.

De acordo com Sepulcri e De Paula (2005, p.03) a relação entre a agricultura e a indústria apresentou grandes transformações ao longo dos anos. O que acarretou esse processo foi o desenvolvimento das agroindústrias, elas estimularam o crescimento e a demanda de produtos agropecuários. Assim, a agricultura perdeu rapidamente as suas características artesanais manufatureiras, surgindo a indústria, que imprimiu sua forma de beneficiar, processar, armazenar e comercializar.

Embora tenha apontado as ausências tecnológicas, o autor pontuou que as posses de alguns instrumentos deste tipo fizeram grande diferença na situação financeira melhor de alguns colonos⁴⁵ (p.76). “Os solos novos rendem bem, e o uso do arado propicia ao colono cultivar mais terra que o caboclo” (p.87). Por fim, este capítulo apresenta os dados coletados sobre a agricultura e as informações sobre uso e posse de terra, ferramentas, equipamentos necessários, trabalho, transporte, pecuária, cultivo e plantio, foram baseadas em uma amostragem de 106 fazendas.

O título do capítulo VI é “Educação, Religião e Diversões”. Logo de início Kalervo explicou que apenas apontaria as demandas mais citadas. Em 1946 a cidade já tinha um líder religioso católico, embora o estudo de Oberg tenha apontado à existência de seis religiões distintas: católica, protestante, batista,

⁴⁵Alguns inclusive podiam pagar para que caboclos e paraguaios limpassem suas terras.

metodista, seitas não especificadas e espiritualistas. Neste capítulo também há o número de escolas e de equipamentos de diversão tais como, cinema e clube.

O capítulo VII “Interação e Consciência Comunitárias” apresenta as atitudes da população, os seus interesses, acessibilidade e mostra as escalas de acessibilidade e interesses. Esse capítulo foi desenvolvido a partir das entrevistas. No primeiro momento foi feita uma breve introdução da discussão, em seguida as perguntas e respostas estão evidentes. Voltaremos a este ponto com ênfase no último capítulo.

Como se pode observar a obra “Toledo” é um relatório que circunscreve todas as características da vida da comunidade, relações sociais, políticas, culturais e econômicas. Diante destas evidências, pensamos que o relatório pode ser enquadrado na categoria de estudos de comunidade. O texto se encaixa nas metodologias desta escola e é baseado no modelo descritivo evidenciando pontos para uma possível intervenção de saúde e tecnológica, além de delinear a comunidade a partir da sua homogeneidade.

No próximo capítulo, desejamos mostrar como os Planos de Colonização e Ação parecem influenciar de modo direto a escrita da obra “Toledo”. Como pretendemos argumentar há grande proximidade das informações e dos dados históricos entre estes documentos e o relatório. Não podemos afirmar que houve a utilização direta desses Planos na obra - já que não encontramos nenhum documento com esta afirmação. No entanto, pretendemos apresentar algumas evidências que fundamentam esta nossa hipótese.

4. O RELATÓRIO SOCIOECONÔMICO E O PLANO DE COLONIZAÇÃO: COMPARANDO EVIDÊNCIAS

Neste capítulo, nosso objetivo é demonstrar a aproximação dos dados do Plano de Colonização da colonizadora Maripá e do relatório socioeconômico sobre o município de Toledo. Nossa intenção é salientar que a trajetória do autor e o diálogo dele com os responsáveis pela colonização da região foram aspectos fundamentais para a sua produção e que devem ser levados em consideração, para que possamos compreender de que forma mais adequada, os grupos que aqui estavam naquele momento, em que foram analisados.

Observamos no decorrer da construção deste capítulo uma série de idéias que tradicionalmente são apenas associadas ao ideário nacional. No entanto, sublinhamos que as categorias cidade e campo, grupo étnico, comunidade e classe, por exemplo, que são abordadas por Oberg são também conceitos apresentados em outras pesquisas de antropologia e aplicados em contextos etnográficas distintos - nacionais e internacionais - das ciências sociais. Há que se enfatizar, no entanto, que também fazem parte de um ideário nacional que corresponde ao tipo de colonização local.

Caroline Luvizotto (2009, p.30), argumentando a respeito da construção teórica do conceito de grupo étnico afirma que na área das Ciências Sociais os conceitos se desenvolvem de diversas formas já que a construção do conceito parte de uma complexa trajetória teórica. Para a autora a unidade concreta de análise do grupo étnico, define-se por diferentes combinações, sejam elas de características que vão da cultura comum à identidade étnica simbolicamente construída.

Assim, a partir dos estudos de Barth (1998), observou-se que a etnicidade é uma forma de organização social, a qual se baseia na atribuição de categorias, as quais classificam as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. Luvizotto (2009, p.31) afirma que “A identidade étnica é utilizada como forma de estabelecer os limites do grupo e de reforçar sua solidariedade”.

Faremos uma análise descritiva do Plano de Colonização e do Plano de Ação (1956) visando demonstrar que uma série de concepções utilizadas

por Oberg (1960) aparecem nestes dois documentos. Este ponto será fundamental para que consigamos compreender que a concepção de colono do autor coincide com as perspectivas da colonizadora e responde às questões políticas da época, além de levar em consideração o arsenal teórico já especificado.

O critério utilizado para a apresentação das informações ao longo deste capítulo refere-se à disposição dos assuntos ao longo do Plano de Colonização. Conforme as questões foram se apresentando no Plano (1956), fui recortando as passagens do relatório de Oberg (1960) para evidenciar as aproximações.

4.1 Documentos Fornecidos Pela Maripá utilizados no relatório

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, percebemos que havia uma estreita ligação entre os escritos do relatório Toledo e o discurso do pioneirismo na cidade. Buscamos material e referências internas ao relatório e, assim percebemos que o autor obteve documentos específicos dos dirigentes da Maripá.

O próprio autor explicou no seu relatório que a Maripá disponibilizou materiais e até mesmo espaço para o seu escritório (p.10). Oberg (p.12) diz: “Felizmente, a Cia. Maripá nos forneceu mapas detalhados de todo o Município. Com esses mapas e algumas informações suplementares, ficamos aptos a selecionar uma amostra bastante eficiente de pequenas áreas”.

Um dos documentos utilizados é datado do ano de 1956 e foi denominado pelos dirigentes da colonizadora como “Plano de Colonização”. Este plano detalha os investimentos realizados pela Maripá, desde o momento da compra da Fazenda Britânia que se tornou a Companhia Maripá e os processos que foram se realizando para o desenvolvimento local.

A Fazenda Britânia estava localizada entre duas grandes potências da época, o município de Foz do Iguaçu e o de Guaíra (PC, 1956, p.02) e estava próxima ao Rio Paraná. Esta localização foi primordial para a criação das pequenas propriedades e um dos principais facilitadores para as vendas dos lotes e dos terrenos da nova localidade.

O documento baseia-se no planejamento e na aplicação das atividades para o crescimento e desenvolvimento da região, dividindo-se em duas partes, uma teórica e outra prática. Ele é composto por fotos que foram tiradas na época e que ilustram o documento. Nas fotografias é possível perceber as ações que estavam sendo realizadas para a viabilidade e permanência no local. Ao longo deste capítulo apresento algumas delas.

Vale ressaltar que o Plano de Colonização é composto pelo Plano de Ação que é apresentado logo no início do documento. Este último conta com regras, estudos e combinações feitas entre os dirigentes da Maripá. É um manual que orienta e apresenta o local e a região. Há descrição das questões mais importantes para a época sobre o elemento humano, a pequena propriedade, a policultura, o escoamento da produção e a industrialização.

Sobre esse documento em questão, Oberg (p.26) afirma que tinha conhecimento da existência, como nota-se na seguinte passagem:

A fim de integrar as atividades madeireiras com a colonização da terra, para conseguir uma comunidade rural próspera de sólida base econômica, os diretores da Companhia elaboraram um plano, no qual deram especial atenção aos seguintes fatores: 1) tipo de agricultura; 2) tamanho das propriedades rurais; 3) elemento humano e 4) industrialização. (OBERG, 1960, p.26).

Ao analisar conjuntamente estes dois grupos de documentos - o relatório e os planos - nos pareceu que as discussões feitas no Plano de Colonização foram utilizadas por Oberg na obra Toledo. Vamos pontualmente a partir de agora tentar demonstrar como e porque trabalhamos com esta hipótese.

Anterior a este trabalho sobre o município de Toledo, Oberg já havia apresentado outro projeto no ano de 1951 aplicado em Chonim de Cima, localizado em Minas Gerais. Oberg (1961) relata as dificuldades encontradas, os esforços tanto em nível de equipe com pessoas qualificadas, como com os recursos financeiros que tiveram que providenciar. As relações entre equipes de projetos e Conselho de comunidade, além da importância do cientista social para pesquisas que envolvem comunidades.

Em Chonim de Cima, Oberg (1961) passou por algumas situações, nas quais não obteve sucesso. Oberg (1961, p.48) acreditava que o que levava ao fracasso, foi também o elo fraco entre o Coordenador com os integrantes do

Conselho de Comunidade. Mas, o autor acredita que estas informações, são parte de um pequeno item, e que os cientistas podem descobrir muito mais e fornecerem mais informações aos programas atuantes, “O que diz um cientista social é que, se se pretende trabalhar com uma comunidade, há que entender-se essa comunidade.” (idem, p.48).

As comparações que serão feitas, mostram as similaridades em várias temáticas, como por exemplo, elemento humano, agricultura, questões comunitárias e essas discussões estão em ambos os textos. Por vezes, até mesmo a forma de escrita se parece. Ressaltamos que Oberg (p.09) esteve aqui no mesmo ano que o Plano de Colonização (1956) fora escrito, em 1956.

A primeira parte do Plano de Colonização (1956) é apresentada de maneira mais descritiva. Os autores apresentam os arredores da Fazenda Britânia, localizada entre o município de Foz do Iguaçu e Guaíra, próxima ao Rio Paraná e dentro dela estava Porto Mendes Gonçalves que servia de embarque de erva mate (PC, 1956, p.03). A região Sul da fazenda estava abandonada. Nela, havia apenas um antigo porto onde antes havia uma vasta plantação de erva mate. Ao Leste estava o município de Cascavel a partir do qual já passava uma linha telefônica até Porto Mendes Gonçalves.

O Plano de Colonização (1956, p.03) deixa claro que o desenvolvimento inicial foi um movimento lento, mas que exigia grandes mobilizações. Foram feitas algumas construções tais como serrarias, oficinas, armazéns e comprados caminhões e camionetes, além dos tratores e jipes que eram importantes para iniciar algumas atividades no local.

Oberg (p.29), também aponta no relatório de Toledo que foram montadas as serrarias, moinhos, carpintarias, fundições e algumas oficinas que atendiam a vários tipos de reparos e que buscavam atender às necessidades regionais. A falta dessa assistência, de acordo com Oberg (p.28) faria com que não houvesse o progresso e os colonos que aqui chegassem não teriam interesse de continuar no local ou de se estabelecer na região.

Foi com o Plano de Ação que os dirigentes buscaram demonstrar as possibilidades para o desenvolvimento local. Ele foi escrito em 1950. Este documento foi decisivo, pois, era um conjunto de regras, estudos e combinações entre os dirigentes da Companhia Maripá. Neste documento encontrava-se descrita a figura do elemento humano, da pequena propriedade

para agricultores, da policultura para o equilíbrio econômico e da industrialização para a necessidade local (PC, 1956, p.03-04).

O Plano de Colonização foi elaborado por Willy Barth, Egon e Curt Bercht e posteriormente apresentado ao Conselho Fiscal da empresa (NIEDERAUER, 1992, p.121). Em 1949 e 1950 o objetivo não era pensar em uma agricultura mecanizada, mas sim, “(...) povoar densamente a região com pequenos proprietários” (idem, p.121).

O Plano de Colonização traçado por Willy Barth, Egon e Curt Bercht, e exposto aos membros do Conselho Fiscal da empresa, estava baseado na experiência de Willy que condicionava: “Para levar os agricultores para a região de Toledo, a colonizadora terá que montar uma bem planejada infraestrutura, sem a qual todo o projeto estará fadado ao fracasso.”. A tarefa consistia, pois, em dividir todo esse latifúndio em pequenas glebas, isto é, colônias, de uns 25 ha., (250.000 m²). Cada grupo de colônias tinha que estar provido de um povoado com, no mínimo, casa comercial, igreja, escola, assistência médica. (NIEDERAUER, 1992, p.122).

O Plano de Colonização (1956) foi peça fundamental para a conformação do espaço toledano, de acordo com seus autores. Este era composto por elementos que visavam à estruturação da cidade tais como a construção de casas, igrejas e escolas. Oberg (p.09), também afirma em uma passagem de seu texto, sobre o processo de desenvolvimento desta colonização:

Em Toledo, a agência organizadora da colonização é a companhia de terras que fez os levantamentos, construiu as estradas, localizou as cidades e forneceu recursos essenciais, tais como escolas, igrejas e lojas, desse modo propiciando um rápido desenvolvimento nos estágios iniciais da colonização (OBERG, 1960, p.09).

Ao longo do Plano de Colonização estão registradas fotografias destes espaços. Há também a presença dos trabalhadores e os maquinários, mostrando suas novas construções e conquistas. Um dos elementos do plano é a busca por migrantes que já tinham contato com o plantio oferecendo-lhes oportunidade para que pudessem trabalhar, enriquecer e adquirir propriedade

(SCHNEIDER, 2001b, p.71). Nesse sentido, uma das primeiras ações da colonizadora foi dividir todo o latifúndio em colônias⁴⁶.

As regras para a formação de cada povoado, como já assinalamos acima, era possuir casas comerciais, igreja, escola e assistência médica, além das estradas que davam acesso a sede Toledo. Nas palavras do autor “era uma inovação que nenhuma colonizadora havia se proposto a fazer até então” (NIEDERAUER, 1992, p.122). Niederauer (idem, p.122) segue dizendo que não havia órgãos governamentais se aventurando a fazer algo semelhante, ou seja, desenvolver um Plano de Colonização como este de Toledo.

Niederauer (1992, p.35) nos dá alguns subsídios quando esclarece a sistemática das atividades e os objetivos pretendidos pelos fundadores da companhia. A construção de casas provisórias para a chegada dos novos moradores, estradas de acesso fácil, construção do comércio, escolas, igrejas e hospitais. Entre seus esclarecimentos está o Plano de Colonização⁴⁷.

Sobre as casas que foram construídas para a hospedagem temporária dos colonos, Oberg (p.30) afirma que a colonizadora havia construído casas residências para os recém chegados e nelas esses novos moradores poderiam ficar gratuitamente até construírem suas próprias habitações. No relatório, Oberg (p.30) relata certa dificuldade de realizar as entrevistas em fazendas, pois, tinham que esperar que os colonos chegassem às suas casas, não mais provisórias, para que ele pudesse realizar sua pesquisa.

Ao Norte da “Fazenda Britânia”, segundo o Plano de Colonização (1956, p.05), alguns técnicos e conhecedores classificaram as terras como boas para o plantio de café. Isso tornaria possível trazer para a região o colono do sul

⁴⁶ Sobre as colônias, de acordo com Giron e Nascimento (2010, p.78) quando planejavam a colonização, os dirigentes imperiais já pensaram na criação do campo e da cidade. Toda Colônia deveria ter uma sede, que teria não apenas a função política de ser a moradia do diretor e dos funcionários imperiais, mas também função econômica, recebendo o comércio, e ainda a função religiosa, recebendo a Igreja e os sacerdotes. Pode-se observar que a colonização feita pela Maripá, partiu de pressupostos próximos a estes, e ainda, as chamadas colônias, são propriedades que existem em regiões de colonização, onde as grandes áreas foram divididas em pequenas propriedades. Essas propriedades possuem geralmente uma área suficiente para as atividades agrícolas e/ou pecuárias, de uma família. Sua medida corresponde a aproximadamente 250 000 m² ou dez alqueires.

⁴⁷ O Plano de Colonização era composto ainda, por um Plano de Ação e também o Relatório de Ocupação, de acordo com Schneider (2001b) visava o tipo de humano ideal para o modelo de estrutura que estavam construindo no local, essa questão também será possível de analisar nos escritos de Oberg (1960), quando é apresentada a preferência pelos chamados “sulistas”, estes por sua vez, vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

com seus suínos, a manteiga, feijão, milho entre outros alimentos e os colonos nortistas com seus cafezais e os algodoeiros.

Em duas passagens do relatório Toledo (p.27-28) Oberg, também mostra que a localidade Norte era viável para o plantio do café e que para lá buscavam o colono nortista. Em contraposição a isto, ele afirmou que a colonizadora queria trazer um grande número de colonos para a região e que os recortes que foram feitos nos terrenos era para incentivar a pequena propriedade, "(...) exceto na zona norte, onde as plantações de café deverão ser feitas" (p.27).

Sendo assim, a ocupação da parte norte ficou paralisada e deu-se a continuidade no processo de colonização,

Depois que a parte sul da Fazenda Britânia tivesse sido desenvolvida, a Companhia planejava prosseguir a colonização da parte norte, atraindo imigrantes de São Paulo e do norte do Paraná, onde a experiência do plantio do café e outros produtos agrícolas já se encontram bem desenvolvida (OBERG, 1960, p.28).

A segunda parte, mais prática do Plano de Colonização, refere-se ao crescimento progressivo de cada setor, que foi conquistado com ajuda do Plano de Ação (1956, p.09), partindo da construção de mais estradas, sobre as vendas de terras, contabilidade a até mesmo a construção das sedes. Consta também que as medições de terras foram feitas em 1949, dois anos após a primeira expedição que veio para o município de Cascavel. A direção da Companhia Maripá instalou o Departamento Técnico com todos os instrumentos necessários para o setor e ainda, contratou funcionários especializados para auxiliarem nesta atividade.

Nesse sentido, nota-se que a Companhia Maripá forneceu alguns subsídios essenciais para que as terras agricultáveis dessem retorno para os agricultores. Assegurava-se que eles ficassem satisfeitos com os seus investimentos. Após a medição de terras, ficou acertado que disponibilizariam a eles assistência básica, como por exemplo, casas provisórias, religião, médicos, escolas, recreação e bem estar social (p.39).

O Plano de Colonização (1956, p.23) apresenta um tópico apenas sobre o "Amparo ao Agricultor", e consta a afirmativa de que a Maripá não está apenas preocupada com a venda dos terrenos. Afirma-se que a companhia se

dedica de maneira espontânea ao agricultor. Ao longo desta parte do plano são apresentadas as fotos dos produtos dos colonos como, por exemplo, a mandioca, mamão, café e até mesmo os porcos aparecem.

Sobre a questão de amparo à agricultura, a companhia Maripá inclusive contratou um engenheiro agrícola no ano de 1951, este ficou até 1955 (p.40). Para tanto, foi construído um sítio experimental. Foram feitos plantios de trigo, árvores frutíferas, fumo e oliveiras, para verificar o que era viável para se plantar, levando em consideração o clima e o tempo da região.

Após o ano de 1955 chegou um agrônomo e supervisor de economia doméstica no município, do Escritório Técnico de Agricultura - ETA (p.40). Há ainda que ressaltar que a Maripá doou ao Ministério da Agricultura uma área destinada a um Posto Agro-Pecuário, pois, pensavam em instalar uma escola agrícola (PC, 1956, p.26). Oberg (p.40) no relatório também afirma de maneira similar, a doação de um terreno ao Ministério da Agricultura, para a instalação de um sítio experimental de agropecuária e de uma escola técnica rural.

A companhia Maripá especificou que facilitou os empreendimentos e fez a manutenção destas realizações. Oberg (p.67) no capítulo V da obra Toledo, desenvolve um tópico sobre “Problemas da Agricultura” (p.86) e apresenta algumas dificuldades levantadas pelos colonos que por vezes cobravam assistência. O autor esclarece que a busca por assistência (p.87) estava relacionada ao solo, a plantação de batatas, de milho e de chá. Oberg (p.88) mostra em outro momento as reclamações voltadas à assistência técnica em alguns setores, como por exemplo: serviço veterinário, criação de porcos e gado, inspeção de carne, praga de insetos, crédito rural. Para resolver essas questões ditas simples e fáceis era preciso a ajuda de técnicos, no entanto, “Os fazendeiros não pediram assistência financeira ou benefícios gratuitos” (p.88).

Os pedidos de assistência apresentados pelos lavradores estão ligados à questão de como aumentar a renda das culturas, como ter melhores condições e de como proteger a plantação contra as pragas e doenças. Oberg (p.88-89) afirma que esses problemas apresentados, estão, porém dentro da estrutura das práticas agrícolas e de criação tradicional dos colonos.

O Plano de Colonização (1956, p.10) narra que a principal atividade nos anos de 1946 até 1948 foi a construção de estradas. Já nos anos de 1949 e 1950 vieram os primeiros compradores de terras, começando assim a efetiva

colonização do local. Sobre as construções de estradas, Oberg (p.31) afirma que era algo natural, pois, após a abertura de Toledo para que fosse possível a exploração de madeira e colonização seriam necessárias.

O surgimento e a necessidade das estradas fez com que a Companhia as construísse de maneira imediata. Oberg (p.31) afirma que a cada ano foram acrescentando novas vias principais para caminhões e outras ligando as fazendas às cidades, além de uma rede de trilhas para madeira.

O relatório Toledo (p.43) também mostra a importância do planejamento. “(...) Faz-se primeiro o levantamento da terra, escolhe-se a futura localização das cidades, constroem-se as estradas principais e se fornece às necessidades básicas da vida social”. Utilizando dados presentes nos documentos disponibilizados pela Maripá, Oberg (p.37) descreveu que em 1951 os colonos vieram como uma avalanche e “Toledo começa a viver”.

De acordo com Oberg (2010, p.84) “Os anos de 1952 e 1953 deslizaram”. A produção cresceu, o feijão, por exemplo, ultrapassou a necessidade local, e por isso fora levado para o Rio de Janeiro. Nos anos de 1954 e 1955 os porcos começaram a ser produzidos e foi preciso vendê-los. No ano de 1956, ocorreram alguns problemas na produção dos porcos. O grande número de animais e a falta de local para venda acarretou na grande população desses animais.

No relatório (p.77) há relatos sobre a criação de porcos como um meio de produção e desenvolvimento local. Também cita que alimentos como milho, mandioca e soja eram destinadas às criações, ou seja, à alimentação dos porcos e galinhas. Por fim, Oberg (p.77) afirma que o porco era o principal produto de exportação e a maior fonte de renda dos colonos. A mais importante atividade de criação no Município é a de porcos (p. 84). Aproximadamente 91 por cento das fazendas criam suínos”. E também, que os produtos da lavoura que são exportados, entre eles os porcos, fumo e feijão preto, dos três o de “(...) maior vendagem, por larga, margem, é a de porcos” (p.86).

De acordo com o Plano durante os anos de 1953 e 1954 foram feitas as picadas e as divisórias das colônias, foram demarcados 7.098 lotes urbanos, mais as sedes rurais. Na época a companhia Maripá fez o investimento de 6.567.786.10 Cruzeiros tirados do ordenado e gratificações dos funcionários internos desse departamento (PC, 1956, p.09). As vendas dos terrenos foram

iniciadas em 1949, com pouco movimento. Apenas em 1950 que houve um pequeno aumento, já no ano seguinte em 1951 o empreendimento poderia ser considerado vitorioso, pois, foi o ano que iniciou a colonização (idem, p.10).

O ano de 1951 também é mostrado no relatório (p.24) como sendo emblemático, pois, fora o ano em que a Companhia se preparou para receber um influxo de colonos para as terras afastadas, ou seja, quando os investidores começaram a chegar ao local e região. Assim, para que pudessem atender essa nova população, foram criados escritórios auxiliares para venda de terras locais onde projetavam novas povoações, ligadas por estradas de rodagem à cidade de Toledo (p.24).

Ao longo do Plano de Colonização (1956) nota-se que após o anos de 1950 foram feitas diversas melhorias, como por exemplo, a construção da sede no interior, das primeiras casas em distritos como São Roque, Pato Bragado General Rondon e em Toledo já haviam prédios de alvenaria construídos (idem, p.14-18). As estradas tornaram o acesso a várias partes da extensão da Fazenda Britânia e formavam uma rede rodoviária que somava 1.000 km, com três estradas principais, várias estradas secundárias e diversas estradas vicinais que ligam a área rural e os distritos (idem, p.21).

A foto abaixo foi retirada do Plano (PC, 1956, p.21). Em sua maioria as fotos serviam ao propósito de mostrar as conquistas da colonizadora, ou seja, as ações eram realizadas e com isso eram apresentadas ou mostradas aos próprios colonos, sejam eles novos moradores ou que já estivessem aqui. Esta foto mostra os trabalhadores ao longo da estrada construída.

FIGURA 2: Estrada para a Vila Maripá



FONTE: Plano de Colonização, 1956, p.21.

As estradas eram de seis até quinze metros e eram construídas de acordo com a necessidade do trânsito. Nota-se que havia a idéia de que as estradas serviriam a mobilidade dos agricultores. Quando viessem para a cidade já tinham as estradas que ligavam as suas terras (PC, 1965, p.22).

No ano de 1949 como consta no Plano de Colonização (PC, 1965, p.22), havia 220 km de estradas construídas pela Companhia Maripá, até o ano de 1954 foram construídos quase 800 km de estradas com a ajuda de moradores e trabalhadores (idem, p.22). Além das estradas, ainda estava em processo de experimento algumas pontes, viabilizando assim a mobilidade e dando amparo aos agricultores (idem, p.22).

Sobre as construções de estradas, Oberg (p.31) afirma que no ano de 1956 já existiam em torno de 2.500 a 2.800 quilômetros de estradas de estradas de terras, todas construídas com auxílio da Companhia. No entanto, após abrirem as estradas para acesso, os lotes começavam a ser limpos, esperando os colonos para iniciarem suas atividades.

De acordo com o que está escrito no Plano de Colonização (1956, p.08), o “trabalho fica a cargo do homem”. Este realizará a transformação das matas em locais com moradia, comércio e futuramente os centros indústrias. O resultado da derrubada das matas levará aos produtos aqui produzidos (idem, p.04). Oberg também cita o desmatamento da região (p.83) quando chama atenção para o plantio de café, relata que os plantadores derrubavam as matas e iniciavam o plantio e cultivo, em qualquer área da floresta.

Outra prioridade apresentada no Plano de Colonização (1956, p.28) seria a assistência médica e hospitalar também prevista como algo fundamental para a colonização estando em destaque no Plano de Colonização. Algum tempo depois, a Maripá contratou um médico, e assim, no ano de 1953 o hospital que havia em Toledo já era considerado insuficiente, para atender a demanda populacional.

Havia grande preocupação dos dirigentes com os códigos culturais dos colonos, buscavam as similaridades entre os grupos. Ao que se referem os códigos culturais, segundo Homi Bhabha (1998, p.63) sobre as diferenças culturais, seria este um processo de significação através do qual as afirmações da cultura ou sobre ela se diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade.

Percebe-se também que buscaram profissionais tais como professores, médicos, padres e pastores. Essas profissões compunham o ideário colonizador, pois, fazia parte das necessidades básicas dos colonos, e ainda, serviu para legitimar o empreendimento da colonizadora (SCHNEIDER, 2001b, p.54).

De maneira semelhante, Oberg (p.40) afirma que a colonizadora se preocupava com a saúde da população. Para não deixar os funcionários, os trabalhadores e os poucos colonos sem assistência médica, na época, a Companhia contratou um médico à sua própria custa e instalou um hospital pequeno, mas que atenderia as demandas locais. Por fim o relatório (p.25) mostra que em apenas 10 anos, na região já havia dois hospitais, sendo que um deles estava sendo construído com 60 leitos. No ano seguinte, em 1954, a Maripá adquiriu equipamentos cirúrgicos, mesa para operar e um prédio com capacidade para quinze leitos. Tempos depois, já atendiam dois médicos e um dentista (PC, 1956, p.28).

FIGURA 3: Casa de Saúde e Maternidade



FONTE: Plano de Colonização, 1956, p.28.

No ano de 1954, de acordo com o Plano de Colonização (1956, p.30), foi lançada a Pedra Fundamental do hospital, e foi chamado de “Casa de Saúde e Maternidade de Toledo”. A inauguração em 1954 contou com a presença de autoridades e populares (idem, p.31).

Em General Rondon, que ficava a 58 km de Toledo, foi também construído um “Hospital e Maternidade Filadélfia”. No entanto, este hospital era propriedade particular. Segundo o Plano de Colonização (1956, p.31) o médico de General Rondon ainda era moço e sem muitos recursos, e assim a Companhia Maripá também o auxiliou com recursos e não criou obstáculos para a instalação.

Dando continuidade a questão das construções locais, o Plano (1956, p.31) apresenta a assistência escolar e religiosa. No que diz respeito a religião, a justificativa dos autores foi que o amparo ao agricultor precisava ser completo já que as crenças religiosas sempre uniram os moradores. Acreditando nisto, forneceram materiais e mão de obra para que fossem construídas as igrejas.

A este respeito notamos que logo no início do relatório Oberg (p.09) compartilha desta ideia de assistência para com os colonos. Segundo ele, a Companhia forneceu recursos essenciais, tais como escolas, igrejas e lojas. Para os colonos que estavam ainda chegando foi disponibilizado no início da colonização os escritórios da Companhia para que pudessem realizar seus atos religiosos (p.41). Segundo o relatório (p.24), no ano de 1947 já havia uma

igreja de madeira que fora construída logo que se formou uma associação religiosa. A Companhia forneceu material sem custos e de acordo com a necessidade para a construção de uma igreja, e ainda, contribuiu liberalmente para organizações religiosas de obras sociais (p.41).

Oberg (p.104) apresenta um número bastante alto com relação a presença dos católicos e protestantes na região. De acordo com o antropólogo havia 59% de católicos e 41 % de protestante. O relatório também demonstra que os colonos italianos e alemães tinham religiosidades distintas (p.106). No entanto, não podemos deixar de observar que os dados da Tabela XXXVI (p.106) mostram a existência de outras religiões no local, que não são mencionadas ao longo do texto corrido do relatório e nem no Plano de Colonização.

As questões sobre a diversidade religiosa, é similar com a demonstração da população, pois, indicam apenas que havia grupos étnicos de alemães e italianos, sendo perceptível a presença de demais grupos no local. Aqui também há grupos seletos. Novamente demonstrando a homogeneidade dos grupos do Município.

Abaixo reproduzo a tabela:

Figura 4: Tabela XXXVI

TABELA XXXVI

Distribuição percentual da população, por religião

<i>R E L I G I Ã O</i>	<i>N.º</i>	<i>%</i>
Católicos.....	5.840	59
Protestantes:		
Luteranos.....	3.705	37
Batistas.....	200	3
Metodistas.....	5	(*)
Seitas não especificadas.....	115	1
Espiritualistas.....	5	(*)
Não sabem.....	15	(*)
TOTAL.....	9.945	100

(*) Menos de 0,5 por cento.

FONTE: OBERG, 1960, p.106.

Para Oberg (p.52) que a questão religiosa é um ponto importante para os colonos, pois, ambos os grupos prezavam pela moral. No entanto, como demonstra a Tabela XXXVI de Oberg (p.106) acima, os grupos étnicos escolhidos predominavam com percentuais altos de católicos e protestantes. Por isto mesmo, acredito que a amostra adotada para o texto corrido do relatório refere-se apenas a italianos e alemães da região.

Sobre a questão religiosa a pesquisa do relatório (p.104) ressalta a importância dela para o colono que chega ao município:

O aspecto religioso de Toledo apresenta o mesmo vigor que o econômico e social. Os padres e pastores tomam parte ativa nos afazeres sociais do município. Numerosas organizações religiosas interessam-se pelo bem-estar social e pela construção e melhoria das igrejas (OBERG, 1960, p.104).

Seguindo a discussão, as escolas foram construídas nas sedes e nas colônias. Os professores foram financiados em um período pela Maripá. Somente depois que a prefeitura se instalou é que passou a fazer o pagamento desses profissionais (PC, 1956, p.31).

Oberg repete os mesmos argumentos quando diz que a questão da educação é esforço principalmente da colonizadora Maripá que realizou ações em conjunto com a Prefeitura (p.99). Textualmente está escrito que “antes de ser criado um governo municipal, todas as escolas primárias eram construídas pela Companhia” (p.40). Em outra passagem Oberg (p.99) afirmou que a educação neste local poderia ser comparada a grandes áreas rurais do Brasil, pois, encontrava-se bem colocada.

O relatório (p.104) mostrou que a construção de escolas rurais não seria um obstáculo intransponível já que a Companhia Maripá também atuava no setor, inclusive construindo escolas grandes no campo. Oberg detalha que em 10 anos de desenvolvimento o local já possuía 35 escolas primárias e uma escola estadual estava sendo construída (p.25).

A recreação e os esportes também constavam como iniciativas para que os colonos se fixassem na região (PC, 1956, p.34). Alguns moradores sentiam falta da vida social e, portanto, foram construídos prédios para a recreação. No ano de 1953 a construção do Clube do Comércio foi concluída. Havia uma sala

de dança e área externa, além de uma biblioteca. Assim, a cidade passou a ter atividades sociais e até mesmo carnaval no ano de 1954 (idem, p.34). Os esportes tinham o seu local, um espaço reservado para um estádio público e também área para um aeroporto (idem, p.35).

O relatório apresenta os mesmos equipamentos e atividades:

Existe, na cidade de Toledo, um cinema, dois clubes sociais e uma estação de rádio. Em General Rondon, há um cinema. O clube social mais importante do município é o Clube Comercial de Toledo, que tem um salão de danças, circundado por uma plataforma elevada, com mesas. Além disso, tem um grande bar, um salão de bilhar e uma biblioteca pública. As reuniões sociais mais importantes realizam-se nesse clube. (OBERG, 1960, p.107).

Oberg (p.115) afirma inclusive que ao que se refere à religião, educação e divertimentos, as atividades urbanas de grupo estavam bem desenvolvidas nas cidades. Diferentemente da área rural, como também afirma o autor (p.115), onde há o isolamento físico e também mental, em função da área rural, ter difícil acesso e dadas as grandes distâncias que deveriam percorrer.

Logo nos primeiros anos o Plano de Colonização especifica que o município de Toledo contava com uma rede elétrica. No primeiro momento movidos a óleo diesel e tempos depois foram instalados geradores. Toledo e Vila Nova passaram a ter uma rede completa de energia elétrica (PC, 1956, p.36-37). A questão da energia seria outro atrativo para vir até a região e talvez um ponto forte para permanecer no local. Esta mesma questão é também comentada no início do relatório Toledo (p.24), onde cita que de maneira recente, no ano de 1948 fora instalado um gerador movido a motor diesel para fornecer luz aos escritórios da Companhia e às casas residenciais.

De acordo com a colonizadora, para que todas essas melhorias e construções fossem realizadas, foram utilizados os lucros da Companhia. Por meio das vendas de terrenos e na exportação da madeira, o capital fora obtido. O corte de madeira estava ligado ao Instituto Nacional do Pinho e a exportação era feita em tábuas, pranchas e caibros. Esses eram carregados em barcos a motor para os estrangeiros. As madeiras pesadas eram rebocadas (PC, 1956, p.38).



FONTE: Plano de Colonização, 1956, p.38.

Oberg alega que “A Companhia Maripá sozinha cortou cerca de 7 milhões de metros cúbicos de madeira de lei” (p.35). Vale ressaltar que as principais atividades rentáveis da Companhia eram a venda de terras, a extração da madeira e as instalações das indústrias locais. O antropólogo explicou também que as madeiras foram utilizadas na construção de casas e prédios até o ano de 1953 (p.25) depois, elas passaram a ser apenas para exportação.

O relatório Toledo (p.25) aponta que havia 40 serrarias na região em apenas 10 anos da criação do município. A Companhia tinha como recurso de lucros as extensas florestas de pinheiros e de madeiras de lei que tornarem-se sua principal fonte de renda. Complementa também que a exploração de madeira foi uma importante atividade (p.26) e que “as serrarias maiores são da propriedade da Companhia Maripá, da Agro-Industrial do Prata e da Guaçú Agrícola Industrial” (p.35).

Há argumentação coincidente entre os documentos também no que diz respeito às repartições públicas. Especifica-se que havia um prédio com tribunal, casas para o juiz comarca e promotor público, além de um local para o correio e telégrafos. Seguindo, a Maripá instalou uma pequena rede telefônica com central de 30 aparelhos que atendia a demanda dos distritos. Não havia relatos de outras redes telefônicas no Oeste Paranaense no mesmo período (PC, 1956, p.40).

Sobre a rede telefônica, o relatório de Oberg (p.34) afirma que este seria este o único sistema telefônico existente na região. Qualifica-o como particular e pertence à Companhia Maripá. As ligações não são cobradas, em casos de emergência.

Outra questão que se apresentou no Plano de Colonização (1956, p.40) foi o aeroporto. Argumentam os autores que quando a notícia da sua construção se espalhou, todos receberam com muito entusiasmo e conseqüentemente vieram novos moradores para a região.

FIGURA 6: Aeroporto de Toledo na Década de 1950



FONTE: Plano de Colonização, 1956, p.41.

Para esta construção ser consolidada de maneira mais rápida, consta no Plano de Colonização (1956, p.41) que trabalhadores dos escritórios também fizeram parte destas construções.

A respeito da construção do aeroporto na região, Oberg (p.25) acredita que os moradores do município devem ficar orgulhosos, pois, ele foi construído em cooperação. A obra foi concluída em 17 de fevereiro de 1952, 52 horas

depois do seu início contando com a mão de obra dos moradores que eram vistos manobrando caminhões e tratores. Em janeiro de 1954 alguns reparos foram necessários para aumentar a capacidade do Aeroporto MARIPÁ que em junho do mesmo ano teve seu primeiro pouso. A companhia Maripá fez o registro (PC, 1956, p.41).

Havia também uma oficina mecânica que atendia carros, tratores e motoniveladoras, uma madeireira que ficou responsável pela marcenaria e fabricação de móveis, outra empresa que extraía e exportava madeiras e também vendia terras, além de uma indústria que fabricava utensílios, manuseava ferro, alumínio e bronze (PC, 1956, p.42). Oberg (p.35) também compartilha de uma passagem parecida, na qual relata que no ano de 1950, a Maripá possuía um armazém geral, uma oficina mecânica, um escritório de topografia e o escritório central em Toledo.

O panfleto da propaganda para a venda de terras e para estimular a vinda do colono à região (abaixo figura 6). A propaganda é do ano de 1950 e está disponível para consulta no Museu Histórico Willy Barth de Toledo. Como se pode ler, há descrição das vantagens - tais como melhorias e construções - para o investimento em terrenos no município.

As terras ofertadas são descritas positivamente: não tinham morros, pedras e formigas. A região é apresentada como sendo rica em água, tendo clima agradável e terra fértil. Garantia-se a compra chamando a atenção para a longevidade da Fazenda Britânia que estava nesse ramo há mais de 45 anos. As terras eram oferecidas como legalizadas e a escritura do terreno era imediata.

A propaganda das terras, como se apresenta no Plano de Colonização (PC, 1956, p.10) foi feita no primeiro momento pelos agentes comissionados que integravam a Companhia Maripá. Logo em seguida por pessoas que haviam comprado as terras no município. Oberg (p.31) também mostra em seu relatório que a Companhia solicitou aos agentes, fazendeiros e comerciantes, os mais importantes e que já tinham vindo para Toledo, a tarefa de voltarem aos lugares de origem e recrutarem novos colonos.

A Companhia empregou, como agentes, os fazendeiros e comerciantes mais importantes que tinham vindo primeiro para Toledo, com tarefa de voltarem periodicamente para seus lugares de

origem, nos dois estados sulinos, e recrutarem novos colonos. (OBERG, 1960, p.31).

Depois de escolher o tipo específico de colono desejado foi necessário trazê-lo ao local. A vinda destas pessoas somente foi possível através de propagandas direcionadas aos grupos étnicos. “A propaganda escrita se restringiu a folhetos impressos, distribuídos nas localidades dos dois Estados do Sul onde viviam os colonos que a empresa almejava” (STEIN, 2000, p.30).

Essas propagandas elencaram várias qualidades da localidade, além de apresentar de forma parcial o que em apenas três anos já havia sido construído (idem, p.30). Como podemos verificar, o tópico 8º em destaque na Figura 6 demonstra a possibilidade para plantar o café na região: “Atenção agricultores, muita atenção! Toledo tem uma grande área dedicada ao plantio de café” (PC, 1956, p.05).

O último ponto apresentado na propaganda refere-se aos valores e a forma de pagamentos para adquirir terras. Destacou-se que a sede da Fazenda Britânia era em Porto Alegre, mantendo sua filial em Toledo. Informa-se que havia uma grande quantidade de colônias disponíveis, quase 12 mil colônias, em progresso e boas para o emprego do capital. Vale destacar que haviam carros especiais para a viagem direta e cômoda, para que os colonos pudessem vir conhecer o território.

FIGURA 7 – Propaganda para Venda de Terras

ATENÇÃO SNRS. AGRICULTORES

Antes de efetuar suas compras de terras visitem:

TOLEDO

NA FAZENDA BRITANIA -- MUNICÍPIO DE FÓZ DO IGUASSÚ -- ESTADO DO PARANÁ

Porque devo comprar terras em TOLEDO?

- 1.º — O maior desejo de cada Agricultor é: que seu filho deve ter uma vida melhor.
- 2.º — Por isso devem procurar comprar terras de cultura livre de morros, pedras, formigas e rica em águas, clima saudável, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos. Todos estes desejos o senhor encontra reunidos em TOLEDO na Fazenda Britania no Estado do Paraná.
- 3.º — O título da Fazenda Britania têm mais de 45 anos, oferecendo por tanto todas as garantias de uma terra legal e que proporciona ao comprador escritura imediata.
- 4.º — Porque TOLEDO hoje têm: Paróquia, Colégio de Freiras com 290 alunos, Médico, Hospital, Farmácia, Grandes casas comerciais, Hoteis, Luz e Força elétrica, Carpintaria e Marcenaria, Matadouro, uma grande olaria, Frigorífico, Padaria, Alfaiataria, Sapataria, Diversos Bares, e Churrascarias, uma grande oficina mecânica, a serviço de qualquer espécie de veículo, Moinhos para trigo e milho, Serrarias para pinho e madeiras de lei, firma organizada para um grande Moinho a cilindro para trigo.
- 5.º — Existem as seguintes madeiras: Cedro, Louro, Cangerana, Cabriuva, Guatambú, Angico, Maria Mole, Corticeiras, Ortigões e outras mais todas sintomáticas de terras férteis. Ha nos matos: Crescinal, Larunjal, Palmitos e Taquaruçú.
- 6.º — A exportação de todos os produtos coloniais são feitos diretamente para a praça de S. Paulo, grande consumidor com fretes convenientes revertindo em benefício exclusivamente dos agricultores.
- 7.º — A Fazenda Britania proporciona aos seus agricultores uma grande via de comunicação que é o Rio Paraná, tanto para o Norte de S. Paulo como para a Argentina, todo ele navegável.
- 8.º — **Atenção agricultores muita atenção! TOLEDO tem uma grande área dedicada ao plantio de café. E' um negócio que a Companhia de Colonização está oferecendo a todos os interessados ao preço de Cr\$ a Colonia de dez alqueires. **30.000,00****
- 9.º — Os preços das terras são os seguintes: de Cr\$ até Cr\$ a colonia de 10 alqueires. 20.000,00 30.000,00
Condições de venda: 1/3 a vista, 1/3 a 6 meses e 1/3 a 12 meses, gosando o comprador para pagamento a vista um desconto de 10% ao ano pelo tempo que faltar das prestações.

Proprietária da Fazenda Britania:

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S. A.
COM SÉDE EM PORTO ALEGRE, A RUA VOLUNTÁRIO DA PÁTRIA, 333 E FILIAL EM TOLEDO
11.325 COLONIAS

Colonização começada há 3 anos e em franco progresso. Bom emprego de Capital

Agentes: Aurelio Tissiani e Natal Zibetti - Sarandi, 1.º distrito

Dispondo de Caminhonete especial para viagem direta e comoda do comprador

Sub-Agente: _____

FONTE: Museu Histórico Willy Barth, 2019.

Como procurei comprovar a partir da comparação dos trechos dos dois documentos, os dados apresentados são muito próximos. No Plano de

Colonização as informações aparecem romantizadas a partir do discurso do progresso e da ação eficiente dos pioneiros.

No relatório Toledo fica evidente certa apreciação do autor pela colonizadora:

Seria um erro considerar a Maripá apenas como uma companhia vendedora de terras e uma empresa industrial. Como já foi dito, a companhia criou quase todo o investimento social na forma de estradas, facilidades de transporte, hotéis e as primeiras casas residenciais (OBERG, 1960, p.39).

Ao mesmo tempo, a caracterização dos espaços realizada por Oberg no relatório Toledo segue a metodologia dos estudos de comunidades. Parece-nos coerente aventar que a maneira como o texto foi apresentado e como o discurso do progresso foi incluído demonstram uma mescla de resultados de uma pesquisa antropológica com informações retiradas de um documento cedido pela empresa - o que faz o autor incorporar determinados aspectos ideológicos da colonizadora presente no documento chamado Plano de Colonização.

No próximo capítulo, buscamos apresentar uma discussão que visa problematizar a categoria colono. Para tanto, enfatizaremos a presença de colonos, caboclos e paraguaios no relatório de Oberg. Ao demonstrar as características, costumes, hábitos e relações sociais destes três grupos, objetivamos apontar que embora o autor tenha assumido a categoria colono a partir de uma perspectiva homogênea, há no interior do termo uma série de contrastes e de diversidades. Com este último debate, queremos dar conta do objetivo mais geral desta dissertação que é comprovar que as influências exercidas pela perspectiva geopolítica, metodológica, teórica e local projetaram uma conformação da categoria colono que encapsula os próprios dados apresentados pelo autor - limitando a capacidade analítica do mesmo.

5. COLONO: O ELEMENTO HUMANO ESCOLHIDO

A discussão deste capítulo tem por objetivo demonstrar as características do conceito de colono. No relatório socioeconômico de Oberg, os colonos são apresentados como elemento humano escolhido. Notamos que o autor se apropriou desta ideia que estava presente no Plano de Colonização (1956) e a utilizou como um “tipo ideal”⁴⁸. Como pretendemos argumentar, os dados do relatório apresentados nas tabelas e nas comparações no corpo do texto nos permitem confrontar este uso já que evidenciam a presença de sujeitos de tipos e origens diversas na cidade que naquele momento surgia. Nosso argumento será sustentado a partir dos seguintes aspectos:

Primeiramente apontaremos como Oberg construiu a categoria colono, quais as suas características étnicas e culturais. Em seguida, indicaremos a existência de elementos dissonantes naquela tipificação. Para tanto, apresentaremos as alteridades internas à categoria. As alteridades entre italianos e alemães nos mostram a pluralidade e diversidade reduzida a categoria colono. Em seguida as alteridades externas entre colonos, caboclos e paraguaios. As alteridades externas se operam no texto do antropólogo opondo os caboclos e os paraguaios aos colonos e circunscrevendo a comunidade.

Procuraremos desconstruir a unicidade da categoria. Nossa aposta é que embora apareçam no relatório indivíduos de grupos étnicos diferentes⁴⁹ - caboclos, paraguaios e colonos - e que esses grupos convivessem no mesmo local, às suas diferenças de hábitos e de costumes fizeram com que o autor

⁴⁸ O tipo ideal contribui para a construção da clareza racional e objetiva. Ele se precede pelo recorte dos elementos conceituais, e também, empíricos de um determinado fenômeno social onde as relações são confrontadas, como sendo típicas e ideais. Para Weber (1999, p.12) é “somente desta maneira, partindo do tipo puro (“ideal”), pode realizar-se uma casuística sociológica”. Segundo Lakatos, (1990, p.34) a característica do tipo ideal é a de não existir na realidade, no entanto, ela é o modelo para analisar e compreender o que há de concreto e existente. Lakatos (idem, p.34) acredita ainda que Weber, por meio da classificação e com a comparação de tipos de cidades, determinou as características essenciais da cidade; da mesma maneira, pesquisou as diferentes formas de capitalismo para estabelecer a caracterização do tipo ideal do capitalismo moderno. Por fim, afirma Lakatos (idem, p.34) “O tipo ideal não expressa a totalidade da realidade, mas seus aspectos significativos, os caracteres mais gerais, os que se encontram regularmente no fenômeno estudado”.

⁴⁹ Os grupos étnicos se diferenciam com seus hábitos e costumes, como demonstramos ao longo desta dissertação. Os caboclos e paraguaios, por mais que tenham similaridades, são grupos étnicos diferentes, assim como quando relacionados aos colonos ou até mesmo aos indígenas. Um grupo étnico é algo específico na sociedade, no entanto, compartilham valores culturais (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.189-190).

operasse a sua separação a partir da ideia de “comunidade”. Mesmo que estivessem presentes no mesmo recorte temporal e espacial foram concebidos de formas distintas no que diz respeito à construção do local.

Observamos também, a preferência por europeus e as teorias raciais que foram construídas não apenas no Brasil. Pierson (1936, p.92) afirma que o objetivo em sua pesquisa sobre negros e brancos na Bahia, por exemplo, era traçar os acontecimentos entre esses contatos raciais e culturais, para observar o movimento e descrever o ciclo de transformação social. O interesse então segundo Pierson (idem, p.92) estava nesses ajustamentos, entre o contato de uma cultura com a outra ou de uma raça com outra, tornam-se sempre imperativos.

Oberg (1960) na pesquisa sobre Toledo tratou de assuntos pontuais que apresentavam o desenvolvimento local e regional, visando a comunidade e partindo de seu domínio intelectual. Assim, as experiências de campo foram relevantes e a partir das tradições nacionais, construiu algumas perspectivas de grupos, relações sociais, econômicas e políticas, além de observar a cultura local.

5.1 Elementos Humano

A partir de agora, buscamos apontar as principais características da categoria colono na obra Toledo. Para esta discussão, nos importam as características relacionadas ao trabalho, a agricultura familiar, questões sobre os grupos étnicos e de cunho moral que se relacionam com o pertencimento à comunidade.

Os novos moradores vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram vistos pelos dirigentes da colonizadora como investidores que aqui chegaram. Eles foram escolhidos pela companhia Maripá para a região por possuírem características específicas apontadas como qualidades para iniciar a colonização. Inclusive, os administradores da colonizadora creditaram o sucesso do empreendimento da colonização a partir desta escolha. Os debates realizados tomaram como base características que eles acreditaram encontrar nos grupos étnicos de alemães e italianos.

Em seu relatório, Oberg chamou atenção para este fato quando observou que “(...) o povo de Toledo representa o “tipo comum” de colono que está migrando para essa região” (p.09). E ainda, dizia-se que esses agricultores da região Sul do Brasil conheciam o clima, as matas, tinham amor pela terra em que trabalhavam e que seriam predestinados para realizar tais tarefas (PC, 1956, p.04).

Se analisarmos o tipo ideal escolhido para Toledo e outros modelos utilizados no entorno do projeto da Maripá poderemos compreender melhor esta delimitação. A este respeito, Gregory (2006, p.30) afirma que são duas formas de colonizar bem diferentes ao Oeste e ao Norte. Uma busca selecionar o elemento humano que deseja e a outra busca eliminar as diferenças.

Nos municípios vizinhos de Toledo (ao Norte e ao Nordeste), a origem dos habitantes era, na maioria, não sulista, ou seja, paulista, mineira, capixaba e nordestina. As terras da antiga Fazenda Britânia, colonizadas pela Maripá, se limitavam a Norte e Nordeste com áreas colonizadas com migrantes vindos do Sudeste do Brasil, sendo uma continuidade do fluxo migratório responsável pela colonização das regiões de Londrina e de Maringá onde predominaram os colonos “sem origem” sob o ponto de vista dos colonos da Região Sul do Brasil (GREGORY, 2006, p.30).

Schneider (2001a, p.232-233) também debateu este aspecto explicando que é possível observar que o “elemento humano” selecionado pelos dirigentes da Maripá tinha algumas características, tais como, experiência para produzir em pequena propriedade. Era preciso ainda que se adaptassem ao clima da região e que se dedicassem ao plantio, pois assim, significava a garantia do sucesso do empreendimento colonizador.

Isto significa que o migrante que viesse ao Paraná em busca de terra para cultivar e para produzir bens e riquezas para o Estado seria bem vindo, seria bom, porque a sua atividade contribuiria para o processo de modernização, ou seja, para o processo de integração com a nação. (GREGORY, 2002, p.77).

A preferência pelo elemento humano escolhido estava ligada a ideia de experiência em afazeres como derrubada de mato, plantio e criação de animais (NIEDERAUER, 1992). Seria preciso que esse tipo ideal dominasse práticas e métodos para o trabalho na lavoura. Niederauer (idem, p.131) aponta ainda

características associadas ao seu caráter que “(...) teria de ser pacífico e tranquilo”.

Há semelhança nas características apresentadas pela companhia Maripá, no Plano de Colonização (1956) e as que Oberg (p.51) ao longo de sua pesquisa também nos mostrou. São eles: caprichosos, esforçados, trabalhadores, econômicos, possuem habilidades, e por fim, possuem costumes e hábitos muito parecidos. Até mesmo a característica moral dos colonos é tratada no relatório quando o autor descreve que foi preciso “(...) determinar um método de seleção que pudesse trazer para a nova colonização homens de bom caráter e de capacidade testada” (p.25).

Como estamos argumentando, nosso levantamento documental e bibliográfico demonstra que a categoria colono tem diversos qualificadores. Segundo Stein (2000, p.26), o Plano de Ação aponta esses descendentes como “iluminados” e de caráter “laborioso e ordeiro”. Salienta ainda que estivessem predestinados ao sucesso. O colono era “trabalhador, honesto, experiente e de espírito empreendedor”. (SCHNEIDER, 2001a, p.236)

Em seu relatório Oberg (1960) classificou os colonos como proprietários de terras e desbravadores (p.27), além de associar à forma de trabalho (p.72), caráter e capacidade (p.27), as casas (p.45), as construções de fronteira étnica (p.09). Foram classificados também por sua religião (p.53) e sua forma de trabalhar (p.51) com a terra (p.27), ou seja, o plantio (p.76), a colheita (p.45) e organização local (p.45).

A tentativa de estabelecer uma uniformidade do elemento humano é comprovada pelo fato dos colonizadores acreditarem que quanto mais parecido fosse esse elemento, melhor seria a relação entre eles nas novas terras. Nota-se que a escolha dos sulistas⁵⁰ para este empreendimento foi realizada a partir de discursos sobre esses migrantes e deve ser entendida como uma forma de manter um núcleo estável de povoamento da região com indivíduos específicos, pequena propriedade e agricultura familiar (SCHNEIDER, 2001a, p.249).

Neste ponto é importante considerar os argumentos a respeito da harmonia do grupo. Oberg justifica este pertencimento ao fato de

⁵⁰ Os sulistas, também são chamados: sulinos, colonos, pioneiros, entre outras variações, desta mesma categoria do grupo étnico de italianos e alemães que foram escolhidos.

compartilharem a herança sulista. Diz o autor que são brasileiros que, usam trajes gaúchos, tomam chimarrão e fazem encomendas de alimentos ou materiais da região Sul (p.51).

Vale lembrar que embora os colonos de origem germânica e italiana fossem brasileiros, na época havia uma tendência a se chamar atenção para sua ascendência européia: “Dizem que Fulano de Tal é alemão ou italiano, mesmo que já seja um brasileiro de terceira geração. Todos, no entanto, sabem que eles são brasileiros nascidos no Brasil” (p.52).

Oberg, também partiu da seguinte afirmativa:

Os descendentes de imigrantes italianos e alemães, que se instalaram no Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram considerados como uma população provada e testada para a experiência de uma vida pioneira da nova área. Durante cem anos, esses descendentes de imigrantes italianos e alemães, nos dois estados sulistas foram se aclimatando às condições do Brasil; além disso, eram pequenos proprietários rurais, fazendeiros do tipo familiar e conservavam as tradições de trabalho árduo, frugalidade e agricultura como meio de vida (OBERG, 1960, p.28).

Claércio Schneider (2001a) ainda afirma que características atribuídas ao “elemento humano” - tais como ser pacífico e tranquilo, voltado ao trabalho e ter amor à terra - foram artifícios proferidos pelos dirigentes da colonizadora, tendo em vista os objetivos visualizados em sua figura.

Quando apresentou os dados quantitativos da população de Toledo no ano de 1956, Oberg descreveu que “8.595 pessoas, ou seja, 86,4% do total da população de Toledo são colonos, isto é, pessoas que não nasceram em Toledo”. Deste quantitativo, os italianos representam 68,6% e os alemães 16,6%. Além destes dois grupos havia também colonos do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, além de outros estados e países (SILVA, 1988, p.92) - informação que discutiremos mais adiante.

5.1.1 O discurso do trabalho

Nota-se que as justificativas para a delimitação da categoria colono tomam como base uma série de especificidades. Neste subitem falaremos de uma delas que diz respeito ao trabalho. Sobre esta escolha inicial, na obra

“Toledo e Sua História” do Projeto História (SILVA, 1988, p.61), os sujeitos pioneiros são apresentados como cabeças ativas que chegavam com suas ferramentas em punho e começavam a aproveitar o espaço e trabalhar. Segundo a mesma obra, o trabalho de colonização se deu a partir do esforço do elemento humano que realizou o desbravamento inicial.

De acordo com Schneider (2001a), o discurso sobre o “trabalho” foi fundamental para a escolha dos colonos:

O discurso do trabalho, como não poderia deixar de ser, é categoria central nas narrativas da Maripá: é o trabalho que transformará um ambiente praticamente intocado pela ação do homem em um espaço caracterizado pelo seu progresso material. No entanto, o texto alude a um tipo ideal de homem destinado à tarefa de dar continuidade ao desenvolvimento das áreas a serem colonizadas: os colonos migrantes do sul do Brasil, especializados [já no Rio Grande do Sul e Santa Catarina] na elaboração dos mesmos produtos [agroalimentares] dentro das mesmas condições físicas [oeste do Paraná]. (SCHNEIDER, 2001a, p.236, grifos o autor).

O conceito de trabalho é relacionado às ideias de progresso e civilização. Segundo Bresser-Pereira (2014, p.36) o desenvolvimento humano ou o progresso fazem parte de um processo histórico pelo qual as sociedades nacionais buscam objetivos diversos, sejam eles políticos, de segurança, liberdade, avanço, proteção do meio ambiente, e isso ocorre a partir das relações e do desenvolvimento humano. O autor (idem, p.36) acredita que esta conquista é gradual e corresponde aos direitos que as sociedades modernas ou capitalistas definiram para si mesmas como direitos humanos.

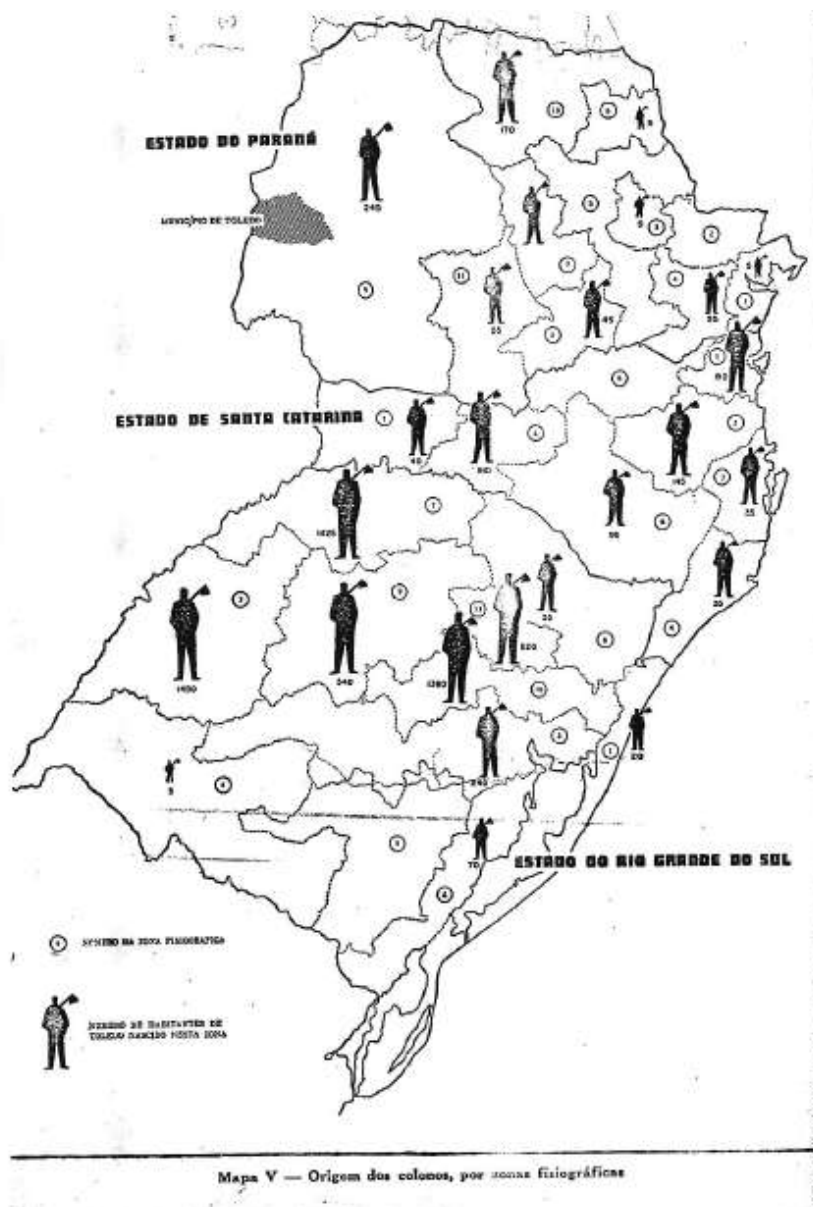
O autor (1960) argumenta que os colonos de forma geral visam à qualidade de vida, preservam suas habilidades e são vistos como trabalhadores, e ainda, guardam seu dinheiro, para que possam fazer investimentos, seja com relação às casas que constroem, suas plantações e até mesmo na criação de animais. Sendo assim, se mostram grandes investidores e proporcionam aos seus familiares, condições melhores de vida (p.87).

O acesso às negociações de terras e até mesmo ao local da colonização era controlado pela Maripá. Com esta prerrogativa os administradores da Companhia buscavam a origem e procedência dos colonos visando “mão de obra” que fosse boa para o trabalho, como consta no Plano de

Colonização (1956, p.04): “(...) que o agricultor esteja adaptado às culturas e aos sistemas a serem empregados. Para a dedicação as terras e ao plantio das diversas culturas temos em vista o homem ligado à terra”. Portanto, para se obter bons produtos, o Plano de Colonização (idem, p.04) apontava que era preciso também delimitar mão de obra “esmerada”. Acreditava-se que era a mão de obra dedicada que de maneira contínua elaborava os produtos (idem, p.04).

O mapa a seguir faz parte do relatório apresentado por Oberg. Nele são demonstrados aspectos naturais que se referem ao número de nascidos em Toledo e aponta a região do Sul de onde vieram. Neste mapa pode-se observar que todas as figuras de colonos possuem uma enxada, ou seja, seria essa a representação dos trabalhadores da época.

FIGURA 8: Mapa da Região Sul - 1950



FONTE: Kalervo Oberg, 1960, p.129.

Nota-se que havia uma congruência entre os interesses da colonizadora e destes sujeitos. Como demonstrou Schneider (2001a, p.232-233) o “elemento humano” que foi escolhido para integrar e desenvolver o local e região, trouxe consigo características que correspondiam às expectativas empresariais dos dirigentes. Os colonos buscavam melhores condições de vida e trabalho e por isso estavam migrando para outras regiões.

O elemento humano ou “tipo comum” foi construído a partir da busca pelo êxito no empreendimento. A equipe da Companhia Maripá acreditava que era preciso povoar densamente a “Fazenda Britânia” com agricultores que fossem se adaptar na região.

5.1.2 Agricultura familiar

Uma vez decidido que a agricultura deveria ser dirigida no/ sentido acima e levando em conta o fato incontestável de ser necessário que o agricultor deve estar, desde já, adaptado às culturas e sistemas a serem empregados (para maior êxito dentro de menor espaço de tempo), conclui-se que, em relação ao clima, entre agricultor estrangeiro e o nacional, toda a preferência seria dada, naturalmente, a este. (PLANO DE COLONIZAÇÃO, 1956, p.04).

O agricultor foi o sujeito mais esperado para compor o cenário da região. No Plano de Colonização (1956, p.04) explicou-se que visava a fixação do homem à terra, por isso a escolha do agricultor vindo dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Os agricultores da região Sul pertencentes aos dois grupos étnicos de italianos e alemães eram bem vistos pelos dirigentes da Maripá porque primavam pela terra e tinham amor por ela (idem, p.04).

Os dirigentes da Maripá (PC, 1956, p.04) decidiram o tipo de produção agrícola e buscaram os colonos que já estavam adaptados a policultura, culturas e sistemas de plantio com arado e variedade de alimentos. A partir desta perspectiva, a elaboração do projeto de ocupação e dos planos de colonização e ação mostram a construção de imagens e sujeitos coincidentes. São os chamados “tipos ideais” que atenderiam as características da cultura de um grupo escolhido (STEIN, 2000, p.25).

Este modelo de colonização a ser empreendido, além de associar o tipo de agricultura com o "elemento humano" considerado mais apto para desenvolvê-la, também esforça-se para construir esse sujeito utilizando elementos discursivos e práticas presentes nos lugares de origem desses colonos, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses elementos discursivos sob os quais se constrói esse colono são seu caráter "afeito ao trabalho," e seu "apego a terra" (STEIN, 2000, p.26, grifos do autor).

Os dados disponibilizados por Kalervo Oberg (1960) deixam claro que a maior parte dos colonos se dedicava a agricultura e residia na área rural.

A afirmativa de que os colonos são agricultores do tipo familiar, nasceu de uma análise do trabalho nas fazendas. Em uma força de

trabalho estimada em 4.760 pessoas, 91 por cento são membros das famílias dos fazendeiros, 5 por cento são trabalhadores temporários, e 4 por cento trabalhadores permanentes (OBERG, 1960, p.71).

A tabela II (figura 09) mostra os dados dos indivíduos existentes no município de Toledo. E ainda, apresenta em quais áreas eles estavam presentes. Esta tabela tem recorrência com o que foi o cenário brasileiro durante algumas décadas, ou seja, população predominantemente rural.

FIGURA 9: Tabela II

TABELA II
Estimativa da população total, por zonas

<i>ZONA</i>	<i>Pessoas na Amostra</i>	<i>Pêso</i>	<i>Avaliação do Total de Pessoas</i>
Urbana.....	544	5	2.720
Suburbana.....	287	5	1.435
Rural.....	193	30	5.790
Município.....	—	—	9.945

FONTE: OBERG, 1960, p.19.

A Tabela II mostra que população da zona rural era equivalente a mais que a metade do total da população, ou seja, era uma população bastante numerosa. Oberg (p.27) afirma que “a política da Companhia tem sido a de trazer para a área um grande número de colonos e, assim, incentivar a pequena propriedade”. A agricultura familiar partia de métodos tais, como lavar a terra utilizando o arado. Havia grande preocupação com o esgotamento do solo ou até mesmo com a estagnação da economia. Estes cuidados fizeram com que o uso da terra fosse feito em pequena escala de semi-subsistência (p.76).

A agricultura familiar praticada pelos colonos incorporava instrumentos especificamente brasileiros, além de aspectos da economia rural. Por exemplo,

o arado de ferro ou aço, a carroça e práticas do controle eficaz do cavalo para realizar atividades agrícolas. Praticava-se a rotatividade das culturas.

A incorporação de hábitos brasileiros nos descendentes de europeus havia sido discutida por Oberg em outra ocasião quando notou que foi a partir deste processo que se “(...) estabeleceu um tipo de campônio agrícola no sul do Brasil” (2009, p.192). Os colonos europeus incluíram nos comportamentos e hábitos do Brasil aspectos na economia rural, como por exemplo, o arado de ferro ou aço, a carroça e práticas do controle eficaz do cavalo para realizar atividades agrícolas. “O arado do Sul da Europa, arranha a superfície do solo, mas não revira o solo, já a carroça serve para o transporte de mercadorias” (idem).

Para os diretores da Maripá, a fazenda pequena do tipo familiar era a mais indicada para os interesses dos futuros colonos que eram pequenos agricultores e buscavam o meio rural para se estabelecer (COLOGNESE, 2008, p.50). Esses colonos possuíam pouco dinheiro para investimento, sendo que a procura por pequenas propriedades tinha por objetivo não ter gastos com funcionários.

No texto há um alto número de mulheres e crianças que realizam atividades agrárias. Esta participação é vista como costume dos colonos alemães e italianos. Oberg (p.75) afirma que os colonos da região Sul operam suas terras com os membros da família, além de evitar pagar salários, a economia de subsistência fica toda no grupo familiar. Os casais jovens contratam o mínimo de trabalhadores apenas quando suas terras são grandes.

O pressuposto, de que as famílias pudessem cultivar suas próprias terras sozinhas foi parâmetro essencial para que a Companhia Maripá dividisse a área dos terrenos. Logo que os colonos se estabeleciam derrubavam as matas e desenvolviam uma agropecuária diversificada. Os colonos gostavam da qualidade do solo paranaense, pois, se comparado ao solo de onde eles estavam migrando, aqui havia uma “terra gorda”, terra generosa e dadivosa (SILVA, 1988, p.145).

Andreia Vicente (2018, p.554) afirma que quando Oberg descreve a comunidade de Toledo, há pouco emancipada e ainda em desenvolvimento, ele a considera como um “símbolo de desenvolvimento humano e progresso”. A mesma autora (idem, p.555) observa que Oberg evidencia um tipo

transacional de comunidade que alia o colonizador e agricultor eficiente. No entanto, ele privilegia modelos homogêneos e constrói um discurso no qual, a diversidade da cidade fica confinada ao exterior da comunidade.

O mapa abaixo demonstra como foram feitas as divisões do espaço, como um todo e dos terrenos para os colonos. Deve-se perceber, como sublinhou a mim Anésio Vitto, administrador do Museu Histórico Willy Barth de Toledo em entrevista realizada 17 de dezembro de 2018, que todos os lotes foram pensados para que tivessem acesso a água, ou seja, acesso às nascentes e rios. Inclusive em alguns deles, o rio passava dentro das propriedades.

FIGURA 10: Mapa da Divisão da Fazenda Britânia - 1950



Fonte: Museu Histórico Willy Barth, 2019.

A pequena propriedade de acordo com o Plano de Colonização (1956, p.06) visou os lotes pequenos e rurais. Além da obtenção de lucros foram pensados dessa maneira para que pudessem dar o amparo adequado aos novos moradores e que as benfeitorias locais fossem realizadas.

Os recortes de terras levaram a formação de 10.000 colônias e que assim representam cerca de “(...) 10.000 famílias, cultivando, produzindo e exportando produtos agrícolas e pastoris” (PC, 1956, p.06). Da maneira com que foram construídos os espaços tornou-se possível que as famílias produzissem seus alimentos, tivessem suas casas e que permanecessem na região trabalhando.

As unidades de medida das terras eram em alqueires, ou seja, 25 hectares⁵¹. Os terrenos possuem três unidades de medidas diferentes que eram: lotes urbanos, as chácaras e as colônias (p.27). A divisão de terras da Fazenda Britânia rendeu 10.000 colônias e todas poderiam ser mantidas por cada uma das unidades familiares (p.27).

5.1.3 Grupo Étnico

O grupo étnico selecionado pela colonizadora e buscado na propaganda para venda de terras (Figura 7, p.85) era composto por descendentes de italianos e alemães. Estes dois grupos descendentes formaram um grupo étnico. Foram eles, que nos primeiros anos de colonização do Oeste foram chamados de “colonos” e posteriormente de “pioneiros”. Além dos lucros e da permanência no local, a escolha do elemento humano como apresentamos acima pressupunha uma reafirmação de homogeneidade do grupo.

Observamos que existe um discurso narrativo que credita o desenvolvimento do município de Toledo graças ao esforço de italianos e alemães. Esta ideia está presente no relatório quando assegura que “o desenvolvimento de uma cidade, de certa forma, reflete a origem étnica de seus residentes” (p.45).

Constrói-se a argumentação sustentando que italianos e alemães apresentam elementos ligados a cultura, experiências e a construção de suas relações sociais e culturais que são congruentes. Notamos que esta congruência é construída principalmente a partir da origem sulista dos descendentes de imigrantes. Oberg (p.51) argumenta que esses grupos trouxeram muitas características dos espaços em que viviam anteriormente,

⁵¹ Um hectare (ha) = 10.000 metros quadrados (medida de padrão internacional).

como por exemplo, plantar, colher um alimento, manuseá-lo para se alimentar e os trajes.

No relatório nota-se que embora as diferenças relacionadas aos hábitos e costumes entre italianos e alemães sejam aparentes, o fato da maioria deles ter vindo da mesma região e por utilizarem métodos de agricultura parecidos infere-se que compartilham um “sentimento social” ou pertencimento (p.51). Ou seja, é a origem sulina dos imigrantes que é utilizada como um dos subterfúgios para construir sua pretensa homogeneidade. Oberg (p.51), inclusive afirma que mesmo depois de estarem no município de Toledo, os sulistas utilizavam trajes característicos, mantinham hábitos regionais e até procuravam alimentos que viessem do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. As visitas constantes a parentes de seus estados eram uma forma usada por estes descendentes para conservar o apreço por certo tipo de valor.

O fato de ser brasileiro, também era essencial para a escolha dos colonos pela Maripá. Este seria mais um motivo para que eles buscassem o desenvolvimento econômico local e social, junto aos demais colonos que estivessem chegando.

5.1.4 Pertencimento e Consciência Comunitária

O objetivo deste tópico é demonstrar como a relação de pertencimento e consciência comunitária foi utilizada por Kalervo Oberg ao longo do seu relatório socioeconômico. Os termos abrangiam os grupos étnicos de colonos italianos e alemães. Depois de analisar de maneira detalhada material exposto pelo autor no seu texto, o qual foi fichado página a página, ficou claro que a ideia de unidade e coesão evocada por Oberg precisava ser problematizada.

Nesta altura do texto, vale ressaltar, como já o fizemos no capítulo dois, que a questão da metodologia dos estudos de comunidade consistia em realizar levantamentos sobre a vida social de um determinado grupo analisando-o como conjunto. Fazia parte do discurso recorrente entre os autores da época que a sociedade rural correspondia a uma estrutura social não-ambígua e monolítica. Notamos que as comunidades eram definidas pelos autores clássicos como mecanismo simbólico que se fundavam a partir do compartilhamento de comportamentos, como por exemplo, as normas e regras

que orientam indivíduo e coletivo. Compartilhavam, ainda relações culturais e históricas. No entanto, no processo de urbanização, esta estrutura seria substituída na cidade por diversidade de ações e grupos. A cultura rural, portanto, era vista como em transformação cujo resultado seria a fragmentação, o conflito e a desorganização (OLIVEN, 2007, p.21).

A questão do pertencimento comunitário foi um fator preponderante para a definição do elemento típico. A este respeito, é essencial sublinhar que os colonos eram chamados de “alemães e italianos”, mesmo pertencendo à terceira geração de brasileiros. Assim, alinha-se o pertencimento comunitário a europeidade que era uma maneira de reforçar seu lugar na sociedade.

Carlos Eduardo Bao (2017, p.140) debateu sobre o discurso do pioneiro colonizador. Este autor mostrou este discurso como sendo um mecanismo de dominação cultural que está ligado a aspectos simbólicos. Segundo Bao (idem, p.142), na história e no espaço social havia outros grupos que já ocupavam os locais de implantação das colônias com imigrantes europeus. E assim, construíram “(...) um ethos específico voltado para valores como “trabalho” (privado), “progresso” (moderno), “família” (patriarcal) e “religiosidade” (cristã)” (idem, p.142, grifos do autor).

A dominação da elite pioneira em Toledo, segundo Bao (idem, p.141) mostra-se como uma faceta cultural visível e parte tanto do espaço físico urbano, quanto em determinadas obras da literatura e historiografia local. A narrativa do pioneirismo assume o lugar de destaque quando há referência cultural, pois, torna-se a construção da história local (idem, p.141).

A respeito da europeidade, Jessé Souza (2003, p.181) afirmou que “em sociedades periféricas modernizadas de fora para dentro, como a brasileira, “gente” vai ser o “europeu””. Segundo o autor, esta é uma concepção cultural pré-determinada e que domina todos os cantos até o rincão (idem, p.181). Este seria um padrão de civilização dominante o qual hierarquiza princípios pessoais e que são europeus.

A língua de origem é outro elemento citado pelo autor cuja presença garantiria pertencimento. Italianos e alemães falam suas línguas específicas quando estão em casa (p.52). A manutenção da língua é descrita pelo autor como uma maneira de conservar costumes e hábitos dos países de origem de seus antepassados. Este seria um comportamento do qual os laços de

pertencimento trariam o sentimento de estar em um grupo homogêneo que compartilha de costumes iguais ou muito próximos.

No entanto, as especificidades linguísticas e culturais dos grupos eram considerados obstáculos ao sentimento de pertencimento. Isto fica claro quando Oberg descreve queixas de alguns colonos que vieram de grandes centros movimentados e que sentiam falta de reuniões sociais e recreativas e de locais de lazer e outros atrativos (p.41). Para o autor, a criação destes espaços de convivência, possibilitando o desenvolvimento de relações sociais, sejam elas individuais ou coletivas faria com que os colonos se sentissem em coletividade a partir do compartilhamento de valores morais.

Para observarmos a questão do pertencimento dentro de um grupo social recorreremos a um debate realizado por Thomas e Znaniecki na tradicional obra dos autores chamada “O camponês polonês” e que foi publicada sob os auspícios da escola de Chicago. Estes autores discutiram a questão da desorganização social como produto da imigração. A este respeito, Coulon (1995, p.34) escreveu que “uma organização social é um conjunto de convenções, atitudes e valores que se impõem sobre os interesses individuais de um grupo social”.

Ao contrário, a desorganização social corresponderia a um declínio da influência dos grupos sociais sobre os indivíduos e manifesta-se por um enfraquecimento dos valores coletivos e por um crescimento e uma valorização das práticas individuais. A desorganização existe quando atitudes individuais não encontram satisfação nas instituições, vistas como ultrapassadas por grupos minoritários.

Percebendo ausências de estruturas de unidade entre estes dois grupos distintos, o antropólogo procurou inclusive apontar instituições que deveriam ser criadas visando a unidade entre os elementos. Além disso, de maneira geral, acredita-se que as pesquisas nas comunidades em processo de urbanização mostrariam as dificuldades, além das condições reais e aspirações desses moradores que ajudariam a construir estes sentimentos compartilhados. Oberg marca de diversas formas as diferenças que existiam entre italianos e alemães. Ele explicou que os dois grupos étnicos prezam pelos seus costumes e realizam atividades com seus familiares para manter os seus hábitos. Além disso, como mostra Gregory (2002, p.161) ter uma origem

insinuava ter a paternidade caracterizada, e assim, portar valores culturais, ter bons costumes e saber idiomas coloniais. Seriam estes os fatores importantes para se ter cultura e identidade nas comunidades que agora viviam.

Buscamos debater também a ideia de comunidade proposta por Oberg já que ao longo do texto o próprio antropólogo questiona a existência destes sentimentos principalmente quando apresenta dados que dão conta de que os colonos ficavam meses sem participar de reuniões de melhorias à comunidade (p.16).

Vicente da Silva (2018, p.555) discutiu a ideia de comunidade presente no relatório. A autora salienta o fato do município de Toledo ter sido visto como símbolo de progresso urbano e desenvolvimento agrícola e social era uma forma de demonstrar a potência da comunidade. Os elementos em destaque para consciência comunitária neste caso seriam a homogeneidade e a europeidade que abarcariam inclusive ideias evolucionistas relacionadas a habilidade do elemento europeu em comparação a outros grupos étnicos. Ao mesmo tempo em que se questiona sobre o pertencimento, Oberg (p.119) afirma que os colonos estariam preocupados com a comunidade quando mencionam ausências de locais para encontro sociais e recreativos, nas entrevistas.

Há um capítulo específico para esta temática no relatório chamado Capítulo VII - "Interação e Consciência Comunitária". Oberg (1960) argumenta que a população também deve fazer parte da construção local de maneira ativa mostrando os problemas, propondo soluções e desenvolvendo mecanismos de qualidade de vida.

Um programa de desenvolvimento de comunidade, cuja finalidade seja auxiliar a população local a aumentar sua produção agrícola e melhorar suas condições higiênicas e educacionais, deve ser planejado baseando-se, não apenas em dados concretos relativos a esses campos, mas também, no conhecimento do que a população pensa e sente em relação à comunidade, aos seus problemas e à responsabilidade de suas soluções (OBERG, 1960, p.109).

Notando certa diferenciação, Oberg procurou compreender em que parte do município, a consciência comunitária estava mais desenvolvida (p.109). Buscou também descobrir as causas dessas diferenças. Para tanto, foram usados questionários e foram feitas entrevistas com os moradores das

zonas urbanas, suburbanas e rurais. O questionário foi realizado com homens e mulheres de diferentes idades, como se apresenta na mesma página (p.109).

A maior diferença apresentada está relacionada aos interesses distintos dos grupos pertencentes a comunidade (p.52) - como pode ser observado na Tabela I (p.102) desta dissertação. Neste quesito ficou claro que ambos os grupos buscavam preservar suas consciências específicas já que estavam vivendo uma “nova vida” na “nova região”.

A primeira pergunta da entrevista foi referente ao local, “Você gosta de viver neste lugar?” (p.109) mais de 90% da população, entre homens e mulheres responderam que “Sim”. Quando questionados sobre o que eles mais gostavam no local, as respostas foram mais diversas e divididas em categorias:

FIGURA 11: Percentual de Pesquisa

Mulheres urbanas	Desenvolvimento da área (24 %)
	O clima (16 %)
Mulheres urbanas	A área e os habitantes (35 %)
	A calma e a quietude (12 %)
Homens suburbanos	Desenvolvimento da área (28 %)
	Boa terra (22 %)
Mulheres suburbanas	Beleza do lugar (27 %)
	Desenvolvimento da área (20 %)
Homens rurais	Boa terra (40 %)

FONTE: OBERG, 1960, p.109⁵².

As perguntas do capítulo VI, de maneira geral, referem-se ao lugar, do que gostam e do que não gostam. Perguntou-se também a respeito das mudanças do local e se as pessoas entrevistadas sabiam quem solucionava os problemas da comunidade. Ainda foram questionados se os moradores não seriam responsáveis pela solução de problemas (p.113). A resposta resultou em 83% dizendo que também se sentiam responsáveis e interessados em resolver.

A partir destes questionários, Oberg (1960) observou que havia sentimento social e/ou de pertencimento dos indivíduos para com seus grupos.

⁵² As mulheres da área rural não aparecem respondendo algumas perguntas dos questionários da pesquisa, isso porque o percentual delas foi baixo para ser computado (OBERG, 1960, p.110).

Todavia, em momento posterior no texto, o autor (1960) observa que estavam havendo controvérsias, como é possível notar na citação abaixo:

Secundariamente, constatou-se que muitas pessoas não tinham a menor reação em relação às questões referentes a atitudes de comunidade. Em alguns casos isto demonstrava realmente uma completa falta de interesse no que se referia aos problemas comunitários (OBERG, 1960, p.16).

Neste segmento o autor está discutindo a respeito da iniciativa na resolução dos problemas locais. Como pode ser percebido os colonos em geral não se sentiam responsáveis por iniciar movimentos de melhorias. De acordo com os mesmos entrevistados, os dirigentes ou líderes locais são os responsáveis pelas iniciativas e ações. Se os primeiros passos forem dados, os colonos afirmavam na época, que os trabalhos seriam realizados para auxiliar os dirigentes.

Por exemplo, Oberg (p.116) mostrou que 95% da população não tinha por hábito comparecer a reuniões comunitárias e isso estaria acontecendo durante meses. A zona urbana apresentava o melhor índice, sendo 18% homens e 9% mulheres que compareciam às reuniões. A zona rural, nem homens, nem mulheres disseram ter comparecido a reuniões. Este seria um dos pontos principais para considerar as tomadas de decisões à revelia da comunidade geral.

Diante destas declarações, Oberg (p.113) incentivava a postura de que os programas para o desenvolvimento de comunidades levassem em consideração o que as autoridades e dirigentes locais construíssem políticas de maneira conjunta com as equipes de pesquisadores. Ele justificou esta sua sugestão dizendo que este fato evitaria rupturas na organização social dos grupos no local - já que transformações feitas por pessoas que não viviam a realidade poderiam entrar em choque cultural com aqueles que ali viviam - e a população local respeitava e seguia suas lideranças.

No texto intitulado “Interesses da Comunidade e Programas de Desenvolvimento Rural”, Oberg (1961) relata suas experiências como antropólogo dos programas de saúde em Chonim de Cima um município localizado em Minas Gerais. Na ocasião, o antropólogo narrou a ocorrência de uma série de divergências entre os pesquisadores e as elites da cidade. A

criação de um grupo apolítico da comunidade foi o início destes desentendimentos (idem, p.48). Este grupo estabeleceu parâmetros para ações que saíram do domínio do que era tradicional, ou seja, daquilo que antes seguiam e tinham como padrão da organização social. O antropólogo fez uma retrospectiva do ocorrido e assumiu os motivos para que o projeto não tivesse dado certo. Ele explicou que faltou que compreendessem e reconhecessem a importância da organização social da comunidade no desenvolvimento do projeto. A tentativa de evitar que a política local se sobressaísse criando um conselho apolítico gerou imparcialidades que foram reprimidas pelos valores e personalidades da estrutura tradicional lá existente.

Era interessante observar as atividades do Conselho da Comunidade. As reuniões abriam-se com o diretor do Conselho descrevendo as atividades do último mês. O coordenador local então sugeria novas medidas. Alguns chefes locais comentavam favoravelmente sobre estas sugestões, enquanto outros criticavam; os membros que não tinham participado das decisões da comunidade ficavam calados. Mas quando chegava a hora da votação, muitas vezes os chefes políticos locais, normalmente saíam vencidos – experiência nova para eles (OBERG, 1961, p.47).

No mesmo texto, ele revelou que o desenvolvimento das comunidades rurais estavam ocorrendo rapidamente. A este respeito, argumentou que as pesquisas dos estudos de comunidade poderiam auxiliar no progresso de algumas regiões (OBERG, 1961, p.45). Por isto mesmo, os trabalhos nas comunidades deveriam ser intensos buscando saber o que as comunidades rurais precisam e desejam. Para tanto, seria preciso trabalhar com o povo, para que se pudesse esclarecer as necessidades, as aspirações e os problemas.

Oberg (1961) afirmou que para que os projetos de desenvolvimento de comunidades pudessem ser realizados, não bastava apenas ter uma boa equipe, mas, também recursos financeiros para contratar inclusive peritos de diversas áreas da agricultura, saúde, educação e organização de comunidades. O povo da comunidade também iria participar na solução de seus próprios problemas e as entidades por sua vez, iriam fornecer suporte, com seus técnicos e consultorias. Sendo assim, o autor sugeriu que para que o projeto em Chonin desse certo, os grupos distintos com características e atividades específicas a serem desenvolvidas deveriam juntos empreendê-los.

A tabela XXXVIII (p.113) mostra quatro grupos diferentes da comunidade apresentando evidências de que os indivíduos partiam de diferentes interesses e isso variava de acordo com a classe social. As classes sociais se diferem por “A” mais alta, “B” média, “C” baixa e por fim, a classe “D” mais baixa (p.113).

O ponto de maior identificação das respostas diz respeito a busca por atividades agrícolas. A pesquisa mostrou que o interesse de 42% da “Classe B” é voltado às relações agrícolas e apenas 18% da “Classe A” tem o mesmo interesse. Vale observar que a “Classe A” possui percentuais considerados relativamente baixos para os três interesses elencados por Oberg (p.113).

Como por exemplo:

FIGURA 12: Tabela XXXVIII

TABELA XXXVIII				
Escala de interesse, por classe, de atividade econômica				
ATIVIDADE	<i>Percentagem de Indivíduos no Grupo</i>			
	<i>A Mais alta</i>	<i>B Média</i>	<i>C Baixa</i>	<i>D Mais baixa</i>
Não-agrícola.....	30	40	14	16
Agrícola.....	18	42	23	17
Doméstica.....	3	27	33	37

FONTE: OBERG, 1960, p.113.

Na tabela XXXVIII que está acima estão demonstrados os dados dos interesses da comunidade referentes à atividade econômica local. Nota-se que a “Classe A – Mais Alta” interessava-se mais por questões não-agrícolas. Estes, supostamente estariam ligados ao comércio e repartições públicas. Já a “Classe C – Mais Baixa” buscava as atividades domésticas que estavam voltadas às demais propriedades que não as suas. A leitura do relatório informa que o percentual “Doméstico” apresentado em todas as classes é atribuído às mulheres.

Seguindo a pesquisa de Oberg (p.116), outras questões foram feitas, para que pudessem conhecer a consciência comunitária dos colonos. Por exemplo: perguntou-se a quantidades de vezes que se locomoviam entre as

zonas, o que faziam aos finais de semana ou no tempo livre e o que faziam quando se encontravam entre amigos. A maioria dos indivíduos de cada zona informou que conversam sobre assuntos aleatórios quando se encontravam e que a atividade principal quando em grupos era tomar chimarrão.

Sendo assim, ao que se refere à consciência comunitária, o levantamento da pesquisa de Oberg (1960) demonstra dados que não correspondiam à sua efetividade. Mesmo estando numa nova cidade, os colonos ainda permanecem com seus costumes e hábitos antepassados. Importante frisar que quando estão em grupo, sua relação é boa com os demais indivíduos, a vida em comunidade é apresentada como parecendo tranquila.

Os colonos também foram questionados sobre o acesso aos meios de comunicação, se ouviam rádio, sobre seu grau de alfabetização, se frequentavam cinemas e se tinham o hábito de leitura. Oberg (p.119) afirma que se analisar a população como todo, a acessibilidade aos meios de comunicação era considerada baixa, mas, que os números de Toledo eram melhores que outras regiões do Brasil.

Os questionários apresentados só foram realizados com moradores de 18 anos de idade ou mais, e ainda, foram realizados com o total de 142 pessoas. Os questionários foram aplicados apenas nas áreas loteadas pela colonizadora e com moradores apontados por sua equipe diretora.

5.2 Alteridades

Segundo Mariza Peirano (1999, p.226) a alteridade é um aspecto fundante da antropologia sem o qual a disciplina não reconhece a si própria: “No contexto da antropologia no Brasil, nos últimos trinta anos a alteridade deslizou, territorial e ideologicamente, em um processo dominado pela incorporação de novas temáticas e ampliação do universo pesquisado”.

No cenário brasileiro (idem, p.226) os antropólogos assumem a pluralidade e diante disto, a alteridade se traduziu com diferenças relativas e não necessariamente exóticas. No entanto, para o conceito segue-se a afirmativa que juntas ou separadas essas diferenças podem ser culturais, sociais, econômicas, religiosas e até mesmo territoriais (idem, p.226).

Márcio Goldman (2003, p. 167), acredita que os antropólogos se utilizam da socialidade para construir suas pesquisas nas quais o “eu” com sua experiência pessoal, encontra com o “outro” e suas experiências humanas. Assim, leva a conclusão que para viver uma experiência pessoal junto a um grupo humano diferente do qual ele vive, levando consigo um objetivo e uma finalidade de transformar essa experiência pessoal em tema de pesquisa, é que se assume a forma de um texto etnográfico.

Nesse sentido, a característica fundamental da antropologia seria o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal (idem, p.167). Assim, ele afirma que *alteridade tanto* é a noção ou até mesmo a questão central da disciplina de antropologia e o princípio que orienta e inflete, como também limita a nossa prática. A antropologia é um dos locais para pensar a diferença e de forma racional explicar a razão ou a desrazão dos outros.

Segundo Francisco Filho e Silvia Martins (2018, p.05) no campo da antropologia a alteridade está na centralidade da relação bilateral e como um campo dinâmico do ser e do fazer antropológico. Os mecanismos metodológicos dos quais envolvem e caracterizam o antropólogo enquanto pesquisador, investigador, fazem com que instigante e indaga, e ainda que muitas vezes reconsidera a experiência através desta mesma vivencia pessoal na interação social e de alteridade.

Como demonstramos acima, embora no relatório, a categoria colono será utilizada buscando demonstrar homogeneidade e coesão, percebemos no decorrer da argumentação do antropólogo e nos dados brutos apresentados por ele, há uma série de evidências que nos levam a questionar esta categoria. A partir de agora, apresentaremos estes questionamentos.

5.2.1. Alteridades internas: Italiano e alemão

Embora haja nos documentos da época e também no texto de Oberg a referência ao tipo ideal de colono buscando enfatizar que fosse um grupo marcado por homogeneidade, no texto são apresentadas muitas diferenças entre italianos e alemães. Procuraremos a partir de agora reconstituir estas

comparações visando desfazer a ideia de homogeneidade e procurando demonstrar a diversidade interna desses grupos.

No desenvolvimento do seu trabalho de campo, Oberg produziu uma série de dados baseados em entrevistas realizadas com os denominados colonos. Chamou-nos atenção, o fato de que italianos e alemães quando questionados pelos entrevistadores (p.51), responderam a partir de uma perspectiva comparativa. Ou seja, italianos e alemães viam-se como grupos diferentes uns para com os outros.

Este contraste entre uns e outros é muito evidente no texto do relatório. Há inclusive a delimitação de costumes específicos como, por exemplo, a construção de suas casas, religiosidade, alimentação, preocupação com a moral, poupança.

Por exemplo, quando questionados sobre o que o grupo pensa sobre o outro:

Os colonos de origem italiana quando questionados sobre o que pensam dos colonos de origem germânica, respondem que os alemães são caprichosos, querendo dizer com isso que se esforçam para fazer as coisas corretamente, produzindo artigo com habilidade e orgulho da manufatura. Os alemães, por sua vez, dizem que os italianos são bons trabalhadores, mas negligenciam a qualidade em favor da quantidade e falam demais. Essas apreciações são um tanto estereotipadas, mas nada indica que não haja boas relações entre eles (OBERG, 1960, p.51).

Por meio dessas respostas, observamos que existia a distinção entre eles. A este respeito, Oberg (p.51) demonstrou o que os colonos italianos e alemães achavam uns em relação aos outros. Notamos que as respostas enfatizaram estas diferenças, além disso, qualificaram como boas e ruins certas características.

Outra questão essencial para compreender estas alteridades internas foi a forma como os dirigentes da companhia Maripá dividiram as comunidades separando italianos e alemães. Segundo Ruy Wachowicz (1987, p.179), os colonizadores buscavam que a divisão deveria ser feita em grupos de pessoas da mesma origem étnica e religiosa, pois, assim, iriam conviver pacificamente com respeito mútuo. Assim foram formados núcleos homogêneos que se referem à etnia, às habilidades e à religião. Para Schneider (2001a, p.249) “(...)

esta homogeneidade passava pela enunciação dos valores condensados no seio do próprio grupo”.

A Tabela I a seguir, possui características dos grupos étnicos de italianos e alemães. Foi construída partindo das características apresentadas no livro “Toledo – Um Município da Fronteira Oeste do Paraná” de Kalervo Oberg publicado em 1960. O autor afirma que as informações coletadas referem-se às instituições sociais do povo, sua maneira de utilizar a terra e outros costumes, além das condições sociais.

TABELA I – Características dos Grupos Étnicos

Características	Alemães	Italianos
Estado de Origem	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Casas e/ou Instalações	Melhoram suas casas e instalações, quando tem dinheiro, e também compram ferramentas	Casas com instalações modestas e se concentram em guardar dinheiro
Produção	Cereais, batatas e criam porcos	Cereais, uvas e vinhos
Interesses Comuns	1º Escola 2º Hospital 3º Igreja	1º Igreja 2º Escola 3º Hospital
Costumes	Jogo de boliche e as cerimônias cívicas	Tem o jogo “Mora” de adivinhação e são pouco patriotas

FONTE: Da autora, 2019.

Nota-se elementos contrastivos entre os dois grupos que fizeram com que eles se separassem por descendência. E, mesmo estando em um novo local, os grupos de italianos e alemães buscavam se firmar na região consolidando suas tradições específicas no município.

No relatório, essas especificidades ficam claras quando perguntados a respeito de aspectos muito específicos. Buscando exemplificar, desenvolveremos apenas dois. Um deles é a construção das casas. Colonos italianos e germânicos são vistos como econômicos e bons para trabalhar, embora utilizassem seus recursos de formas diferentes. Segundo o autor, (p.51), os fazendeiros italianos constroem suas casas com instalações

modestas, para guardar seu dinheiro, já os alemães, buscam melhorar suas casas quando seus rendimentos aumentam.

Embora, o costume de trabalhar com a terra e o plantio, ou seja, o trabalho agrícola fizesse parte dos hábitos de italianos e alemães, havia diferenças entre eles. Os italianos se adaptam melhor na construção de estradas e no corte da madeira, do que os colonos de origem germânica (p.31). E os colonos italianos produzem “(...) cereais, uvas e vinhos. Os alemães produzem cereais, batatas e criam porcos”.

Nota-se na argumentação de Oberg que italianos e alemães permaneceram separados em grupos culturais específicos. Nas análises realizadas por diferentes autores esta separação é qualificada, e eles observam as especificidades de cada grupo. Colognese (2008), por exemplo, analisa que no Paraná, o grupo de italianos correspondia ao quarto grupo mais numeroso, com um percentual de 8,9% e aproximadamente 15 mil italianos (COLOGNESE, 2008, p.44). Havia cerca de 60 mil habitantes nas colônias do Oeste do Paraná no ano de 1960, sendo que 54,5% eram descendentes de italianos e 37% descendentes de alemães.

O mesmo autor afirma que a prosperidade é algo importante para os italianos e significa a posse de uma área de terras, ou seja, “o coroamento de uma dura trajetória familiar em busca da prosperidade”. No entanto, os colonos prezam pelos seus vínculos, de comunidade e “(...) principalmente, no espírito associativista e na tradição religiosa, o que aqui se pode entender como identidade colonial” (SCHNEIDER, 2001a, p.250).

Na literatura a respeito dos alemães, segue-se também a caracterização das especificidades destes grupos como sendo marcadas por diferenciações. Segundo Schallenberger (2008, p.67), o colono alemão foi representado pela sociedade tradicional luso-brasileira como personagem típico, ou seja, como camponês e a colônia alemã era um território que estava se construindo pelo próprio colono alemão. Schallenberger (idem, p.66) aponta em sua obra que os imigrantes se ocupavam de espaços ainda considerados vazios e inóspitos pela sociedade agropastoril sul-brasileira e que assim foram materializando suas identidades e recriando as condições de reprodução das relações familiares, por meio da pequena propriedade agrícola.

Stein (2000, p.88) ao estudar a construção da germanidade em Marechal Cândido Rondon, argumentou também que existiu a valorização dos traços culturais específicos dos grupos de alemães. No município de Marechal Cândido Rondon, segundo o autor a germanidade é considerada como algo natural, ou seja, “autóctone”. Seria essa uma maneira de voltar às origens ou até mesmo de legitimar ou comprovar o discurso que fora feito sobre esse grupo (idem, p.88).

Enfim, como é possível ver no próprio texto do relatório, italianos e alemães formaram grupos distintos que se diferenciaram territorial e culturalmente. Diante destas evidências podemos perceber que a categoria colono utilizada pelo autor não dá conta da diversidade e da heterogeneidade do cotidiano daqueles que ela queria classificar.

5.3 Alteridades Externas: os não escolhidos

No texto de Oberg há um gritante contraste entre aqueles que participavam da comunidade e aqueles que a ela não pertenciam. Embora caboclos e paraguaios apareçam citados em muitos trechos do relatório, eles não fazem parte da comunidade que ora se formava em Toledo. Portanto, a partir de agora, analisaremos as alteridades externas produzidos pelo autor em relação à categoria de colono.

O contraste externo é um elemento importante da análise já que ao descrever o que é diferente e que está fora do grupo, o autor apresenta características de fronteira e reforça uma espécie de identidade que ele deseja sublinhar. Apostamos na ideia de que a partir destes contrastes Kalervo Oberg visava construir e consolidar a ideia já existente no Plano de Colonização (1956) de que o elemento humano mais indicado para habitar Toledo na década de 1940 e 1950 eram os descendentes de europeus.

Neste primeiro momento apresentaremos, a partir de que características e em que lugares o autor posiciona os caboclos e também os paraguaios. Estes sujeitos foram apresentados em um discurso construído a partir de características negativas, o que justificaria a sua não-inclusão no processo de colonização e reafirmava a preferência dada aos colonos.

Notamos que mesmo que esses elementos não fossem mostrados no relatório como elementos escolhidos ou um tipo ideal, a eles também é atribuído o adjetivo de trabalhadores quando auxiliavam nas derrubadas de matas e nas construções de casas no local.

5.3.1 Quem é o caboclo?

Há alguns debates que propõem definições para o conceito de caboclo. Muitos deles levam em consideração a mistura racial:

Caboclo a priori é o nome dado à população resultante da miscigenação entre homens brancos e indígenas. Darcy Ribeiro em sua obra “O Povo brasileiro” (1995) trata dos principais aspectos relacionados a esses sujeitos, especialmente aos habitantes da Amazônia. Já o caboclo do Contestado é o sujeito resultante da mistura étnica entre indígenas, homens brancos e negros que por diferentes motivos aportaram na região, no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, onde foram se fixando, criando suas famílias e construindo um modo de vida tão rico e diverso, (...) (MACHADO, 2017, p.159).

De acordo com Deborah Lima (1999, p.06), caboclo pode ser uma categoria da “mistura racial” e faz referência ao filho do branco e do índio, assim como uma classificação social com base nas relações sociais de uma população rural. Ela não é uma categoria homogênea. Para a autora é um termo conceitual que consiste em uma categoria social de pensamento analítico, ou seja, não há um grupo fixo identificado como caboclos (idem, p.08).

Machado (2017, p.160) acredita que a imagem do caboclo esteja ligada a simplicidade do sujeito. O caboclo então, se mantém em equilíbrio com suas condições sociais e ambientais, seria também este o seu diferencial, pois, estaria mais distante do modo de vida capitalista urbano e rural.

Até um século atrás, a identidade cabocla do Contestado ia sendo estruturada fundamentalmente a partir de uma experiência de vida comunitária e numa relação íntima com a natureza. Desconsiderando o processo de colonização baseado na violência promovida a partir das grandes fazendas de criação de gado e da cultura liberal capitalista, o povo do Contestado formava pequenas comunidades e vivia segundo valores herdados das culturas indígenas, africanas e europeia-cristã (TOMAZI, 2005, p. 98).

Alguns autores que analisam a história da região Oeste do Paraná defendem a ideia de que as colonizadoras ofereciam as terras para que os caboclos comprassem, todavia, estes não tinham condições financeiras e por esse motivo se sentiam excluídos e buscavam novos lugares para construir suas casas. De acordo com o texto “Caboclo: pioneirismo e marginalização” de Jaci Poli (2014, p.166, p.167), o caboclo se sentia rejeitado com relação às novas comunidades de colonos, isto, pois, estes eram os donos das terras que eles estavam ocupando. No debate proposto por Poli (2014) fica evidente que a ocupação anterior das terras foi simplesmente desconsiderada pelas colonizadoras e pelos novos moradores das regiões. Os habitantes tradicionais eram simplesmente relegados, expulsos ou desconsiderados do novo tipo de propriedade que ora se estabelecia.

Kalervo Oberg (2009), em seu texto sobre “O Campônio Marginal no Brasil Rural” propõe uma categorização do caboclo:

Embora não mereça o título de agropecuária, existe ainda um quinto tipo de atividade, a saber, a daqueles que vivem e cultivam pequenos tratos de terra na propriedade de outros, estando sujeitos a um conjunto espantoso de regulamentos de posse. É ele o pequeno produtor de subsistência ou roceiro, que produz culturas alimentícias primárias, como milho, arroz, feijão e mandioca, criando alguns porcos e galinhas e possuindo, algumas vezes, um burro ou um cavalo que lhe serve de montaria. É o lavrador instável que vive a roçar e queimar o mato, o protótipo clássico do produtor brasileiro de alimentos. Originariamente, era o agregado ou servidor ou quase servo. (OBERG, 2009, p.182).

No trecho acima, nota-se que o antropólogo opera a classificação do caboclo principalmente a partir de sua cultura. Características como o tipo de agricultura que ele produz ou mesmo o estilo de trabalho são predominantes para o estabelecimento de especificidades do seu modo de vida. Este tipo de construção deve-se principalmente ao uso do modelo culturalista de análise do qual, o autor é tributário - como já procuramos demonstrar ao longo da dissertação.

Este texto de Oberg foi publicado pela primeira vez em 1957 na Revista de Sociologia de São Paulo. O objetivo do autor era questionar a formação econômica agrícola do Brasil apresentando entraves a inserção tecnológica tais

como investimentos em maquinários para as plantações⁵³, frigoríficos, granjas, além dos pequenos operadores que aplicam sua mão de obra. Para tanto, Oberg apresentou diversas características dos caboclos que foram reunidos sob a categoria de campônio marginal.

O autor explicou que o camponês brasileiro teria dificuldades de se adaptar a algumas atividades: “Se lhe tirassem seus porcos e suas galinhas, ele seria como o índio selvagem, pois pratica um dos tipos mais primitivos de agricultura do mundo” (OBERG, 2009, p.182). O campônio comprava e vendia poucas mercadorias e era depositário da ignorância, da pobreza e da doença. Queremos sublinhar que é com esta compreensão e com estas especificidades da categoria que o antropólogo define quem é o colono que povoa a comunidade toledana.

Visando qualificar o campônio marginal, Oberg ressalta que os geógrafos estabeleceram três tipos principais daqueles que utilizam a terra. Sendo o primeiro citado, é “(...) o lavrador itinerante, derrubador e queimador de matas. O machado, a podadeira e a enxada constituem os únicos instrumentos utilizados” (OBERG, 2009, p.182). Estes se organizam abrindo clareiras nas florestas ou nas matas, não adubam os locais para o plantio e semeiam entre os troncos queimados. Para este produtor, seus custos de investimento são mínimos e as necessidades de mão de obra são baixas.

O segundo tipo é o lavrador da lavoura transitória que utiliza o arado (OBERG, 2009, p.183). Isto permite que ele empregue maior área de terra, tenha mais cabeças de gado e sua moradia seja melhor. Utiliza pastos para cultivo, mas também não usam adubo e nem fazem a rotatividade de terras. Nota-se neste trecho que a diferença é baseada na maneira como se trabalha e aproveita seu espaço de terra.

O terceiro tipo é denominado de lavrador fixo que se utiliza das rotatividades das culturas e combina a pecuária e a lavoura, além de adubar o solo e possuir equipamentos mais modernos, “Os habitantes são agora lavradores modernos” (OBERG, 2009, p.183). Se compararmos com a obra Toledo, podemos observar que estes são os colonos, que buscam várias

⁵³Oberg cita (p.182): cacau, café, cana-de-açúcar e arroz.

maneiras de produzir em suas terras, fazendo com que não cheguem à estagnação das mesmas.

Entretanto, se observarmos mais obras que retratam o sujeito caboclo, notamos que raramente conseguiam comprar terras ou até mesmo mudar de status social. As condições de trabalho eram escassas e o dinheiro recebido também. Para Poli (2014, p.175) vale ressaltar que “O mais importante é saber que a conceituação de caboclo é muito mais social e econômica do que racial”. Oberg (p.51) faz uma afirmação muito emblemática quando diz que mesmo que os caboclos não participem da sociedade de colonos, de alguma maneira, ainda participam da economia do Município.

Outro aspecto observado e analisado pelo autor é a servidão a que estes segmentos sociais estavam submetidos. No mesmo texto de 1957, Oberg (2009, p.189) acredita que no Brasil ocorreu como no sul dos Estados Unidos da América e nas Caraíbas. Ou seja, estas regiões foram ocupadas por um tipo de divisão territorial que se caracterizou por grandes propriedades rurais. Nelas havia uma pequena classe superior que era abastada e poderosa. Em seguida vinham os caboclos que com seu trabalho servil apoiava o labor escravo.

Oberg ainda argumentou que geralmente os caboclos ficaram em suas terras ou até mesmo vivendo em pequenos povoados. Eles colhiam a borracha e produziam mandioca, feijão, milho e arroz. Essas mercadorias ficavam no barracão do patrão, e em troca recebiam outros alimentos, como por exemplo, sal, querosene, tecidos, ferramentas, pólvora, café e outros (OBERG, 2009, p.188).

Kalervo Oberg analisa outros elementos da cultura do caboclo. A alimentação deles, de acordo com o autor, era composta de farinha de mandioca, peixe fresco ou suplementos de batata doce, feijão e arroz. Comiam carne apenas quando iam à cidade ou quando caçavam. As ferramentas que utilizavam eram o machado, a faca quando iam caçar e a que usavam para trabalhar, além da enxada. Sua vida social era baseada nas relações entre membros de sua família com os compadres, sendo esta, essencial para eles. A religião deste grupo, em questão é um misto de adoração aos santos, xamanismo indígena e as crenças relacionadas aos espíritos que vivem na floresta e nos rios. Ao que diz respeito a sua farmacopeia era vasta, pois utilizam da floresta as ervas e plantas.

O grupo de campônio ou caboclo, como mostra Oberg neste detalhamento, possuíam o mínimo apenas para a subsistência. As dificuldades pelas quais passaram estavam relacionadas a fazer parte da sociedade em que viviam, em se mostrar como trabalhador e produtor nas terras em que viviam. Estes mesmos fatores são os marcadores da diferença em relação ao caboclo agricultor e trabalhador.

Outro ponto discutido por Oberg (2009, p.189) em seu texto refere-se à agricultura e a plantação. Segundo ele, a costa Leste do Brasil foi fundamental para a colonização e a habitação. Vale ressaltar que onde antes existiam os mercadores-aventureiros, agora se teria os proprietários rurais que compraram terras de empresas privadas e instalaram suas casas, escravos e engenhos.

Neste momento de acordo com Oberg é que surgem os “campônios marginais”. Estes não se identificam como compradores ou investidores de terras e não fazem parte de uma classe superior. São eles escravos fugitivos, sem recursos, sem lugar para suas plantações e que passam a trabalhar em minas. São posseiros nas propriedades rurais particulares, por fim, “Seus métodos de cultivo eram os do índio e do negro, e seu modo de vida, como o seu sangue, uma mescla das três raças básicas” (OBERG, 2009, p.189).

Neste ponto, Oberg (2009, p.189) apresenta as “três raças básicas”: brancos, índios e negros. Para ele, cada uma participou de alguma forma na construção do caboclo, sejam em suas atividades para obter alimentos ou até mesmo na construção de suas casas.

Buscando recuperar a história do surgimento do caboclo como elemento étnico, Oberg afirmou que grande parte dos homens brancos negociantes que estavam no Brasil vieram solteiros e formaram assim a raça mista dos caboclos. No entanto, vale lembrar que “Como inevitavelmente ocorre quando se processa uma mistura de raças, surgiu um amálgama de traços culturais indígenas e portugueses, dando origem a uma cultura do tipo caboclo” (OBERG, 2009, p.187).

As críticas à mistura racial, embora apareçam suavizadas em Oberg, a esta altura já tinham uma história. Gobineau (1874), por exemplo, acreditava que os brasileiros seriam uma raça extinta em menos de duzentos anos. De acordo com ele, a população era em sua maior parte mestiça entre índios, negros e portugueses. A sua constatação era que a civilização seria

enfraquecida pela miscigenação (SOUSA, 2013, p.21-24). Esta mesma conclusão aparece nas obras de muitos antropólogos evolucionistas.

Vicente da Silva (2018, p.558) destaca que há várias comparações entre colonos, caboclos e paraguaios no relatório socioeconômico Toledo e que elas partem do viés evolucionista, “à lá triângulo das raças”, onde predominava o trabalho e a questão moral dos colonos. Os indivíduos do grupo que estavam fora da comunidade eram sempre considerados atrasados a partir de prejuízos físicos e morais.

Assim, podemos compreender que Oberg acreditava que os caboclos seriam uma espécie de ponto de dependência do homem branco para com os índios. Eles iriam plantar e colher, alimentos como mandioca, milho e também o feijão, assim conseguiriam manter a vida das colônias. De toda forma, para que isto acontecesse se utilizaram dos métodos mais tradicionais, como por exemplo, “(...) o tradicional sistema de roças da agricultura de derrubadas e queimadas, ou por meio de plantações no limo das margens dos rios quando as águas recuavam.” (Oberg, 2009, p.187).

Portanto, para os autores e para nosso antropólogo, em questão, foi a partir destas misturas raciais e culturais que surgiu uma população com baixo padrão de vida. “Não foi senão após a chegada dos colonos europeus, no século passado [XIX], que se verificou uma solução de continuidade no antigo sistema” (OBERG, 2009, p.191).

Oberg (2009, p.191) ressalta que seu objetivo com o texto sobre o campônio era mostrar a importância que os colonizadores portugueses tiveram para o país. A eles se atribuía à agricultura de plantação e às grandes atividades de criação de gado, e foi isto que na realidade impediu o desenvolvimento de um tipo europeu de agricultura camponesa no Brasil.

A análise deste texto de Oberg (2009) nos levou a compreender que os caboclos foram marginalizados pela história, não apenas da região Oeste ou até mesmo da cidade de Toledo, mas na tradição brasileira. A marginalização se deu também pela modernização e a obtenção de instrumentos agrícolas nas regiões. Mas, mesmo assim o campesinato e a agricultura de subsistência nunca deixaram de existir, como aponta Braun (2009, p.248), estes estiveram presentes no percurso da sociedade brasileira. Depois de recuperar algumas

ideias do autor a respeito do campônio marginal, vejamos como ele qualifica o caboclo no seu texto.

No relatório há diversas evidências da presença dos caboclos em Toledo que nos levam a afirmar que eles fizeram parte do contexto local da colonização em uma posição diferente daquela ocupada pelos colonos. A primeira diferença se processava porque os caboclos não tinham dinheiro, o que impossibilitava a compra de terras na época (p.28). A partir deste ponto de partida, Oberg procede a uma série de comparações entre o colono e o caboclo.

O caboclo é apresentado sempre a partir do ponto de vista da falta de condições, um grupo que passa necessidades, que têm pouco acesso aos instrumentos da “modernidade”. Também lhes falta condições de subsistência. Já o colono é o modelo do progresso. Oberg (p.87) afirma que “os solos novos” rendem bem, e o uso do arado propicia ao colono cultivar mais terra que o caboclo. Ou seja, os caboclos não possuíam técnicas, ferramentas e equipamentos que pudessem mudar sua maneira de viver. Inclusive, Oberg (1960) não relata que esses grupos tivessem recebido algum tipo de ajuda para melhorar suas condições de vida, como já informamos ter sido feito com os sulistas.

No texto do Projeto História (1988, p.67) é possível reafirmar a presença dos caboclos na cidade na época: “De faces cansadas e muitas vezes ocultas, esquecidos em sua grandiosidade discreta, de mãos ágeis e calejadas de desconhecidos pioneiros também se construiu a história de Toledo”.

Segundo Poli (2014, p.163) “Em todo o Oeste, o caboclo raramente conseguiu se manter como proprietário. Por isso, formou-se, em quase toda a área, a mão-de-obra assalariada das indústrias madeireiras”. Já os colonos, como afirmou Oberg (p.51) trabalham na prefeitura e na Maripá, em cargos importantes.

Outro ponto essencial para compreender o contraste operado com os caboclos é quando se confronta a etnicidade destes grupos. No entanto, operada a partir de uma narrativa que os desqualifica como incapacitados para perceber e corrigir problemas. Ao mesmo tempo, a fonte do desenvolvimento dos colonos está baseada na sua ascendência europeia. Por exemplo, ele afirma que “apesar de seus métodos simples de agricultura, o padrão de vida

do colono é muito mais alto que o do caboclo”. Oberg (p.87) acredita que o fato de o colono trabalhar arduamente faz com que ele possa ter um padrão de vida melhor, e possa assim, ter sua casa, alimentos bons e dar para sua família o bem estar. O tipo de análise difere quando no relatório o caboclo é apresentado como um indivíduo indiferente a qualquer mudança. O autor também mostra que “(...) o colono reconhece os problemas e está pronto e desejoso de fazer certos melhoramentos” (p.87).

Vemos que o preconceito racial retorna pontuado no relatório quando o autor descreve o receio dos colonos em relação à socialização com os caboclos. A perspectiva “nós e eles” é marcada no que diz respeito a alguns pontos.

Os alemães, mais que os italianos, tratam de preservar a consciência de seu grupo étnico. Os alemães dizem que, se perderem sua linguagem, religião e laços familiares, perderiam sua moral, misturar-se-iam com os fazendeiros pobres locais e se transformariam em caboclos (OBERG, 1960, p.52).

Os colonos não queriam misturar-se com os caboclos, mesmo que a “relação” entre eles fosse considerada boa. A separação se dava sobretudo do ponto de vista do casamento: “tanto os alemães como os italianos dão-se bem com os caboclos, mas, como o nível de vida do caboclo é inferior, não querem casamento com eles” (p.53).

Embora o matrimônio entre grupos de colonos e caboclos fosse visto como retrocesso, Oberg (p.53) relata que havia interação entre os grupos já que os colonos “(...) apreciam muito os valores das classes altas brasileiras e consideram uma ascensão quando um dos seus obtém sucesso na sua profissão ou no comércio, na cidade”. Neste trecho fica marcada que embora a posse de terra fosse impossibilitada aos caboclos, para eles restava uma pequena possibilidade de ascensão urbana que se dava através do contexto da cidade.

Oberg (p.62) mostra algumas outras diferenças, por exemplo, com relação à alimentação “Comparada à do caboclo, a dieta do colono é mais variada e substancial, quer em quantidade quer em qualidade”. Com isso, nota-se que a população de colonos era bem alimentada, pois, plantavam mandioca, arroz, milho, batata doce e criavam animais como galinha, porcos e vacas. “Os

colonos vivem em casas de madeiras asseadas, tem hortas e bastantes galinhas para um suprimento satisfatório de ovos e carnes” (p.87).

Oberg (p.87), inclusive mostra que as especificidades culturais do tipo de uso dos instrumentos e das técnicas faz com que mesmo que solo renda bem, o colono cultive mais terra que o caboclo.

Precisamos chamar atenção para o fato de que além da categoria caboclo, Oberg denomina estes sujeitos presentes na cidade de “luso-brasileiros”:

Os nomes luso-brasileiros aparecem, novamente, na parte mais baixa da escala social, representados pelos trabalhadores caboclos que vieram em busca de trabalho. Esses também estão fora da sociedade de colonos, embora participem da economia do Município. Numa situação parecida, porém pior ainda, estão os trabalhadores temporários paraguaios, que vivem migrando de um lado para outro da fronteira. (OBERG, 1960, p.51).

Stein (2000, p.83) observa em seu texto que Oberg (p.59) cita que há algumas famílias de italianos, alemães e luso-brasileiros. A região analisada pelo historiador é General Rondon, onde “(...) 95% de famílias alemãs, 5% de famílias italianas e seis famílias luso-brasileiras de trabalhadores”.

Para Stein (2000, p.83) essa questão chama atenção, pois, os dados estatísticos, são fechados 100% com os dois grupos étnicos de escolhidos, fazendo com que as famílias de luso-brasileiros não contabilizassem enquanto população local. Talvez fosse uma maneira de não apresentar os demais grupos aqui existentes e mostrar a homogeneidade dos grupos em questão. Neste ponto é possível fazer referência ao texto onde o autor classifica o campônio marginal como resultado da influência portuguesa no Brasil.

Uma outra informação relevante que consta no Projeto História (1988, p.93) é que havia nos quadros de empregados da Maripá pessoas com os nomes de origens variadas. Há por exemplo, negros, japoneses e poloneses. No entanto, neste mesmo texto há uma desvalorização destes dados que é sequenciada pela valorização do trabalho quando dizem que buscavam na região trabalho e ação.

Como procuramos apontar neste segmento, Oberg apresenta caboclos em diversas atividades e presentes no espaço da cidade de Toledo da década de 1950. Embora o pioneirismo italiano e alemão seja uma construção

narrativa, quando este é colocado a prova com os dados disponibilizados no relatório, vemos surgir uma ocupação do espaço que é muito mais plural do que aquela encerrada na categoria colono.

5.3.2 Os Paraguaiois

Na bibliografia que analisa a colonização de Toledo há várias hipóteses que explicariam a presença de paraguaiois. De acordo com o livro Projeto História (1988, p.39), os paraguaiois que aqui permaneceram faziam parte de um grupo remanescente da época da Guerra do Paraguai em 1865/70. Com o fim da guerra e desmoralizados como exército permaneceram nessa região para trabalhar.

Outra forma de explicar a presença de paraguaiois na região foi apresentada por Gislene Souza (2009, p.4754). Para ela, empresas como “Cia. Mate-Laranjeiras S/A., Grupo Alica e Nunes y Gibaja” - que anteriormente detinham a propriedade das terras onde fora estabelecida a cidade de Toledo - eram chamadas de obrages e contratavam para o trabalho braçal os mensus, ou seja, aqueles que eram mensalistas, paraguaiois dispostos a ocupar a função. Seguindo esta mesma direção, o Projeto História (1988, p.92) afirma que os paraguaiois eram trabalhadores e humildes.

Oberg também citou em seu relatório os paraguaiois em quatro segmentos, onde eles são vistos como trabalhadores de mão-de-obra, utilizados para os serviços braçais e que exigiam força física. Quando realizou o levantamento da população de Toledo no ano de 1956, ele argumentou que 99% era branca e apenas 1% de mulatos. Salieta, contudo, que havia um pequeno número de trabalhadores itinerantes de origem paraguaia (p.47). Ele os qualifica como mestiços de brancos e índios.

No Projeto História (1988, p.38) os paraguaiois também aparecem como trabalho braçal. De acordo com os autores, eles vieram aqui e permaneceram de maneira dispersa em vários pontos da fronteira oeste.

Os paraguaiois, que não podiam ser considerados de colonos, propriamente ditos, foram, sem dúvida alguma, o elemento humano mais valioso para o trabalho braçal, derrubada de matas, abertura de

estradas (como a que ligava Toledo a Porto Britânia, sem máquinas, apenas com foices e machados), medições de lotes rurais e sujeitando-se aos trabalhos mais penosos, como a construção de jangadas nas águas do São Francisco. (PROJETO HISTÓRIA, 1988, p.92).

Sobre os paraguaios e a questão do trabalho Oberg (p.76) faz a seguinte afirmativa:

Os colonos em melhor situação financeira, depois de comprarem a terra fazem um contrato, em geral com um paraguaio, para derrubar uma determinada área, ao preço de Cr\$ 3.000,00 o alqueire (2,42 hectares). Nesse meio tempo, o colono voltando à sua terra, trata de arrumar seus negócios e providenciar a viagem de sua família. O processo de derrubada e limpeza da terra é mais ou menos o mesmo, quer feito por um paraguaio quer pelo colono (OBERG, 1960, p.76).

Parece-nos que o relatório socioeconômico dá algumas evidências que permitem visualizar a participação deste segmento populacional na vida da cidade. Afinal, quando o autor constrói a categoria colono ele o faz em oposição aos outros elementos étnicos existentes. Se os caboclos são comparados aos colonos a partir do parâmetro da inferioridade, o mesmo não acontece em relação aos paraguaios. Estes últimos, de forma distinta e hierárquica, são comparados aos caboclos. Oberg (p.51) relata que a condição de vida dos caboclos é baixa, mas, que nada se compara a dos paraguaios, que de forma “(...) pior ainda, estão os trabalhadores temporários paraguaios, que vivem migrando de um lado para outro da fronteira”.

Outra forma de situar os paraguaios, utilizada pelo autor foi recortar a participação deles para o período inicial da ocupação do território. Segundo Oberg (p.76), os colonos possuíam melhor situação financeira e depois de comprarem suas terras faziam um contrato com paraguaios para a derrubada das matas. Oberg (p.76) ressalta que a derrubada e limpeza das matas poderiam ser feita por colonos. No entanto, estes precisavam organizar seus negócios e buscar seus familiares que deixaram nas cidades de origem.

Valdir Gregory (2006, p.93), que é um historiador referência nas pesquisas da região explicou que os paraguaios enfrentavam o calor das barracas e sabiam lidar na densa mata que trabalhavam ou habitavam. Afirma também que foi com os trabalhadores paraguaios e indígenas que os colonos

vindos do sul do país conviveram por algum tempo, até que suas moradias ou acampamentos estivessem prontos.

Em seu texto “Cultura e Identidade: a construção de memórias no Oeste do Paraná” Gregory, (2006, p.91) relata a história de um personagem de origem paraguaia chamado Tropelito. Tropelito foi um remanescente paraguaio que estava na região Oeste. Ele era contratado pela Colonizadora Maripá em uma época em que as condições eram precárias e os paraguaios roçavam o mato a facão e depois derrubavam as árvores com o machado (idem, p.91). Certamente outros indivíduos faziam parte deste cenário na época, neste mesmo local, mas, assim como vários outros também não contaram suas histórias ou contribuições para o desenvolvimento da região.

A utilização da mão-de-obra desta população foi fundamental nas décadas de 1940 a 60, pois eram, segundo relatos dos primeiros moradores e funcionários da MARIPÁ no Porto Britânia, pessoas com muito mais habilidade e resistência física no trabalho de derrubada de árvores, na montagem de jangadas de toras e no carregamento de madeira serrada nas embarcações. (GREGORY, 2006, p.93).

Gregory (2006, p.93) faz a crítica ao apresentar a história de Tropelito, para mostrar às futuras gerações que a aventura do pioneiro do Sul foi viabilizada em parte por pioneiros que já moravam na região. Estes personagens são esquecidos quando se conta a história do Oeste do Paraná.

No relatório socioeconômico, a presença do paraguaio na região se confirma. No entanto, a presença destes se refere a um momento pontual na história da cidade. Este momento é o instante inicial em que a derrubada da mata foi realizada antes dos colonos habitarem de fato, o espaço da cidade.

Os paraguaios, portanto, derrubam as matas (p.76), mas, de acordo com Oberg (p.76) “O processo de derrubada de limpeza da terra é mais ou menos o mesmo, quer feito por um paraguaio quer pelo colono”. A forma como ele escreve mostra que este tipo de trabalho não é valorizado a partir de sua perícia.

Queremos chamar atenção também para o fato de que os indígenas são chamados de paraguaios. O uso desta categoria para classificá-los tem uma função específica. Mais uma vez o silenciamento da participação indígena na construção da vida social brasileira se processa. Afinal, ao chamar os

descendentes de indígenas de paraguaios opera-se a expropriação da nacionalidade deles. Assim, estavam fora da vida da cidade, fora da realidade do país e também fora dos direitos de propriedade e cidadania.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho buscamos apontar uma série de fatores que influenciaram na construção da categoria colono por Kalervo Oberg na obra “Toledo - Um Município da Fronteira Oeste do Paraná”. A realização desta tarefa foi dividida em exercícios de aproximação por ângulos distintos.

O estudo de Oberg (1960) apresenta elementos que partem de contextos diferentes. Por exemplo, a questão das etnias escolhidas e as não escolhidas, os comportamentos e costumes dos colonos. Além disso, mostra a relação com a antropologia aplicada, a internacionalização das ciências sociais e as relações políticas com os Estados Unidos da América. Como procuramos defender ao longo do texto da dissertação, Kalervo Oberg apresenta interpretações relacionadas ao colono e a realidade brasileira que seguem debates realizados tanto a partir do material local produzido pelos dirigentes da companhia Maripá quanto por literatura das ciências sociais produzida por outros pesquisadores em contextos múltiplos. Assim, acreditamos que a análise transnacional da obra de Oberg (1960) pode ser evidenciada.

Percebemos e debatemos o contexto histórico que a obra foi produzida, já que na década de 1930 a questão do nacionalismo era muito evidente no Brasil. As políticas implementadas na Era Vargas visavam à colonização por colonizadoras brasileiras. Nesse sentido, se articularam estas perspectivas políticas nacionalistas a circunstâncias transnacionais que estiveram presentes através da circulação de atores e ideias nas diversas regiões.

O primeiro passo foi recuperar a influência geopolítica na obra, já que a chegada dos antropólogos do governo - principalmente dos Estados Unidos, em nosso caso - no Brasil deram vazão a um tipo específico de antropologia aplicada que estava centrada em acordos internacionais de cooperação internacional. As questões aqui apresentadas partiram da ascensão dos interesses políticos e econômicos sobre comunidades rurais que estavam se desenvolvendo.

O segundo passo foi observar que os estudos de comunidade desenvolvidos já na década de 1920 objetivavam analisar como as comunidades se constituíam e quais os obstáculos no processo de mudança social das comunidades rurais em urbanização. Os cientistas sociais dedicados

a esta escola observavam costumes, hábitos, comportamento de grupos, relações sociais, política e economia circunscrevendo um grupo específico como unidade analítica.

Apontamos que esses estudos sofreram duras críticas e chamamos atenção para o fato de que os dados eram recortados de forma que focalizavam grupos específicos. Os críticos ao método reconhecem que os estudos de comunidade apresentavam apenas uma pequena parte da realidade evitando abarcar aspectos que demonstrassem diversidade e divergência.

Como nosso arcabouço teórico procura debater, nas últimas décadas houve um importante esforço revisionista e as pesquisas estão apontando evidências de aproximações do que é global ou transnacional com a teoria social brasileira. Estes novos materiais sugerem que as pesquisas realizadas no período histórico central para esta dissertação foram produzidas e ganharam forma a partir de um fenômeno de globalização de idéias.

A pesquisa sobre Toledo realizada por Oberg foi tomada nesta dissertação como um exemplo do uso método dos estudos de comunidade. Os dados descritos no texto apresentam o município ainda nos primeiros anos da colonização. A partir desta classificação operada por nós nesta dissertação, os dados do trabalho de campo apresentados por Oberg foram analisados a partir de pressupostos culturalistas tais como integração social, choque cultural, mudança social, homogeneidade. Diante destes referenciais conceituais a sua pesquisa focalizou o grupo étnico escolhido - o colono - de Toledo.

Um terceiro passo foi demonstrar a aproximação entre as leituras da obra "Toledo" de Oberg (1960) e o Plano de Colonização em conjunto com o Plano de Ação (1956), documento oficial do município. Ambos os textos apresentam os colonos e justificam como eles foram escolhidos para compor o cenário da região Oeste. Além disso, qualifica os comportamentos, as relações sociais, econômicas e culturais destas pessoas. Diante de tamanha proximidade e da experiência anterior de Oberg em Chonin de Cima e que é narrada por ele em um texto anterior (Oberg, 1957), percebemos que o autor optou por dialogar com as elites locais e construir um relato que fosse complementar ao que estava sendo defendido por seus interlocutores. O que

ficou deveras evidente também no segmento a respeito do pertencimento e da consciência comunitária.

A partir daí, no último capítulo procuramos evidenciar que embora a categoria colono fosse apresentada pelo autor como um universo homogêneo e estável, os dados brutos e algumas comparações presentes no texto do relatório nos permitem contestar esta ideia. Por isso, confrontamos os dados produzidos a partir de alteridades internas, ou das comparações entre italianos e alemães, assim como alteridades externas construídos a partir da narrativa a respeito de caboclos e paraguaios.

A verificação de que é parte do senso comum que os dois grupos de não escolhidos pela Maripá, caboclos e paraguaios são expropriados da história local oficial. Não há elementos que contenham suas experiências, como por exemplo, objetos ou fotos. Eles são apenas considerados na literatura e na história da cidade como os indivíduos que trabalhavam de forma braçal, ou seja, abriram as picadas e as matas para esperar os escolhidos. Procuramos argumentar neste último passo que embora, estes grupos não seletos apareçam pouco e quase não sejam comentados no Plano de Colonização (1956), os dados de Oberg (1960) apresentam sua participação e presença na vida da cidade de maneiras variadas e em diversos níveis.

Os caboclos foram comparados com os colonos na alimentação, no manuseio com a terra, nos equipamentos e ferramentas e até mesmo em suas casas e em questões morais. Mesmo partindo do pressuposto de que os caboclos não possuíam condições para compor a comunidade, os dados de convivência no cotidiano da cidade são vários. Já os paraguaios, de forma diferente, embora sejam apresentados como trabalhadores itinerantes ou temporários, em geral no texto do autor são relegados a um momento histórico anterior a ocupação do território.

Por fim, queremos sublinhar que o tema levantado nesta dissertação é parte da discussão a respeito da história local, mas nos permite também adentrar em questões ainda maiores que dizem respeito a geopolítica internacional ou mesmo ao desenvolvimento da história do Brasil e também da antropologia e da sociologia que naquela época se estabeleceram aqui sob forte influência americana.

Diante destes dados concluímos que a categoria colono utilizada por Oberg não está construída a partir apenas de dados brutos obtidos na cidade. Ela é tributária de influências diversas e globalmente localizáveis. Quando reconhecemos este trânsito de ideias compreendemos porque os dados a respeito da diversidade e da multiplicidade na vida da cidade que ora se estabelecia foram relegados a um plano secundário no texto do autor.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. **Comunidade e sociedade: conceito e utopia**. Raízes, Ano XVIII, Nº 20, novembro/99.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Cowboy Anthropology”: Nos limites da autoridade etnográfica. *In: Revista ENTRERIOS* - Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, 2018, número 1 - 1º Edição.

ALVES, Paulo César; RABELO, Míriam Cristina. O *status* atual das Ciências Sociais em Saúde no Brasil: tendências. *In: Antropologia da Saúde: traçando identidade e explorando fronteiras*. Rio de Janeiro, Editora FioCruz/Editora RelumeDumará, 1998.

ANDRADE, M. M. de. Proposta para um resgate historiográfico: as fontes do SESP/FSESP no estudo das campanhas de imunização no Brasil. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**. Vol. 10 (suplemento 2): 843-348, 2003.

BASTOS, Nilo Chaves de Brito. **SESP/FSESP: 1942 - evolução histórica - 1991**. 2ªed, Brasília, Fundação Nacional de Saúde. 1996.

BALSADI, Otavio Valentim. **Mudanças no Meio Rural e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo em Perspectivas, 15(1), 2001.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 149 p. ISBN 978-85-7983-130-0.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988.

BESKOW, Gabriela Carames. **Marchando Para Oeste: Discurso Sobre as Políticas Vargasistas de Integração Nacional**. Associação Nacional de História - ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História - 2007, São Leopoldo.

BIBLIOTECA DO IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Elementos de Amostragem Probabilística, aplicada ao Censo**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=284341&view=detalhes>.

BRAUN, Lídia Baumgarten. **Camponeses Brasileiros**. Patrimônio e Memória – UNESP – FCLAS – CEDAP. Vol. 05, nº2. Dezembro de 2009.

BRASIL – **CÂMARA DOS DEPUTADOS**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/decada-de-40> Acessado em: 25/10/2018.

CAMPOS, A. L. V. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CARDOSO, José Leandro. Da Pesquisa Social à Educação Sanitária: a comunidade sob a lente das Ciências Sociais. *In: Anais do XXVI, Simpósio Nacional de História - ANPNH*. São Paulo, Julho - 2011.

CASTRO, Celso. **Textos Básicos de Antropologia: cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros.**/ Calso Castro. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

CRESTANI, Leandro de Araujo; VITTO, Anésio José. **Conhecendo Toledo, Nosso Município**. 4º Ano. Prefeitura Municipal de Toledo – Toledo: s/ed.

CONSORTE, Josildeth Gomes; PEREIRA, João Baptista Borges; e TORRES, Lilian de Lucca. **Estudos de Comunidade: Um Encontro**. Ponto Urbe [Online], 6 | 2010, posto online no dia 31 Julho 2010, consultado o 30 Setembro 2016. URL: <http://pontourbe.revues.org/1584>; DOI : 10.4000/pontourbe.1584

COHEN, A.P. **The symbolic construction of community**. London: Tavistock, 1985.

COLOGNESE, Silvio Antonio (organizador). **Transformações: Ensaio sobre culturas e sociabilidades**. Porto alegre: Escritos Editora, 2008.

_____. **Fronteiras e Identidades Regionais**. – Cascavel – Cascavel: Coluna do saber, 2008.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Política Educacional No Governo De MoysesLupion: Aspectos Históricos Da Expansão Da Primária No Paraná/Brasil (1947 a 1951 e 1956 a 1960). **Revista Interacções**. Nº40 – p. 170-191. 2016. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes>.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. p.177.

CUNHA, Manuela Ivone. **Cultura, diversidade, diferenciação. Um guia elementar**. Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade do Minho CICS. NOVA. UMinho. Dezembro, 2016.

DAHER, Fahed. Nacionalismo de Getúlio Vargas. **pravda.ru**, 2008. Disponível em: <http://port.pravda.ru/sociedade/cultura/26-08-2008/24131-getuliovargas-0/> Acessado em: 26/07/2018.

DAL PIVA, Jéssica. **"Jamais Serão Esquecidos": Memória no Cemitério Cristo Rei de Toledo**. Novas Edições, 2018, v.1.

DA SILVA, Isabela Oliveira Pereira. **De Chicago a São Paulo: Donald Pierson no Mapa das Ciências Socais (1930-1950)**. Tese, São Paulo, 2012.

EMBRAPA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FARIA, L. R. de: **.A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas**. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*. Vol.9(3): 561-90, set.-dez. 2002.

FÁVERI, Dinorá Baldo de; FÁVERI, José Ernesto; KROETZ, Marielei; UNIDAVI, Tatiana. **CICLO DA MADEIRA: CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO DE RIO DO SUL (1930 – 1980)**s/a, s/p. disponível em: http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema4-Historia%20Economica/Artigo-10-Autoria.pdf Acessado em: 09/04/2019.

FERNANDES, Florestan. **A etnologia e a sociologia no Brasil. Ensaio sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Anhembi, 1958.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz - Organizadoras. **CAPES 50 ANOS: Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília, DF.: CAPES, 2002.

FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. **Histórias de uma Antropologia da “Boa Vizinhança”**: Um estudo sobre o papel dos antropólogos nos programas interamericanos de assistência técnica e saúde no Brasil e no México (1942-1960). Campinas - São Paulo, Outubro de 2009.

_____. Antropologia Norte-Americana: sobre a história do Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* e sua presença no Brasil. *In: Revista de Antropologia*, São Paulo – USP, 2010, volume 53, número 1.

FIGUEIREDO, Oscar A Torres; FILIPPI, Eduardo Ernesto. **O Paraguai e sua inserção econômica na globalização: o caso da soja**. Apresentação: XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Ribeirão Preto, 2005.

FILHO, Francisco A. Bastos Silva; MARTINS, Silvia. O “eu” e o “outro” – estudo teórico contemporâneo acerca da alteridade como campo dinâmico do ser e fazer antropológico. **31º Reunião Brasileira de Antropologia** – 09 a 12 de dezembro de 2018 – Brasília, DF.

FONSECA, Cristina Maria O. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945) – dualidade institucional de um bem público**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

FOSTER, G. e McCOMB, M. Kalervo Oberg 1901-1973. **American Anthropologist**. Vol 76, No 1, 357-360, 1974.

GENOVEZ, Patrícia Falco; VILARINO, Maria Terezinha Bretas. Entre práticas sanitárias e saberes tradicionais: a territorialização do saneamento no Médio Rio Doce. *In: Território, sociedade e modernidade* / organizadores: Jean Luiz Neves Abreu, Haruf Salmen Espindola. – Governador Valadares: Ed. Univale, 2010.

GIRON, Slomp Loraine, NASCIMENTO do R. F Roberto. **Caxias Centenária**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

GOMES, Maria H. de Andreia. **Apontamentos socioantropológicos sobre comunidade e saúde**. Revista de Saúde Pública 2006; 40 (3):528-36.

GOLDMAN, Márcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria antropológica. **Etnografia**, v.10, n.1, p161-173, 2006.

GOLDWASSER. Maria Júlia. **“Estudos de Comunidade”: Teoria e/ou Método?**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – São Paulo. Volume V; Número 1; 1974.

GOUVÊA, Fernando. O primeiro decênio da Capes: uma campanha extraordinária (1951-1960). Estudos RBEP. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 91, n. 229, p. 528-542, set./dez. 2010.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Uma Conceção Multidimensional da Criança**. Jornal de Pediatria. Rio de Janeiro - julho de 1944.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade**. Pro-Posições, v.19, n.03 - setembro/dezembro - 2008.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. -- Cascavel: Edunioeste, 2002.

IANNI, Octávio. **A Sociologia de Florestan Fernandes**. Estudos Avançados, 10(26), 1996.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Oeste paranaense: o 3º espaço relevante: especificidades e diversidades**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2008.

JABINE, Thomas. **Elementos de Amostragem probabilística, aplicada do Censo**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=284341&view=detalhes>.

JABINE, Thomas; MONTEIRO Amaro da Costa; CAMPOS, Rubens Jorge de. **“Levantamento por Amostragem da Safrade Trigo de 1958 no Rio Grande do Sul”**. Revista Brasileira de Estatística, nº 79/80, Ano XX, Julho/Dezembro de 1959.

JACKSON, Luiz. **Divergências Teóricas, Divergências Políticas: A Crítica da USP aos 'Estudos de Comunidades**. Cadernos de Campo, nº 18, 2009, pp. 273-280.

KOBAYASHI, Elisabete; FARIA Lina; DA COSTA, Maria Conceição. **Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional**. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul./dez. 2009, p. 314-351 INTERFACE.

LAGE, Giselle Carino. **Revisitando o método etnográfico: contribuições para a narrativa antropológica**. Revista Espaço Acadêmico, nº 97, junho de 2009. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/index>

LEIRNER, Piero C. A Etnografia como Extensão da Guerra por Outros Meios: notas sobre a pesquisa com militares. *In: Mana*. Volume: 15, Número 1 - Rio de Janeiro, Apr. 2009.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A Construção Histórica do Termo Caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico**. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

LOPES, Thiago da Costa. **Sociologia e Puericultura no Pensamento de Guerreiro Ramos: diálogos com a Escola de Chicago (1943-1948)**. Rio de Janeiro, {SN}, 2012.

_____. **Em Busca Da Sociedade Civil: Reforma Agrária, Organização De Comunidades E Democracia Nas Sociologias De T. Lynn Smith E José Arthur Rios (1940 – 1950)**. Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz). 10º Encontro da Associação de Ciência Política Brasileira Ciência Política e a Política: Memória e Futuro Belo Horizonte - 30 de agosto a 2 de setembro de 2016.

LUVIZOTTO, CK. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p. ISBN 978-85-7983-008-2.

OLIVEIRA Nemuel; MAIO Marcos. Estudos de Comunidade e Ciências Sociais no Brasil. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 26 Número 3 Setembro/Dezembro 2011.

MACHADO, Cristina Buratto Gross. **Rupturas e Permanências de uma População Tradicional no Pós-Guerra: caboclo do Contestado**. Geografia (Londrina) v. 26. n. 1. p. 158 – 172, jan/jun, 2017. ISSN 2447-1747

MAIA, João Marcelo E.. **Ao Sul da Teoria: A atualidade teórica do pensamento social brasileiro**. Revista Sociedade e Estado – Volume 26, número 2 – Maio/Agosto – 2011.

MAIO, Marcos Chor. **O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, n. 41, 1999.

_____. **Estudos de Comunidade e relações raciais: o convênio Columbia University–Estado da Bahia/ UNESCO na década de 1950.** Cadernos de Campo, São Paulo, n. 18, p. 1-354, 2009.

Maio MC, Santos RV, organizadores. **Raça Como Questão: História, Ciência E Identidades No Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2010. 314 p.

MAIO, Marcos Chor; LOPES, Thiago da Costa. **Entre Chicago e Salvador: Donald Pierson e os Estudos de Relações Sociais.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, volume: 30, nº 60, p.115-140, janeiro-abril – 2017.

MAIO, Marcos Chor; OLIVEIRA, Nemuel da S.; LOPES Thiago da C. Donald Pierson e o Projeto do Vale do Rio São Francisco: Cientistas Sociais em Ação na Era do Desenvolvimento. In: **DADOS** - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 56, nº 2, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural - (1998 [1922]).

MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian de Lucca. **Na metrópole: textos de antropologia urbana.** São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1996.

MATOS, Ralfo. Migração e Urbanização no Brasil. In: **GEOgrafias UFMG** - Artigos Científicos. Belo Horizonte, 08 - janeiro-junho de 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção da Identidade da Antropologia na Área da Saúde: O Caso Brasileiro. In: **Antropologia da Saúde: traçando identidade e explorando fronteiras.** Rio de Janeiro, Editora FioCruz/Editora RelumeDumará, 1998.

MOCELLIM, Alan Delazeri. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, pp.105-125, 2011.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Ser Paraguaio no Mato Grosso do Sul: Da migração à Construção de uma Identidade Transfronteiriça.** Vol. 15, nº 21 - janeiro/junho, 2013. Projeto SABER.

MOTA, Carlos Guilherme. **História de um Silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois.** Estudos Avançados. Vol. 09, nº: 24, 1995.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, Posseiros e Grileiros: Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66).** Niterói – Rio de Janeiro, 2002.

NIEDERAUER, Ondy Hélio. **TOLEDO NO PARANÁ, a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso.** Ondy Hélio Niederauer - Toledo: Composição: Grafo-Set- Impressão e Acabamento Mans Etiquetas Adesivas Ltda. 1992.

NOGUEIRA, Oracy. **Os Estudos de Comunidade no Brasil.** Reunião Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro, novembro de 1953.

_____. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem.** Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 1. novembro 2006. P.p. 287-308.

OBBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. **TOLEDO - Um Município da Fronteira Oeste do Paraná.** Edições SSR, ESTUDOS - N°3. Rio de Janeiro, 1960.

_____. Interesses da Comunidade e Programas de Desenvolvimento Rural. *In: Anais do Seminário Nacional Sobre as Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidade Rural no Brasil.* Rio de Janeiro - Brasil - 5 a 8 de julho/1961. Edições SSR, Documento nº5.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo.** 2. Ed./ Brasília: Paralelo 15; São Paulo - Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Terezinha; MENDES, Claudinei Magno Magre. Formação das Elites e a Educação no Brasil em Roberto C. Simonsen. *In: AKRÓPOLIS - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR.* Umuarama, v.11, nº 1, janeiro/março, 2003.

PARK, Robert. 1976. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano" in: VELHO, Gilberto (org.) – **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar (p.26-67). Disponível em: http://www.marcoarelios.com.br/03velho_completo.pdf

PEREIRA, Maria Cristina de Castro. Mapeando o Pouso Frio: dinâmicas de construção de um bairro na cidade de Toledo/PR. **Cadernos de História,** Belo Horizonte, v. 18, n. 28, 1º sem. 2017.

PEIRANO, M. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira.** São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999. p. 266-225.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia (1945)** - Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/brancos-e-pretos-na-bahia-estudo-de-contatoracial/pagina/27/texto>.

POLI, Jaci. **Caboclo, pioneiro esquecido.** Chapecó: FUNDESTE 1987, p. 87 (Monografia) ROSSETO, Santo. Síntese histórica da Região Oeste. *Cadernos*

do Centros de organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: 1(1): 7-11, 1986.

_____. **Caboclo: pioneirismo e marginalização.** Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina, 2014.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade, grupos étnicos e suas fronteiras.** São Paulo: UNESP, 1998. 2 reimpressão.

Prefeitura Municipal de Toledo Paraná. **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE TOLEDO - 2050.** Revisão e Atualização - Relatório - Dezembro de 2015. Disponível em: http://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/toledo_plano_diretor_net.pdf.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. A modernização do campo e o êxodo rural. pp. 115-127. ISBN 978-85-7628-587-8.

RIBEIRO, Nádya Oliveira Vizotto. **O Novo Olhar Sobre A Cidade: Uma Perspectiva Histórica Da Antropologia Urbana No Brasil.** Monografia - Juiz de Fora, 2013.

RIOS, Arthur. **A Educação dos grupos.** Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária e Serviço Especial de Saúde Pública do Ministério da Saúde - 1954.

SÁ, Samuel. Charles Wagley e Eduardo Galvão – Educadores de antropólogos. In: **Athropológicas**, ano III, v. 7, 1998.

SANDOVAL, Francielle. **Projeto CURA no Jornal Folha de Londrina: 1973-1977.** Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/PDF/francielllesandoval.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2014.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina.** Florianópolis: Lunardelli, 1974.

SAVOIA, Mariângela Gentil. **Psicologia social.** São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

SCHALLENBERGER, Erneldo; COLOGNESE, Sílvio Antônio. **Migrações e comunidades cristãs: o modo-de-ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná.** Toledo: EDT, 1994.

SCHMIDT, Róbi J. **Cenas da Constituição de Um Mito Político.** Cascavel: Edunioeste, 2001.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. “NÓS E OS OUTROS”: Aspectos da Formação de Um Consenso de Comunidade (Oeste do Paraná, 1946-1960). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 225-259, 2001 a. Editora da UFPR.

_____. **Os Senhores da Terra: Produção de Consensos na Fronteira** (Oeste do Paraná, 1946-1960). Curitiba, 2001b.

SEPULCRI, Odilio; DE PAULA, Nilson. **A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS REFLEXOS NA EMATER**. Publicado em 2005. Disponível em: http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Premio_Extensao_Rural/2_Premio_ER/03_Evol_Agri_refl_Emater.pdf Acessado em: 05/09/2019.

SERRA, Elpidio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 361 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 1991.

SILVA, M.H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

SILVA, Geraldo J. da Rosa e; **Alimentação e subdesenvolvimento no Brasil**. Revista Brasileira de Geografia. Junho – Setembro de 1964, Ano XXVI, nº3.

SILVA, Oscar. **TOLEDO EXISTE** - (resposta a Câmara Cascudo - Cascavel. ASSOESTE, 1991.

SILVA, Oscar, MACIEL, Clori Fernandes. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.

SILVA, Christian Luiz da; ZERBATO, Caio Cezar; JÚNIOR, Weimar Freire Da Rocha. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Paranaense entre 1996 e 2006. **Informe Gepec**, Toledo, v. 14, n. 2, p. 39-59, jul./dez. 2010.

SILVESTRE, Carolina Souza. **O Treinamento Cross-Cultural como Ferramenta Preventiva ao Choque Cultural**. Viçosa, Minas Gerais – 2013.

SIMMEL, Georg. 2005. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana** 11(2): 577-591. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010.

SOUCHAUD, Sylvain. **A Visão do Paraguai no Brasil**. Contexto Internacional. Vol. 33, nº1 - janeiro/junho 2011.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

SOUZA, Fabiano Farias de. **Conjuntura Política e Econômica no Brasil (1950-1964): terreno fértil para o golpe de 1964**. Revista História e Cultura. Franca - São Paulo, vol. 02, nº1, 2013.

SOUZA, Gislene Costa. **A Construção Da Identidade Gaúcha No Município De Toledo/Pr Através Das Torcidas Do Grêmio e Do Internacional**. Anais do VI Congresso Internacional de História. Maringá, Paraná, Brasil de 9 a 11 de setembro de 2009. Universidade Estadual de Maringá - UEM. ISSN: 2175-4446.

SMITH, Roberto; OLIVEIRA, Aécio Alves de. **Integração Social Ou Novas Relações Entre Estado E Sociedade No Brasil**. Estudos Avançados – 9/24, 1995.

STEIN, Marcos Nestor. **A Construção da Germanidade em Marechal Cândido Rondon, PR (1946-1960)**. Florianópolis, Março de 2000.

STREY, Marlene Neves (Org.). **Psicologia Social Contemporânea**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TOMAZI, G. **A mística do Contestado: a mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado e dos seus descendentes**. São Paulo, PUC, 2005.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidade e sociedade**. In: Miranda, Orlando de. Para ler Ferdinand Tönnies. 1. ed. São Paulo: EdUSP, 1995.

VICENTE DA SILVA, Andréia. Kalervo Oberg e o modelo transnacional de “comunidade”. In: **Anais do 18º Congresso Mundial IUAES**. Florianópolis, UFSC, 2018.

VILA NOVA, Sebastião. “O singular e o universal nos estudos de comunidade” In: M. I. Faleiros, R. A. Crespo (orgs.). **Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas. **Entre lagoas e Florestas: Atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no Saneamento do Médio Rio Doce: 1942-1960**. Belo Horizonte – Minas Gerais, 2008. Disponível em: Livros Grátis – www.livrosgratis.com.br.

VILLAR, Diego. Uma Abordagem Crítica Do Conceito De “Etnicidade” Na Obra De Fredrik Barth. **MANA** 10 (1): 165-192, 2004.

WAGLEY, Charles. **Race and Class in Rural Brazil**. Paris: UNESCO, 1952.

WAGLEY, C; AZEVEDO, T. & COSTA PINTO, L.A. *Uma Pesquisa Sobre a Vida Social no Estado da Bahia*. Salvador: Publicações do Museu do Estado, n. 11, 1950.

WELCH, Clifford Andrew. [et al.]. **Camponeses Brasileiros: Leituras E Interpretações Clássicas**. v.1. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WILLEMS, Emílio. **O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico.** Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 21, n. 1, junho 2009. Pp. 187-210.

ZARUR, George de Cergueira Leite. **A Contribuição de Charles Wagley para a Antropologia Brasileira e para a Ideia de Brasil.** Anuário Antropológico/91. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.

ANEXO

Livro: "TOLEDO" – UM MUNICÍPIO DA FRONTEIRA OESTE DO PARANÁ
 Autor: KALERVO OBERG, Antropólogo da USOM, Brasil; Colaboração de
 Thomas Jabine, Estatístico da USOM, Brasil. ESTUDOS – Nº 3 – RIO DE
 JANEIRO – 1960.

CAPÍTULO	TEMA	CITAÇÃO
Prefácio	Colonização	p.09 – O município de Toledo foi escolhido para este estudo porque, baseados em um reconhecimento, julgamos que representa o padrão de colonização que vem se efetuando nessa área pioneira.
Prefácio		p.09 – Em Toledo, a agência organizadora da colonização é a companhia de terras que fez os levantamentos, construiu as estradas, localizou as cidades e forneceu recursos essenciais, tais como escolas, igrejas e lojas, desse modo propiciando uma rápido desenvolvimento nos estágios iniciais da colonização.
Capítulo II		p.23 – O fato que provocou a colonização e o desenvolvimento dessa área foi a formação da Industria Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A., em Porto Alegre, R. Grande do Sul, em abril de 1946.
Capítulo II		p.25 – Em 1952, a nova área de colonização foi elevada a município, com sede em Toledo, elegendo um prefeito e um conselho municipal, isto sem antes passar pela etapa usual de distrito.
Capítulo II		p.27 – Os pontos de povoações foram locais das futuras cidades, onde a Companhia estabeleceu centros residenciais, reservou áreas para parques e para repartições públicas e construiu algumas casas, lojas, igrejas, escolas, hotéis, campos de aviação e outras necessidades primárias.
Capítulo II		p.27 – Para esses futuros centros urbanos, a Companhia reservou áreas de terra consideráveis dentro da Fazenda Britânia.
		p.27 – O lote urbano, a chácara e a colônia são assim, as três unidades primárias de propriedade privada de terra. Embora o indivíduo possa comprar mais de um lote urbano, chácara ou colônia, a política da Companhia tem sido a de trazer para a área um grande número de colonos e, assim, incentivar a pequena propriedade, exceto na zona norte, onde as plantações de café deverão ser feitas. Outro fator que determinou a predominância da pequena propriedade foi a limitada capacidade financeira dos colonos.
Capítulo II		p.31 – Como a abertura de Toledo para a exploração de madeira e colonização requeira, naturalmente, estradas, a Companhia começou a construí-las imediatamente, cada anos acrescentando novas estradas principais para caminhões e estradas principais para caminhões e estradas ligando as fazendas às cidades, além de rede de trilhas para

		madeira.
Capítulo III		p.43 – (...) é preciso ter-se em conta que a colonização de Toledo difere, substancialmente, das normas de colonização tradicional no interior brasileiro. Aquela foi planejada por uma companhia de terras, enquanto esta é o produto de uma expansão e crescimento natural.
Capítulo III		p.43 – Nas normas planejadas, faz-se primeiro o levantamento da terra, escolhe-se a futura localização das cidades, constroem-se as estradas principais e se fornece as necessidades básicas da vida social.
Capítulo III		p.44 – Em contraste, as normas tradicionais de colonização em vastas áreas do Brasil tem sido bem diferente. As pessoas se instalam primeiro e o desenvolvimento vem depois.
Capítulo III		p.44 – Em outras palavras, a realidade vivente da colônia modificou o plano sem no entanto, destruir sua força diretora.
Capítulo III		p.49 – Uma descrição mais detalhada da população a descreveria como sendo constituída de residentes de lotes de cidade ou de vilas, residentes de chácaras ou de sítios e residentes de fazendas. Toledo é, na realidade a única cidade do Município
Capítulo III		p.51 – Em 1956, 14% da atual população já era natural de Toledo.
Capítulo III		p.51 – Como Toledo é uma colonização pioneira, a diversidade em riqueza e cultura ainda não criou, até agora, diferenças pronunciadas na estratificação social. Não há gente nem muito rica nem muito pobre, no Município.
Prefácio	Colonos	p.09 – (...) o povo de Toledo representa o tipo comum de colono que está emigrando para essa região.
Prefácio		p.09 – Provindos dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, são eles, em sua maioria, descendentes de colonos alemães e italianos, que vieram se estabelecer nessas regiões no século passado.
Capítulo II		p.25 – Os nomes de localidades precedidos pela palavra “novo”, indicam o lugar de origem dos colonos – Rio Grande do Sul.
Capítulo II		p.27 – Uma vez determinado pelos diretores da Maripá o tipo de agricultura que desejavam desenvolver e o tamanho de propriedade rural mais apropriado, tiveram que decidir onde arranjar os colonos para levar avante esses planos.
Capítulo II		Uma vez decidida a fonte fornecedora de futuros colonos, ainda era necessário determinar um método de seleção que pudesse trazer para a nova colonização homens de bom caráter e de capacidade testada.
Capítulo II		p.29 – (...) a colônia teve que montar serrarias, moinhos, carpintarias, oficinas mecânicas, fundições e oficinas de reparo de vários tipos, a fim de atender às necessidade regionais, pois, sem essa assistência, uma colonização não progrediria, e os colonos nem mesmo se interessariam em ai se estabelecer. Nos primeiros anos, foi a própria Companhia

		que se encarregou do desenvolvimento industrial, embora operasse alguns desses estabelecimentos sem lucro. Posteriormente, a Companhia criou novas indústrias, já então com a participação de investimentos privados.
Capítulo II		p.30 – Cada cidade teve início como propriedade da Companhia, mas, à proporção que os colonos foram construindo suas casas e instalando seus próprios negócios, a Companhia foi vendendo seus edifícios e se transferindo para outros sítios, repetindo o processo.
Capítulo II		p.41 – (...) os colonos usavam os escritórios da Maripá para os seus serviços religiosos.
Capítulo II		p.41 – Apesar do cuidado com que os colonos são selecionados, volta e meia surgem disputas e brigas entre eles, principalmente entre os moradores das novas cidades. Muitas dessas brigas são resolvidas sem que seja necessário se recorrer a justiça.
Capítulo III		p.45 – Os colonos tendem, na chegada, a construir casas modestas e, à proporção que os anos passam, vão-nas aumentando e melhorando o lote com a plantação de árvores e flores.
Capítulo III		p.50 – 8.595 pessoas, ou seja 86,4% do total da população, são colonos, isto é, pessoas que não nasceram em Toledo.
Capítulo III		p.51 – Os colonos de origem germânica e italiana constituem a numerosa classe média de fazendeiros independentes e comerciantes. Também ocupam os cargos mais importantes na Prefeitura e na Companhia de terras.
Capítulo III		p.51 – Os colonos de origem italiana quando questionados sobre o que pensam dos colonos de origem germânica, respondem que os alemães são caprichosos, querendo dizer com isso que se esforçam para fazer as coisas corretamente, produzindo artigo com habilidade e orgulho da manufatura. Os alemães, por sua vez, dizem que os italianos são bons trabalhadores, mas negligenciam a qualidade em favor da quantidade e falam demais. Essas apreciações são um tanto estereotipadas, mas nada indica que não haja boas relações entre eles.
Capítulo III		p.51 – Embora os colonos alemães como os italiano sejam bons trabalhadores e econômicos, há uma diferença na forma de utilizar seus recursos. Os fazendeiros italianos constroem uma casa com instalações modestas e se concentram em guardar dinheiro. Já os alemães, a proporção que suas finanças melhoram, tratam de melhorar a sua casa e instalações. Gastam, também, mais em ferramentas. As mulheres gastam mais em decoração de suas casas; colocando cortinas e plantando flores sob as janelas.
Capítulo III		p.52 – Os colonos de origem germânica e italiana são chamados aqui de alemães e italianos porque são tratados pelo povo do Município. Dizem que Fulano de Tal é alemão ou italiano, mesmo que já seja um brasileiro de terceira geração. Todos, no entanto, sabem que eles são brasileiros

		nascidos no Brasil.
Capítulo IV		p.62 – Comparada à do caboclo, a dieta do colono é mais variada e substancial, quer em quantidade quer em qualidade. A população parece ser bem alimentada. A Tabela XIX dá uma ideia geral da dieta.
Capítulo V		p.71 – A afirmativa de que os colonos são agricultores do tipo familiar, nasceu de uma análise do trabalho nas fazendas. Em uma força de trabalho estimada em 4.760 pessoas, 91 por cento são membros das famílias dos fazendeiros, 5 por cento são trabalhadores temporários, e 4 por cento trabalhadores permanentes.
Capítulo V		p.72 – A percentagem relativamente alta de mulheres e crianças participando nos trabalhos agrários, embora esteja de acordo com os costumes dos colonos de origem alemã e italiana, é em, parte, explicada pela escassez de trabalhadores rurais em Toledo e pelos altos salários pagos.
Capítulo V		p.75 – Os colonos, no Paraná como no Rio Grande do Sul, tem a tendência de operar a terra apenas com os membros da família. Um casal jovem começa a sua vida de fazendeiros com um mínimo de trabalhadores.
Capítulo V		p.75 – O segundo fator limitante é a prática costumeira dos colonos não usarem adubos e rotação de culturas, empregando, em lugar disso, a rotação da terra.
Capítulo V		p.75 – Quanto tempo esse processo será seguido em Toledo, é difícil de se dizer, mas previsões feitas pelos colonos mais bem informados concluem de 15 ou 20 anos. Como disse um colono numa região em General Rondon, quando esse assunto foi abordado, “daqui a nove anos já teremos esgotado esse solo, e estaremos emigrando para Mato Grosso, em busca de novas terras. Se quisermos ficar aqui, precisamos mudar nossos métodos de agricultura”. Só um pequeno número de colonos compartilha esse ponto de vista.
Capítulo V		p.75 – A fragmentação da propriedade da terra através da herança é o terceiro fator que tende a limitar a expansão de áreas cultivadas. Para o colono, a terra é mais uma fonte de onde provém os recursos para sua subsistência básica, do que uma propriedade comercial por meio da qual possa fazer dinheiro.
Capítulo V		p.76 – Os métodos de agricultura do colono, embora propiciem à família lavrar o dobro da área trabalhada pelo caboclo, principalmente devido ao uso do arado, é, ainda, um trabalho em pequena escala de semi-subsistência, conduzindo a um eventual esgotamento do solo e uma estagnação econômica e social. Esse é um dos grandes problemas da agricultura a ser encarado pelos responsáveis pela extensão rural e atividades correlatadas na área.
Capítulo V		p.76 – Os colonos em melhor situação financeira, depois de comprarem a terra fazem um contrato, em geral com um paraguaio, para derrubar uma determinada área, ao preço de Cr\$ 3.000,00 o alqueire (2,42 hectares). Nesse meio tempo, o

		colono voltando à sua terra, trata de arrumar seus negócios e providenciar a viagem de sua família. O processo de derrubada de limpeza da terra é mais ou menos o mesmo, quer feito por um paraguaio quer pelo colono.
Capítulo V		p.76 – Os primeiros plantios são de cereais e feijão. O colono, usando a semeadeira manual, ainda entre os troncos e ao redor dos tocos, empurrando a semeadeira para dentro do solo.
Capítulo V		p.77 – É comum encontrar-se o colono, durante o primeiro ano, construindo sua casa em meio a uma plantação de milho e feijão.
Capítulo V		p.77 – Os colonos acham que a madeira apodrecida enriquece o solo.
Capítulo V		p.87 – Os solos novos rendem bem, e o uso do arado propicia ao colono cultivar mais terra que o caboclo. Os colonos vivem em casas de madeiras asseadas, tem hortas e bastante galinhas para um suprimento satisfatório de ovos e carnes.
Capítulo V		p.87 – Apesar de seus métodos simples de agricultura, o padrão de vida do colono é muito mais alto que o do caboclo. Ele tem pouco dinheiro, mas vive bem, porque trabalha arduamente para ter uma boa casa e a quantidade e variedade de alimentos que considera essenciais ao bem-estar de sua família. Trouxe consigo da Europa, no último século, esse padrão de vida.
Capítulo V		p.87 – Estes foram alguns dos problemas que os colonos apresentaram e para os quais solicitaram assistência técnica: 1) Estudos de Solos – (...) 2) Batas – (...) 3) Milho Híbrido – (...) 4) Chá – (...) 5) A Companhia Maripá está interessada em instalar uma fábrica de óleos vegetais no Município, para explorar soja, semente de girassol e amendoim.
Capítulo II	Caboclo	p.28 – O caboclo, com sua técnica de agricultura primitiva e falta de dinheiro para comprar terras, estava fora do programa, exceto como fonte de trabalho braçal.
Capítulo III		p.51 – Os nomes luso-brasileiros aparecem, novamente, na parte mais baixa da escala social, representados pelos trabalhadores caboclos que vieram em busca de trabalho. Esses também estão fora da sociedade de colonos, embora participem da economia do Município. Numa situação parecida, porém pior ainda, estão os trabalhadores temporários paraguaios, que vivem migrando de um lado para outro da fronteira.
Capítulo III		p.53 – Embora os colonos não se queiram misturar com os caboclos, apreciam muito os valores das classes altas brasileiras e consideram uma ascensão quando um dos seus obtém sucesso na sua profissão ou no comércio, na cidade.
Capítulo V		p.87 – Enquanto o caboclo é indiferente a qualquer mudança,

		o colono reconhece os problemas e está pronto e deseioso de fazer certos melhoramentos.
Prefácio	Grupos Étnicos	p.09 – Esses grupos étnicos trouxeram consigo uma cultura do século XIX, baseada na vida numa pequena fazenda própria e do tipo familiar.
Capítulo II		p.31 – Os italianos se adaptaram mais facilmente na construção dessas estradas, corte de madeira e trabalho de serraria que os germânicos. Na terra, concentram-se na produção de cereais, uvas e vinhos. Os alemães produzem cereais, batatas e criam porcos.
Capítulo III		p.44 – Os luso-brasileiros tem a tendência de construir casas lado a lado ao longo de ruas sinuosas, com pouco ou nenhum espaço fronteiro para jardim.
Capítulo III		p.45 – O desenvolvimento de uma cidade, de certa forma, reflete a origem étnica de seus residentes. Colonos de origem italiana gostam de construir suas casas nas encostas, de forma e poderem aproveitar a parte mais baixa da casa como ponto para armazenagem de vinhos e depósitos de colheitas. Já os de origem germânica preferem as áreas planas.
Capítulo III		p.47 – Segundo o nosso levantamento, a população do Município de Toledo, em agosto de 1956, era estimada em 9,945 habitantes. Noventa e nove por cento dessa população era constituída de indivíduos de cor branca e somente um por cento, de mulatos. Há um pequeno número de trabalhadores itinerantes paraguaios, alguns mestiços de brancos e índios.
Capítulo III		p.50 – Baseando-se nos sobrenomes das famílias como uma indicação de origem étnica, constatou-se que 53% tem nomes germânicos, 20% italianos, 19,3% português, 5,2% eslavos e 2,5% espanhóis. Essas percentagens, naturalmente, não dão uma noção exata das relações étnicas porque um homem de sobrenome italiano pode ter mãe de origem germânica ou luso-brasileira. Embora se encontre alguns casamentos mistos, não são numerosos, (...).
Capítulo III		p.51 – Embora haja diferenças étnicas entre os colonos de origem germânica e italiana, o fato de haverem vindo, em sua maior parte, do Rio Grande do Sul e usarem os mesmos métodos de agricultura, causa-lhes um sentimento social. Porto Alegre é, para eles, tão importante quanto Curitiba. Muitos usam trajos de gaúchos, tomam chimarrões e encomendam suas coisas do Rio Grande do Sul. Sempre que podem, também visitam seus parentes neste estado. Os dois grupos dão-se bem, vivendo na mesma colônia.
Capítulo III		p.52 – Em Toledo, se costuma dizer: “Todos os alemães tem hortas, e alguns italianos tem hortas, e nenhum brasileiro tem horta.”. Essa é uma forma exagerada de dizer que os alemães têm mais hortas que os italianos e que os brasileiros só raramente as possuem.
Capítulo III		p.52 – No entanto, a maior diferença entre os dois grupos étnicos reside nos seus interesses comunais. Os alemães classificam os seus esforços pela comunidade na seguinte

		ordem: primeiro, a escola, segundo o hospital, e terceiro, a igreja. Entre os italianos a igreja vem primeiro lugar, depois a escola e, finalmente, o hospital.
Capítulo III		p.52 – Os alemães, mais que os italianos, tratam de preservar a consciência de seu grupo étnico. Os alemães dizem que, se perderem sua linguagem, religião e laços familiares, perderiam sua moral, misturar-se-iam com os fazendeiros pobres locais e se transformariam em caboclos.
Capítulo III		p.52 – Outros costumes que os alemães mantêm são: jogo de boliche, exercício de marcha para crianças escolares e cerimônias cívicas, tal como a do fogo simbólico, no dia da independência. Eles parecem ser mais patriotas que os luso-brasileiros.
Capítulo III		p.52 – Tanto alemães como os italianos, em geral, falam sua língua de origem em casa.
Capítulo III		p.53 – Esse conservadorismo étnico não é, no entanto, um obstáculo para os colonos, nos seus contratos com os luso-brasileiros. Eles se consideram brasileiros, ou melhor, certo tipo de brasileiros, da mesma forma que os negros brasileiros.
Capítulo III		p.53 – Tanto os alemães como os italianos dão-se bem com os caboclos, mas, como o nível de vida do caboclo é inferior, não querem casamento com eles. Os pastores e padres germânicos procuram conservar os jovens nas colônias e observar de perto seu comportamento moral.
Capítulo II	Imigrantes	p.28 – A escolha estava entre imigrantes europeus ou descendentes de imigrantes europeus recentes dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Apesar dos imigrantes europeus possuírem conhecimentos de agricultura moderna e recursos financeiros, conclui-se que as condições sub-tropicais de uma região nova e pouco desenvolvida seriam um obstáculo enorme ao seu progresso.
Capítulo II		p.28 – Os descendentes de imigrantes italianos e alemães, que se instalaram no Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram considerados como população provada e testada para a experiência de uma vida pioneira na nova área.
Capítulo II		p.28 – Durante cem anos, esses descendentes de imigrantes italianos e alemães, nos dois estados sulistas, foram se aclimatando às condições do Brasil; além disso, eram pequenos proprietários rurais, fazendeiros do tipo familiar e conservaram as tradições de trabalho árduo, frugalidade e agricultura como meio de vida.
Capítulo III		p.50 – A Tabela VIII, Migração de Colonos para Toledo, mostra que 1951 foi o primeiro ano de influxo palpável.
Capítulo II	Aventureiros e Parasitas	p.28 – Uma publicidade em larga escala, como o provou a experiência, teria atraído muitos aventureiros e parasitas, com os seus métodos de enriquecimento rápido de exploração de recursos. Seria melhor retardar, ou mesmo proibir, a entrada desses elementos. Com isso em mente, os diretores da Companhia entraram em contato com

		agricultores de projeção e pequenos comerciantes nos dois estados sulinos, a fim de cooperarem na povoação e trazerem com eles um número selecionado de colonos e suas respectivas regiões.
Prefácio	Gestão	p.09 – O primeiro prefeito do Município foi o Dr. Ernesto Dall Óglio, que tomou posse em abril de 1953. Em fins de 1956, foi sucedido pelo Sr. Egon Pudell. Cada Distrito é administrado por um sub-prefeito. O prefeito é assistido por um conselho municipal eleito.
Capítulo VII		p.119 – Em conclusão, podemos acrescentar que, entre as classes dirigentes no Município, o conhecimento dos problemas comunitários, a consciência de comunidade e os contatos com o mundo exterior são bem desenvolvidos. Os indivíduos desse grupo são líderes justamente devido a essa consciência, interesse e iniciativa.
Prefácio	MARIPÁ	p.10 – Queremos registrar a cortesia da Companhia de Terras Maripá, particularmente aos Srs. Willy Barth e Egon Wener Bercht, diretores, Ondu Niederauer, gerente geral, Artur Mazzaferro, do grupo aos estudos topográficos. Queremos agradecer, também, ao Dr. Ernesto Dall Óglio então Prefeito, e ao Sr. Egon Pudell, atual prefeito.
Capítulo I		p.12 – Felizmente, a Cia. Maripá nos forneceu mapas detalhados de todo o Município. Com esses mapas e algumas informações suplementares, ficamos aptos a selecionar uma amostra bastante eficiente de pequenas áreas.
Capítulo I		p.13 – Há uma exceção: pequenas partes do Município não pertencentes à Maripá foram inteiramente excluídas, julgando-se que sejam quase desabitadas.
Capítulo II		p.24 – Não existiam outras estradas na área, exceto uma trilha que acompanhava a linha telegráfica de Cascavel até Porto Mendes. Foi através dessa trilha que os primeiros caminhões da Companhia Maripá penetraram na Fazenda Britânia, em fins de 1946. Partindo de Cascavel, levou esse primeiro grupo nove dias para abrir um caminho de 48 quilômetros até as margens de um pequeno rio, o Arroio Toledo. Um acampamento e uma serraria foram construídos nesse local, onde hoje se encontra a cidade de Toledo.
Capítulo II		p.24 – O primeiro diretor-presidente da Companhia Maripá foi o Sr. Alfredo Ruaro, que demitiu-se em 1949 para se tornar diretor de outra companhia de terras, a Pinhos e Terras Ltda.
Capítulo II		p.24 – O atual diretor, Sr. Willy Barth, foi para Toledo em 1949 e deve-se o rápido progresso da nova colonização, em grande parte, à sua habilidade, energia e entusiasmo.
Capítulo II		p.24 – Os assuntos externos da Companhia estão nas mãos capazes do Sr. Egon Werner Bercht, um membro da diretoria com sede em Porto Alegre. A gerência dos escritórios da Maripá, em Toledo, é exercida pelo Sr. Ondy Hélio Niederauer, cujo amplo conhecimento de Toledo e seus problemas muito auxiliaram o sucesso de nossas pesquisas.

Capítulo II		p.24 – Em 1951, a Companhia se preparou para receber um influxo de colonos para as terras afastadas. Para isso foram criados escritórios auxiliares para venda de terras locais onde projetavam novas povoações, ligadas por estradas de rodagem à cidade de Toledo.
Capítulo II		p.25 – Em 10 anos, os esforços da Companhia e dos colonos transferiram uma floresta virgem num florescente município progressista de 10.000 pessoas. Atualmente, existem 40 serrarias, 35 escolas primárias e dois hospitais, estando ainda um hospital de 60 leitos em construção, na cidade de Toledo. Uma grande escola primária estadual e um ginásio estão sendo construídos também em Toledo.
Capítulo II		p.26 – Deve-se o rápido progresso de Toledo, principalmente, à cuidadosa elaboração dos planos e aos recursos financeiros que a Companhia Maripá pode empregar na tarefa de colonização e desenvolvimento de um território virgem.
Capítulo II		p.26 – Desde o início, a Companhia teve que ganhar para poder gastar. As extensas florestas de pinheiros e de madeiras de lei foram, desde o começo uma fonte de rendas e a exploração de serrarias foi uma importante atividade da Companhia através da sua existência.
Capítulo II		p.26 – A fim de integrar as atividades madeireiras com a colonização da terra, para conseguir uma comunidade rural prospera de solida base econômica, os diretores da Companhia elaboraram um plano, no qual deram especial atenção aos seguintes fatores: 1) tipo de agricultura; 2) tamanho das propriedades rurais; 3) elemento humano e 4) industrialização.
Capítulo II		p.27 – A Companhia Maripá poderia ter dividido a terra em grandes propriedades, vendendo-as a um pequeno número de proprietários. Que, por sua vez, as explorariam através de administradores, trabalhadores agrícolas e meeiros, conseguindo a Companhia, dessa forma, um retorno rápido de seu capital, com um mínimo de gastos em construção de estradas e investimentos capitais: no entanto, a Maripá escolheu a pequena propriedade como padrão dominante de colonização da terra, vendendo apenas algumas áreas extensas para serem colonizadas por outras companhias.
Capítulo II		p.27 – Os diretores concluíram que a fazenda pequena do tipo familiar, era a mais indicada para os interesses dos futuros colonos e do país como todo.
Capítulo II		p.28 – Depois que a parte sul da Fazenda Britânia tivesse sido desenvolvida, a Companhia planejava prosseguir a colonização da parte norte, atraindo imigrantes de São Paulo e do norte do Paraná, onde a experiência do plantio do café e outros produtos agrícolas já se encontram bem desenvolvida.
Capítulo II		p.31 – A Companhia empregou, como agentes, os fazendeiros e comerciantes mais importantes que tinham vindo primeiro para Toledo, com tarefa de voltarem

		periodicamente para seus lugares de origem, nos dois estados sulinos, e recrutarem novos colonos.
Capítulo II		p.31 – A Companhia não faz nenhum esforço para manter grupos étnicos separados. Aliás, os seus dirigentes acham que esses dois grupos étnicos do sul, que tiveram a mesma experiência na terra, complementam-se.
Capítulo II		p.31 – Em 1956, existiam no município entre 2.500 a 2.800 quilômetros de estradas de terras, todas construídas pela Companhia.
Capítulo II		p.34 – O único sistema telefônico existente é particular e pertence à Companhia Maripá. Não é permitido cobrar-se pelo uso do telefone em casos de emergência.
Capítulo II		p.34 – As três principais fontes de renda da Companhia são: terras, madeira e inversão de capitais nas indústrias locais. A venda de terras diminuirá e, eventualmente, deixar e, eventualmente, deixará de trazer lucros. Com o corte progressivo de florestas e a expansão das fazendas, a exploração de madeiras também diminuirá de importância.
Capítulo II		p.34 – A Companhia antevê em seu futuro financeiro uma mudança gradual para essa última atividade, ou seja o investimento em indústrias locais.
Capítulo II		p. 34 – As serrarias maiores são da propriedade da Companhia Maripá, da Agro-Industrial do Prata e da Guaçu Agrícola Industrial.
Capítulo II		p.35 – A Companhia Maripá, sozinha cortou cerca de 7 milhões de metros cúbicos de madeira de lei.
Capítulo II		p.36 – Para mostrar como a Maripá age para a formação de novas companhias, transcrevemos aqui um discurso do Sr. Ondy H. Niederauer, gerente da Maripá, irradiado no dia 11 de outubro de 1956, propondo a construção de um matadouro-frigorífico em Toledo.
Capítulo II		p.39 – Seria um erro considerar a Maripá apenas como uma companhia vendedora de terras e uma empresa industrial. Como já foi dito, a companhia criou quase todo o investimento social na forma de estradas, facilidades de transporte, hotéis e as primeiras casas residenciais.
Capítulo II		p.39 – Mas o fato é que a Maripá continuou a prestar assistência aos colonos nos campos de agricultura, medicina, educação, religião, recreação e bem-estar social.
Capítulo II		p.42 – (...) conclui-se claramente que a Maripá é muito mais do que uma companhia colonizadora e madeireira. Forneceu liderança e ajudou financeira e material a todas as atividades da Companhia faz tudo isso no seu próprio interesse. Mas também dados do desenvolvimento da comunidade. Pode-se dizer que a é verdade que, agindo de acordo com esses interesses, criou recursos econômicos e sociais que nem a população nem os departamentos governamentais poderiam criar nesses 10 anos em consideração.
Capítulo III		p.43 – Como a companhia é uma empresa comercial, é de seu interesse financeiro atrair colonos e fazer o possível para

		que prosperem. Como se vê, a Companhia e os colonos são mutuamente dependentes. O desenvolvimento só é possível devido aos recursos capitais da Companhia.
Capítulo III		p.43 – No caso oeste paranaense, a única coisa que o governo teve a fazer foi construir a estrada de rodagem Curitiba-Foz do Iguaçu, possibilitando às companhias de terras avançarem por ela e, partindo dessa artéria central, se expandirem formando as bases para um influxo de colonos.
Capítulo III		p.44 – Embora a Maripá já tivesse, em mapa, o seu plano de colonização antes de começar o influxo de colonos, a corrente de povoadores e suas exigências, dentro em pouco, causou a distorção de plano ideal estabelecido pela Companhia.
Capítulo VI		p.99 – Devem-se essas realizações no campo de educação, principalmente, aos esforços da Companhia Maripá, das igrejas, da Prefeitura e do povo.
Capítulo VI		p.104 – Embora a construção de escolas rurais não seja um obstáculo intransponível, pois a Companhia Maripá sempre esteve pronta para a ajudar nesse setor, haverá cada vez mais necessidade de escolas grandes e bem construídas no campo.
Capítulo VI		p.107 – Há cerca de um ano atrás, a Companhia Maripá doou um lote de terra, nos arredores de Toledo, para a construção de um estádio de futebol.
Capítulo I	Estudos de Comunidades	p.11 – Quando se estuda uma comunidade muito pequena, é costume recolher-se alguns dados estatísticos referentes às suas características demográficas, econômicas, sociais, assim como características dos indivíduos e famílias que ali habitam.
Capítulo I		p.11 – No entanto, quando o tamanho da comunidade aumenta e o âmbito das informações desejadas se expande, o custo de um recenseamento completo se torna proibitivo.
Capítulo I	Dados e Fatores da Pesquisa	p.11 – 2.Sabia-se que grande parte da população estava localizada na zona rural, às vezes em locais de acesso difícil ou impossível por automóvel ou jipe.
Capítulo I		p.11 – 3.Queríamos informações detalhadas sobre diversos assuntos complexos, inclusive características das fazendas e atitudes individuais em relação às atividades comunitárias.
Capítulo I		p.19 – A Tabela II ilustra a avaliação da população total por zonas: Tabela II – Estimativa da população total por zonas:
Capítulo I		p.19 – As conclusões baseadas nesses dados devem, portanto, levar em consideração o fato de que um recenseamento completo no município, empregando os mesmos questionários e entrevistadores, apresentaria resultados um pouco diferentes em relação a certos itens.
Capítulo I	Divisão do Local e suas Condições	p.12 – (...) o Município foi dividido em zonas urbanas, suburbanas e rurais. A divisão foi de certo modo arbitrária baseada na disponibilidade de mapas; no entanto, partes apropriadas dos núcleos maiores (de 50 ou mais casas) e a

		maioria dos núcleos menores foram incluídas nas áreas urbana e suburbana.
Capítulo I		p.12 – (...) a zona urbana de uma povoação consiste no setor que foi dividido pela Maripá em quarteirões e esses, por sua vez, em lotes de cidade.
Capítulo I		p.13 – Cada segmento da zona urbana ficou constituído por um ou mais quarteirões contíguos.
Capítulo I		p.12 – A parte suburbana do povoado é formada pelas chácaras que circundam a área rural.
Capítulo I		p.13 – A zona suburbana inclui as chácaras circundantes de todas essas povoações, exceto Santa Rosa e Mercedes.
Capítulo I		p.13 – Os segmentos da área suburbana consistiram de grupos chácaras contiguas;
Capítulo I		p.12 – O restante das terras do município é considerado rural. A área rural foi dividida em lotes rurais ou coloniais, com uma superfície média de cerca de 25 hectares. Há, aproximadamente, 6.500 lotes rurais no Município, que são agrupados em cerca de 40 perímetros, alguns dos quais subdivididos em duas ou três “linhas”.
Capítulo I		p.13 – A seleção de amostras na área rural foi, de certa forma, mais complicada. Os principais objetivos do esquema empregado eram: primeiro, limitar as viagens dos entrevistadores na zona rural; segundo, possibilitar um método simples de avaliação, aplicando um único peso para todos os questionários da zona rural.
Capítulo III		p.45 – Em Toledo e General Rondon, no entanto, os lotes são grandes, com amplo espaço para jardim e quintal, as ruas são largas e se cortam em ângulo retos. As melhores casas são feitas de tábuas encaixadas horizontalmente, com bordas superpostas; os assoalhos são feitos de tábuas estreitas de pinho; as paredes e os tetos são feitos de tábuas encaixadas; o telhado coberto de telhas e há, geralmente, uma varanda na frente e outra atrás.
Capítulo III		p.45 – O quintal é uma horta, tendo algumas árvores frutíferas, tais como pessegueiros. Ameixeiras e mamoeiros; os morangos também são muito comuns. Praticamente todos os lotes são cercados de arame farpado ou de estacas de madeira.
Capítulo III		p.49 – A constituição rural da população é demonstrada no fato de 78% dos homens de 18 anos ou mais exercem suas atividades na agricultura e somente 22% em trabalhos não-agrícolas. Apesar de 91% das mulheres de 19 ou mais darem sua principal atividade como sendo trabalhos domésticos, informações que obtivemos revelaram que, nas fazendas, as mulheres, como membros da família empregam parte do tempo trabalhando no campo.
Capítulo IV		p.61 – Nas áreas urbanas, em 89% das casa, a água era fornecida por poços cobertos.
Capítulo IV		p.61 – Na área suburbana, 12% das casas bombeiam a água para as caixas colocadas no forro do telhado, donde é

		encanada para os diversos cômodos.
Capítulo IV		p.61 – Nas áreas suburbanas, 72 % das casas tira água de poços cobertos, 5% de poços descobertos e o restante de nascentes e riachos. Na área suburbana nenhuma casa tem água encanada.
Capítulo IV		p.61 – Nas áreas rurais 44% das casas tira água de poços cobertos. 33% de nascentes, 20% de rios e 3% de poços descobertos. Na zona rural, a água não é canalizada para as casas.
Capítulo IV		p.61/62 – Na área urbana, 88% dos lares, tem esse tipo de privada de fossa e o restante, quase todos na cidade de Toledo, tem privadas com caixa de descarga. Na zona suburbana, 43% das casas não têm privada. Na zona rural, 15% tem privadas de fossa e 85% nada tem. As famílias que não tem privada, em geral, vivem em chácaras ou fazendas e usam da floresta ou o mato. Quase sempre essas famílias sem privadas são as recém-chegadas.
Capítulo I	Questionários da Pesquisa	p.14 – 1.Um questionário familiar (Formulário A) para cada família no segmento.
Capítulo I		p.14/15 - 2. Um questionário agrícola (Formulário C) para cada pessoa no segmento que possuísse terras (além das estritamente urbanas) arrendasse terras, explorasse terras sem pagamento, ou fosse trabalhador meeiro. Era possível fazer-se mais de um questionário agrícola por família, caso mais de um membro possuísse ou utilizasse terras.
Capítulo I		p.15 – 3.Um questionário de “natalidade e mortalidade” (Formulário D) para cada nascimento e morte ocorrido no segmento de 1º de janeiro de 1954.
Capítulo I	Atitudes Recreativas	p.16 – Secundariamente, constatou-se que muitas pessoas não tinham a menor reação em relação as questões referentes a atitudes de comunidade. Em alguns casos isto demonstrava realmente uma completa falta de interesse no que se referia aos problemas comunitários.
Capítulo I		p.16 – No entanto, parece-nos que essa falta de reação foi em grande parte derivada a certas imperfeições na elaboração do questionário e no treinamento e supervisão dos entrevistadores. Levando em consideração o número de diferentes questionários empregados no levantamento, o que diz respeito questionários empregados no levantamento, o que diz respeito a atitudes foi, provavelmente, longo demais e, de certa forma repetido de mais. Por outro lado os entrevistadores não foram persistentes em seus contatos, aceitando uma negativa inicial ou uma proposta não comprometedora, quando um pequeno inicial ou uma resposta não comprometedora, quando um pequeno esforço poderia provocar uma informação positiva.
Capítulo II		p.41 – Muitos funcionários e alguns colonos que vieram de centros mais movimentados, sentiram falta de facilidades recreativas e de reuniões sociais.
Capítulo II		p.41 – (...) a Companhia veio em auxílio do povo, construindo

		o Clube Comercial, que possui a única biblioteca pública do Oeste do Paraná, além de um salão de baile, bar e uma mesa de bilhar.
Capítulo II		p.41 – A Companhia também doou terrenos para um estádio de futebol e para o hangar de um aeroclube, próximo ao aeroporto.
Capítulo VI		p.107 – Existe, na cidade de Toledo, um cinema, dois clubes sociais e uma estação de rádio. Em General Rondon, há um cinema. O clube social mais importante do município é o Clube Comercial de Toledo, que tem um salão de danças, circundado por uma plataforma elevada, com mesas. Além disso, tem um grande bar, um salão de bilhar e uma biblioteca pública. As reuniões sociais mais importantes realizam-se nesse clube.
Capítulo VII		p.115 – Nas seções referentes à religião, educação e divertimentos, chamou-se atenção para o fato das atividades de grupo estarem bem desenvolvidas nas cidades. No entanto, o mesmo não ocorre em relação às pessoas que vivem na área rural. Ai encontramos isolamento, tanto físico como mental – mais pronunciado entre as mulheres que entre os homens.
Capítulo I	Agricultura, Agrícola, Fazenda, Fazendeiros, Lotes	p.16 – Nem todos os questionários de agricultura preenchidos foram classificados como de fazenda. Para se qualificar como fazenda na amostra, o questionário deveria preencher as seguintes condições: 1. Conter alguma atividade agrícola definida, como a presença de culturas permanentes, o cultivo de um ou mais produtos temporários no ano anterior ou a existência de gado. Hortas em lotes urbanos não foram consideradas, como também não o foi a posse de gado nesses locais. No entanto, o gado mantido na cidade foi incluído na contagem de rebanho para os que mantinham operações agrícolas fora da cidade.
Capítulo II		p.28 – (...) os fazendeiros, para limpar a terra e estabelecer atividades agrícolas.
Capítulo I		p.17 – 2. A pessoa encarregada da fazenda deveria residir num segmento-amostra. O administrador era o proprietário, se ele próprio trabalhava a terra ou morava nela e dirigia a sua exploração. Um meeiro ou empreiteiro (pessoa que planta e cuida do cafezal à base de um acordo contratual com o dono da terra) era considerado como administrador se o proprietário não vivia na terra e dirigia a sua exploração.
Capítulo II		p.30 – O levantamento das fazendas foi mais demorado do que se esperava, forçando muitos colonos vindos do sul a esperarem, nas cidades, que seus lotes fossem demarcados. A Companhia, porém havia construído casas residenciais para recém chegados, onde poderiam ficar gratuitamente até construírem suas próprias casas.
Capítulo II		p.31 – Além de ter que esperar pela medição de seus lotes, os fazendeiros também tiveram que ficar morando nas

		<p>idades até que tivessem tempo de limpar suas terras, construir suas casas e iniciar seus plantios.</p>
Capítulo II		<p>p.40 – Em 1951, a Companhia contratou um agrônomo em Curitiba e estabeleceu um sítio experimental em Quatro Pontes. Nesse sítio, o agrônomo iniciou experiências com variedades de trigo, fumo, oliveiras e árvores frutíferas, a fim de verificar quais as variedades mais adaptáveis às condições de clima e solo predominantes no município.</p>
Capítulo II		<p>p.40 – A Companhia também doou terras ao Ministério da Agricultura para a instalação de um sítio experimental de agro-pecuária e de uma escola técnica rural.</p>
Capítulo V		<p>p.67 – Só depois de 1951 é que a agricultura, no Município de Toledo, passou a ser praticada em larga escala.</p>
Capítulo V		<p>p.67 – Após seis anos, a agricultura local ainda apresenta características pioneiras.</p>
Capítulo V		<p>p.69 – Há quatro tipos de posse de terra. O mais comum é a terra explorada pelo seu proprietário. Os cafezais são plantados e cuidados por pessoas que tem contrato com os donos. Algumas fazendas são cuidadas por meeiros. E há os proprietários que permitem a seus parentes ou amigos, que ainda não puderam adquirir terra, usarem seus lotes, sem nenhum pagamento.</p>
Capítulo V		<p>p.69 – Daí se conclui que Toledo é uma região onde predominam os pequenos proprietários rurais.</p>
Capítulo V		<p>p.77 – A maior parte da produção de milho, mandioca e soja é destinada à alimentação dos porcos, uma vez que o porco é o principal produto de exportação e a maior fonte de renda dos colonos.</p>
Capítulo V		<p>p.77 – Podemos assim, afirmar que os lavradores de Toledo se dedicam à policultura.</p>
Capítulo V		<p>p.83 – A geada, portanto, é o grande inimigo do plantador de café, em Toledo. A princípio, os plantadores derrubavam qualquer área da floresta e plantavam os cafezais.</p>
Capítulo V		<p>p.84 – A mais importante atividade de criação no Município, é a de porcos. Aproximadamente 91 por cento das fazendas criam suínos.</p>
Capítulo V		<p>p.86 – Frangos e ovos são parte importante da alimentação, tanto dos fazendeiros como dos moradores da cidade.</p>
Capítulo V		<p>p.86 – Os principais produtos da lavoura exportados pelo Município são: porcos, fumo, feijão preto. Desses três, a maior vendagem, por larga, margem, é a de porcos.</p>
Capítulo V		<p>p.86 – Segundo uma análise geral que fizemos, a agricultura do colono, em Toledo, consiste de uma exploração de semi-subsistência, em que grande percentagem da alimentação da família deriva da terra.</p>
Capítulo V		<p>p. 88 – Os fazendeiros acusam a existência de problemas relacionados à criação e gostariam de ter assistência técnica para resolvê-los:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Serviço veterinário – (...). 2) Criação de Porcos – (...).

		<p>3) Criação de Gado – (...).</p> <p>4) Inspeção de Carne – (...).</p> <p>5) Praga de Insetos – (...).</p> <p>6) Crédito Rural – (...).</p> <p>Quando se observa os problemas mencionados pelos lavradores e o tipo de assistência que pedem, vê-se que são simples e que podem ser facilmente resolvidos, através da assistência técnica. Os fazendeiros não pediram assistência financeira ou benefícios gratuitos.</p>
Capítulo V		p.88/89 – Os problemas e pedidos de assistência apresentados pelos lavradores dizem respeito à questão de como aumentar a renda das culturas, como ter melhores condições e como proteger ambas contra as pragas e doenças. Todos esses problemas, porém estão dentro da estrutura das práticas agrícolas e de criação tradicional dos colonos.
Capítulo II	História	p.23 – Há dez anos, a área que atualmente forma o Município de Toledo era, em grande parte, uma floresta desabitada.
Capítulo II		p.29 – Quando se fala em Toledo, deve-se ter em mente que os dirigentes da Companhia Maripá estão basicamente interessados na Fazenda Britânia, o trato de terra que compraram e estão explorando, (...).
Capítulo II	Estrangeiros	p.23 – Durante a segunda guerra mundial, ou pouco antes, o governo brasileiro passou a legislação proibindo ou limitando drasticamente a propriedade a estrangeiros da terra e outros recursos naturais na zona fronteira do Brasil. Essa foi, sem dúvida, uma razão importante para a venda da Fazenda Britânia pela Maderas del Alto Paraná de Buenos Aires.
Capítulo III		p.50 – A maioria dos estrangeiros vieram da Alemanha.
Capítulo II	Construções iniciais e suas Estruturas	p.24 - Em 1947, Toledo já podia orgulhar-se de um hotel, uma igreja, uma escola, escritórios da Companhia e numerosas casas, todas de madeira extraída da floresta circundante. Em 1948, instalou-se um gerador movido a motor diesel para fornecer luz aos escritórios da Companhia e às casas residenciais. Em 1950, Toledo tinha cafés, bares, sorveterias, hotéis, um cinema e algumas ruas.
Capítulo II		p.25 – Nesse ano (1954) foram construídos os primeiros edifícios de tijolos em Toledo. Até então, todas as construções eram de madeira, devido ao alto custo de tijolos e telhas importados. Atualmente, no entanto, existe uma olaria construída pela Companhia. Desde 1954, as construções em tijolos começam a tomar lugar das de madeira na cidade de Toledo. Um município com o dobro do seu tamanho poderia orgulhar-se de seu aeroporto, construído em cooperação, de sua estação de rádio e do clube social da cidade de Toledo.
Capítulo II		p.30 – Construiu-se hotéis, que foram arrendados a famílias com experiência nesse ramo de negócio, escolas, cinemas, lojas e oficinas mecânicas, tudo para, da mesma forma ser explorado por pessoas com habilidade e iniciativa.

Capítulo II	Comércio e Indústria	p.28 – Os comerciantes eram necessário para administrar as lojas, embelecer meios de transportes e providenciar a exportação e importação de mercadorias;
Capítulo II		p.28 – Considerou-se a instalação de indústrias essenciais tão importantes quanto os estabelecimentos comerciais.
Capítulo II		p.35 – Em 1950, a Maripá possuía um armazém geral, uma oficina mecânica, um escritório de topografia e o escritório central em Toledo. Naquele ano, tornou-se evidente que o comércio era tarefa grande de mais para ser levada avante pela Companhia.
Capítulo II		p.35 – A Maripá, alguns de seus dirigentes e certo número de colonos formaram uma companhia independentes, a Empório Toledo Ltda., (...).
Capítulo II		p.36 – Pelo que foi dito acima, pode-se deduzir que a Companhia não deseja estabelecer um monopólio nos campos do comercio e da indústria, mas procura incentivar a formação de novas companhias nas quais investe algum capital. Qualquer pessoa com economias suficientes pode comprar ações dessas companhias.
Capítulo II	Transportes de Pessoas e de Carga	p.32 – Há no município duas companhias de ônibus para o transporte de passageiros.
Capítulo II		p.33 – Há aviões partindo e chegando de Toledo diariamente, exceto aos domingos.
Capítulo II		p.33 – Os donos de caminhões são os responsáveis pela maior parte do movimento de mercadorias que chegam e partem do município.
Capítulo II	Medicina, Cuidados e Bem Estar Social	p.40 – (...) para não deixar os funcionários, os trabalhadores e os poucos colonos sem assistência médica, a Companhia contratou um médico à sua própria custa e instalou um hospital pequeno mas bem equipado.
Capítulo II		p.41 – (...) a Companhia tem fornecido moradia gratuita, e em outros tem permitido o cultivo de terras sem pagamento de aluguel.
Capítulo II	Educação	p.40 – Antes de ser criado um governo municipal, todas as escolas primárias eram construídas pela Companhia.
Capítulo VI		p.99 – Em comparação com grandes áreas rurais do Brasil, o Município de Toledo está colocado em muito boa posição no que toca ao problema educacional.
Capítulo VI		p.101 – Em muitos lugares do Brasil, observa-se que os dados oficiais em relação às matriculas nas escolas, são inflacionados, devido a inclusão, nos totais, de crianças que foram matriculados, mas, na realidade, não frequentam o curso.
Capítulo II	Religião	p.41 – Logo que se formou uma associação religiosa, a Companhia lhe forneceu material grátis necessário à construção de uma igreja.
Capítulo II		p.41 – Além disso, a Companhia contribui liberalmente para organizações religiosas de obras sociais.
Capítulo III		p.52 – As igrejas católicas são sempre maiores e melhores

		que as protestantes.
Capítulo VI		p.104 – Os aspecto religioso de Toledo apresenta o mesmo vigor que o econômico e social. Os padres e pastores tomam parte ativa nos afazeres sociais do município. Numerosas organizações religiosas interessam-se pelo bem-estar social e pela construção e melhoria das igrejas. De acordo com o levantamento, 59 por cento da população é católica e 41 por cento protestantes.
Capítulo VI		p.105 – Padre Antonio, o líder católico, veio para Toledo e 1946. (...) Ele mesmo fez derrubada da floresta e, com um trator, nivelou o terreno em que atualmente está construída a igreja de Toledo. Agora planeja a construção de uma igreja maior, localizada na praça central da cidade. A igreja de Toledo tem o nome de Imaculado Coração de Maria e é o centro da Paróquia de Cristo Rei.
Capítulo III	Estado e Município	p.44 – A burocracia estadual e municipal dá muito pouca atenção às necessidades dessas povoações pioneiras, guardando suas atenções para o que pode conseguir por meio de taxas, que são empregadas para benefício quase exclusivo das capitais e cidades maiores.
Capítulo III	População e Questões de Comunidade	p.44 – Com o aumento da população e com o crescimento de sua importância econômica e política, o Distrito, eventualmente será um Município, tendo, então, uma cidade ou vila para sua sede. Esta cidade-sede repete, então, o processo em relação às zonas rurais.
Capítulo III		p.54 – A taxa de crescimento da população é mais de 10 vezes maior que a do Brasil como um todo.
Capítulo III		p.54 – Ainda que maior parte do aumento da população seja devida ao influxo maciço de colonos vindos de fora, encontram-se, também, em Toledo, uma alta taxa de nascimento, típica as maior parte do Brasil.
Capítulo III		p.55 – Nesse levantamento não nos foi possível colher dados suficientes para fazermos uma estimativa satisfatória do índice mortuário em Toledo. O registro de mortes é bastante satisfatório em certas áreas do Brasil, porque legalmente não se consegue licença para o enterro sem antes provar que a morte foi registrada.
Capítulo III		p.55 – No levantamento, além das informações sobre os nascimentos, pedimos às famílias que nos informassem também, sobre os óbitos ocorridos desde 1º de janeiro de 1951. Não bastante, foram notificadas 4 mortes ocorridas em Toledo durante esse período (valor imponderável).
Capítulo VII		p.109 – Um programa de desenvolvimento de comunidade, cuja finalidade seja auxiliar a população local a aumentar sua produção agrícola e melhorar suas condições higiênicas e educacionais, deve ser planejado baseando-se, não apenas em dados concretos relativos a esses campos, mas também, no conhecimento do que a população pensa e sente em

		relação à comunidade, aos seus problemas e à responsabilidade de suas soluções.
Capítulo VII		p.109 – Atitudes da População com referencia ao Município como um Lugar para Viver
Capítulo VII		p.113 – Isso mostra como é importante, para os programas de desenvolvimento de comunidade, trabalhar através de autoridades constituídas e de dirigentes comunitários reconhecidos. Ignorar essas autoridades resultaria numa ruptura da organização social.